



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA

WANESSA ALVES PEREIRA DE SOUZA

Araras

2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA

WANESSA ALVES PEREIRA DE SOUZA

ORIENTADOR: PROF. DR. PAULO ROBERTO BESKOW

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito parcial à obtenção do título de **MESTRE EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Araras

2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S729pm Souza, Wanessa Alves Pereira de.
A participação das mulheres na agroecologia / Wanessa
Alves Pereira de Souza. -- São Carlos : UFSCar, 2014.
113 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2014.

1. Agroecologia. 2. Mulheres na agricultura. 3.
Produtividade agrícola. 4. Feminismo. 5. Trabalho. 6.
Segurança alimentar. I. Título.

CDD: 630 (20^a)

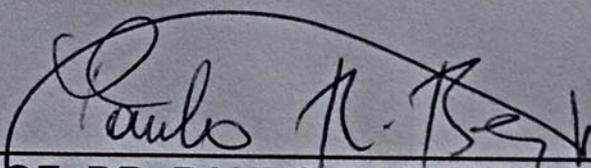
MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DE

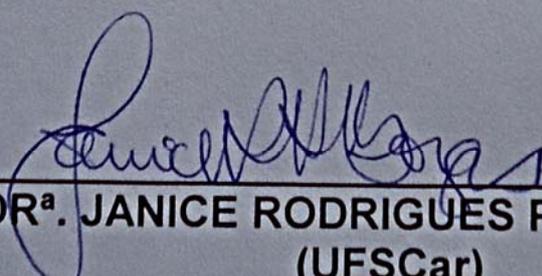
WANESSA ALVES PEREIRA DE SOUZA

APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS, **EM 07 DE JULHO 2014.**

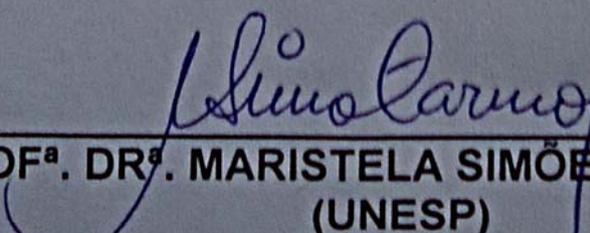
BANCA EXAMINADORA:



PROF. DR. PAULO ROBERTO BESKOW
ORIENTADOR
(UFSCar)



PROF^a. DR^a. JANICE RODRIGUES PLACERES BORGES
(UFSCar)



PROF^a. DR^a. MARISTELA SIMÕES DO CARMO
(UNESP)

AGRADECIMENTOS

Ao Grande Mistério (Deus), ao Pai Céu e a Mãe Terra pela oportunidade vivida.

Às agricultoras pelos ensinamentos, existência, inspiração e exemplos de vida!

À minha família, principalmente meu Pai, minha Mãe e minhas Avós, por me zelarem no plano físico e espiritual.

À república Maria Bonita pelo acolhimento, aconchego, conversas, carinho, risadas e amor!

À república Refazenda, Manga Rosa e Cangaço pelos aprendizados e pela companhia carinhosa!

Ao Levante Popular da Juventude e aos Grupos Feministas de Araras por caminharmos juntos na construção de uma nova sociedade!

Ao meu orientador prof. Paulo Beskow, por me inspirar e me guiar pelos caminhos acadêmicos.

Ao “tempo” que morei em Araras, lugar onde aprendi muito sobre a Agroecologia, Espiritualidade e sobre Camaradagem!

E a Agroecologia! Que me faz sentir mais gente, com mais vida, mais esperança, mais conectada com as forças da natureza e com a classe trabalhadora!

SUMÁRIO

	Página
ÍNDICE DE FIGURAS	I
ÍNDICE DE QUADROS.....	li
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	lii
RESUMO.....	V
ABSTRACT.....	Vi
1 INTRODUÇÃO	01
1.1 Objetivos.....	03
1.1.1 Objetivo geral.....	03
1.1.2. Objetivos específicos.....	03
2 REVISÃO DA LITERATURA	04
2.1 A produção agrícola do agronegócio.....	04
2.2 O contexto dos Sistemas Agroalimentares.....	12
2.3 A agricultura familiar: realidade e características.....	14

2.4 A agroecologia: conceitos e perspectivas.....	22
2.5 Segurança Alimentar e a Agroecologia.....	30
2.6 A realidade da vida das mulheres rurais.....	31
2.7 As lutas, as conquistas e a organização das trabalhadoras rurais.....	34
2.8 As concepções do feminismo em seu processo histórico e na atualidade.....	42
2.8.1 O feminismo e o meio ambiente.....	54
2.8.2 A economia Feminista.....	56
2.9 O trabalho das mulheres na agricultura.....	59
3 MATERIAIS E MÉTODOS	66
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	72
4.1.Contexto da Questão Agrária vivido pelas mulheres.....	73
4.2.Acesso das mulheres às políticas públicas.....	75
4.3.O trabalho executado pelas mulheres agricultoras.....	83
4.4.Produção agrícola das mulheres.....	87
4.5.Concepção da Agroecologia e do Feminismo pelas mulheres.....	91
5 CONCLUSÕES	97
6 LITERATURA CITADA.....	101
APÊNDICE.....	111

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pag.
Figura 1. III EIA.....	67
Figura 2. 12ª Jornada de Agroecologia.....	67
Figura 3. 9º Encontro Internacional da MMM.....	68
Figura 4. Artesanato feito pela indígena exposto no 9º encontro MMM.	76

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Produção agrícola desenvolvida pelas mulheres agricultoras..	85
Quadro 2. Plantas medicinais existentes no quintal das agricultoras.....	88
Quadro 3. Manejo da produção desenvolvido pelas agricultoras.....	89
Quadro 4. Controle de pragas e doenças desenvolvido pelas mulheres...	90

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
AEGRE	Assessoria Especial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AP1MC	Programa 1 Milhão de Cisternas
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
CAA-NM	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais
CBHSF	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAQ	Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais e Quilombolas
CONTAG	Comissão Nacional da Trabalhadora Rural
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
FCMM	Fundação “Cumbre Mundial de la Mujer”
FIPA	Federação Internacional de Produtores Agrícolas
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MIQCB	Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MMTR	Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NARWA	Rede de Associações de Mulheres Camponesas Africanas
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAOPMR	Programa de Apoio à Organização Produtiva de Mulheres Rurais
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SOF	Sempreviva Organização Feminista

SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UE	União Europeia
UFVJM	Universidade federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA

Autora: WANESSA ALVES PEREIRA DE SOUZA

Orientador: Prof. Dr. PAULO ROBERTO BESKOW

RESUMO

Este estudo busca visibilizar os trabalhos executados pelas mulheres na agricultura. Parte do pressuposto de que vivemos em uma sociedade patriarcal, em que as atividades de reprodução da vida são consideradas como menos importantes por não gerarem renda direta. Possui como objetivo apresentar a realidade das mulheres trabalhadoras rurais e a importância de seu trabalho para a segurança alimentar e para a agroecologia. Verificando assim, o contexto da questão agrária vivida por elas; identificando o acesso das mulheres às políticas públicas; comprovando o trabalho executado por elas; visibilizando suas formas de produção agrícola; e averiguando a concepção de agroecologia e feminismo pelas mulheres. Para analisar este contexto utilizou-se o método da pesquisa qualitativa. Dentro do universo agrícola, foram pesquisadas somente as mulheres, tendo como objetivo evidenciar seus olhares sobre a realidade. A pesquisa mostra que as mulheres vêm sendo impactadas pelo modelo do agronegócio e que ainda encontram dificuldades de avançarem na produção em seus territórios pelo difícil acesso às políticas públicas. Seu trabalho dentro da produção é direcionado para a subsistência da família, não sendo reconhecido como uma fonte de renda indireta; o mesmo se baseia em uma produção de base ecológica, gerando uma diversidade de produtos que garante a segurança alimentar da família. Conclui-se que existe uma diferença de realidade entre mulheres conforme estejam inseridas ou não em organizações sociais; que ainda enfrentam as limitações advindas da divisão sexual do trabalho; e que seu trabalho contribui de forma significativa na garantia da segurança alimentar e na construção da agroecologia.

Palavras - chave: Agricultoras; Produção Agrícola; Feminismo; Trabalho; Mulheres e Segurança alimentar.

WOMEN'S PARTICIPATION IN AGROECOLOGIA

Author: WANESSA ALVES PEREIRA DE SOUZA

Adviser: Prof. Dr. PAULO ROBERTO BESKOW

ABSTRACT

This study aims to visualize the work performed by women in agriculture. Part assumption that live in a society patriarchal, activities in the life of reproduction are considered less important by do not generate direct income. It has the objective of presenting the reality of rural women workers and the importance of his work for food security and agroecology. Thus verifying, the context of agrarian issues experienced by them; identifying women's access to public policies; confirming the work performed by them; by viewing their forms of agricultural production; and ascertaining conception of agroecology and feminism by women. To analyze this context was used the method of qualitative research. Within the agricultural universe, was only researched women, aiming to evidence their looks over the reality. The research shows that women are being impacted by the agribusiness model and that still find difficult to advance in production in their territories by the difficult access to public policies. Women's work within the production is directed to the subsistence of the family, not being recognized as an indirect source of income; the same is based on an ecologically-based production, generating a diversity of products that ensures the family food security. It is concluded that there is a difference of reality between women that are inserted or not in social organizations; that still facing the limitations caused by the sexual division of labor; and that their work makes a significant contribution in ensuring food security and in the construction of agroecology.

Keywords: Women Farmers; Agricultural Production; Feminism; Work; Women and Food Security.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte da análise de que vivemos em uma sociedade onde existe uma desigualdade entre homens e mulheres, uma sociedade patriarcal, em que não se valoriza e nem se visibiliza o trabalho executado pelas mulheres do meio rural, e principalmente sua contribuição para a vida humana. Busca advertir a dimensão socialmente construída das diferenciações e hierarquias existentes nos trabalhos na agricultura.

Os objetivos do trabalho são evidenciar a realidade da vida das mulheres agricultoras e a contribuição de seu trabalho para a segurança alimentar e para a agroecologia. Buscando assim gerar conhecimentos que contribuam para a ação política das mulheres que realizam o trabalho de mediação ou assessoria, na mobilização para elaborar demandas e objetivar conquistas para as mulheres rurais.

Retratar a realidade da vida das mulheres certamente contribuirá para que seja mais conhecida e entendida a importância que seus trabalhos possuem para a sociedade. Resgatar práticas e valores que elas acumularam, trará bases mais sólidas de construção e fortalecimento da segurança alimentar e da agroecologia, como também de cuidados básicos com a natureza e os seres humanos.

Segundo os padrões da divisão sexual do trabalho prevalentes, os homens estão diretamente inseridos em produção de mercadorias e as mulheres para os trabalhos de reprodução da vida. Esses papéis ainda hoje são naturalizados, sendo as mulheres responsáveis pela família, suprimindo sua identidade de trabalhadoras (MANESCHY, 2013).

Estudos vêm constatando que as mulheres executam a produção para o autoconsumo da família. Segundo estudos de Santos e Fernandes (2003), é atribuída à produção de autoconsumo o equivalente a 58% do valor gasto mensalmente em supermercados com a alimentação da família, indicando benefícios para o orçamento familiar. Esta análise remete à importância do trabalho feminino para a garantia da segurança alimentar das famílias.

Esses padrões da divisão sexual do trabalho resultam também em qualificadores do contexto, os requalificando em termos hierárquicos e

absolutizantes. Desta condição, se constituem culturalmente em patrimônios de experiências, saberes e sentimentos. O reconhecimento do papel das mulheres na participação no trabalho familiar vem sendo pautado nas lutas sociais de movimentos que articulam interesses específicos das trabalhadoras rurais, demonstrando diferenças entre as mulheres desse segmento de trabalhadoras das demais (NEVES; MOTTA-MAUÉS, 2013).

As mulheres trabalhadoras rurais estão imersas em dois modelos agrários onde coexiste uma diferenciação de processos sociais, onde um agrega, reúne e desdobra espaços, alternativas de trabalho, de renda e de relações distintas; e o outro desagrega, empobrece e incentiva a migração de populações do campo. Possuem uma distinção entre as formas de cultivo e subsistência. O último visto é voltado para o cultivo em grande escala (de soja, milho e trigo, principalmente), plantio alinhado e o uso dos agroquímicos por grandes empresas; já no primeiro o cultivo é de base ecológica, com diversidade de alimentos e de base familiar (HENN, 2013).

Este último modelo agrário visto é comumente nomeado como agroecologia. Definida por seus principais teóricos como um conjunto de disciplinas científicas que possibilitam analisar e atuar sobre os agroecossistemas, de forma a permitir a implantação de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade. Busca analisar não apenas os fenômenos ecológicos que ali ocorrem (bioquímicos, agrônômicos), mas também as interações entre os seres humanos, a história e a cultura. No Brasil, o campo agroecológico é visto também como um movimento social, que se organiza em torno de questões que ultrapassam o foco apenas da questão tecnológica, incorporando outros temas e problemáticas sociais tais como: valorização do conhecimento popular; defesa do rural como um modo de vida; preservação da cultura camponesa e da biodiversidade; questões envolvendo gênero e geração; educação rural; construção de novas relações com o mercado em bases éticas e solidárias; soberania e segurança alimentar. Uma das principais novidades trazidas pela agroecologia foi a afirmação dos agricultores/camponeses/indígenas como protagonistas centrais na construção de um novo desenvolvimento rural (SILIPRANDI, 2013a).

Nas experiências agroecológicas já estudadas, constata-se um aumento da oferta de alimentos, sendo estes mais saudáveis, que melhoram o autoconsumo e propiciam a segurança alimentar para as famílias. A definição predominante de segurança alimentar estabelece que todas as pessoas devem ter acesso a alimentos em quantidades suficientes e de boa qualidade todos os dias (PIMBERT, 2009). O conceito propicia o destaque da importância do trabalho das mulheres na produção de base familiar, por seu trabalho no espaço ao redor das casas utilizar a diversificação como estratégia para minimização dos riscos e para a garantia da segurança alimentar e nutricional das famílias.

Assim, este trabalho se organiza primeiro em uma revisão bibliográfica, onde foi abordada a questão agrária brasileira, retratando as realidades existentes; o contexto, lutas e conquistas das mulheres rurais em um processo histórico; e o tipo de trabalho executado pelas mulheres agricultoras, o localizando na dinâmica de produção da agricultura familiar. A segunda parte constitui-se na constatação da realidade vivida pelas mulheres do meio rural; de qual é o trabalho executado por elas; e o seu resultado na garantia da segurança alimentar e na agroecologia.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Apresentar a realidade das mulheres trabalhadoras rurais e a importância de seu trabalho para a segurança alimentar e para a agroecologia.

1.1.2 Objetivos específicos:

- 1) Verificar o contexto da questão agrária na vida das mulheres;
- 2) Identificar o acesso das mulheres às políticas públicas;
- 3) Comprovar o trabalho executado pelas mulheres agricultoras;
- 4) Visibilizar a forma de produção agrícola das mulheres; e
- 5) Averiguar a concepção de agroecologia e feminismo pelas mulheres.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A produção agrícola do agronegócio

No mundo inteiro, por milhares de anos, as bases de sustentação da humanidade têm se apoiado nos processos de conhecimento do meio e na adaptação e criação de recursos para a sobrevivência, em termos de alimentação, moradia, plantas medicinais, vestimenta e usos estéticos, onde várias culturas locais, indígenas, camponesas, pastoris, pescadoras, habitantes dos bosques têm conservado esses conhecimentos. Sempre foi um processo coletivo e de livre intercâmbio com algumas restrições no sentido dos conhecimentos sagrados que detêm os xamãs e as curandeiras, mas que, ainda assim, podem ser considerados coletivos e públicos, já que suas funções são consideradas papéis sociais. Este fluxo livre de conhecimentos e recursos permitiu a acumulação coletiva e enriquecimento permanente para as sociedades (RIBEIRO, 2003).

Contudo ao longo do processo da humanidade estes recursos e conhecimentos foram ficando restritos para algumas populações. No Brasil a questão agrária se torna um exemplo deste fato¹. O país está entre os que possuem maior índice de concentração fundiária do mundo, aliado aos constantes conflitos fundiários, diretamente relacionados aos problemas do desenvolvimento das forças produtivas, expressando uma das faces da questão social anunciada pelas mediações da realidade social, caracterizando as contradições do contexto brasileiro na divisão internacional do trabalho, principalmente pelo papel que o país foi ocupando desde a colonização no séc. XVI (ELIAS, 2007).

Vivemos nos dias de hoje convivendo com duas realidades no que se trata da produção agrícola; de um lado vemos a produção baseada no agronegócio e de outro na produção de base familiar. O agronegócio como bem definido:

¹ “As transformações atuais que ocorrem na agricultura brasileira podem ser entendidas a partir da subordinação crescente das atividades agrícolas às exigências da reprodução e acumulação de capital na Economia” (BESKOW, 1980).

É o nome fantasia escolhido para designar a nova onda de modernização conservadora do latifúndio brasileiro, comandado agora por grandes empresas multinacionais, no bojo da terceira fase da Revolução Verde. Modernização, porque introduz novas e modernas técnicas de cultivo – mecânicas, químicas e biológicas. Conservadora, porque não altera em nada – antes aprofunda – a concentração da terra, as relações sociais e as relações de trabalho. O resultado concomitante é o aumento da produção junto com o aumento da miséria, da exclusão social, do trabalho escravo e da degradação ambiental (GÖRGEN, 2004, pág. 39).

Constata-se hoje nesta realidade agrícola uma grande degradação ecológica, mudanças climáticas, preços de energia em elevação, disputas por terras, conflitos pelo acesso à água, crescimento da indústria e urbanização, resultando em uma previsão de que os preços dos alimentos aumentarão significativamente até 2030 (OXFAM, 2011).

Neste tipo de produção, que hoje se tornou o modelo de produção agrícola da sociedade capitalista, a natureza, a biodiversidade vem aparecendo como uma mercadoria, com preços regulados pelos mercados ambientais, em especial pelo mercado de carbono (CARMO, 2008).

Os problemas econômicos, sociais e ecológicos causados por este modelo convencional de desenvolvimento rural são consequências de uma agricultura fundamentada na economia de mercado feita principalmente por grandes empresas multinacionais, que necessitam de intervenções públicas para garantir preços adequados aos consumidores e renda aos produtores. Apesar de sua grande produtividade, não foram capazes de resolver o problema de alimentação existente. O seu sistema de manejo dos recursos naturais produz commodities, ou seja, mercadorias, mediante a utilização exponencial de combustíveis fósseis e de recursos não-renováveis, degradando a fertilidade da terra e colocando em perigo a reprodução dos sistemas agrícolas (XAVIER; DOLORES, 2001).

Como referido acima, esta produção tem como matriz o uso de petróleo como fonte de energia, o uso intensivo da energia petrolífera que provoca a emissão descontrolada de gases poluentes e a destruição indiscriminada dos recursos naturais que resultam na crise do clima, no aumento do efeito estufa e no crescimento da temperatura da terra. Utiliza os combustíveis fósseis para mover tratores, colheitadeiras e caminhões, para irrigação, secadores e

máquinas de beneficiamento, bem como para a produção de insumos industriais, como fertilizantes, agrotóxicos e ainda na construção e manutenção da infraestrutura das propriedades, sendo todos estes setores chamados de petrodependentes (WEID, 2009).

As consequências deste tipo de matriz energética resultam em grandes perdas para o ambiente e para a sociedade. No ambiente, uma grande destruição de paisagens e de ecossistemas, erosão dos solos, diminuição e poluição das reservas de água, assoreamento dos rios e uma devastadora erosão genética. Para a sociedade, esse modelo desestrutura a diversidade dos sistemas de produção que asseguram a reprodução social dos vários segmentos de camponeses e a biodiversidade agrícola, concentrando terra, provocando a migração e gerando problemas de saúde tanto para o produtor como para o consumidor (PACHECO, 2002a).

O agronegócio possui como propaganda central o aumento da produção para resolver o problema da fome no mundo. Neste sentido, cabe registrar que o enfrentamento desta temática passa pela questão da redução/eliminação da desigualdade social que atinge parcelas muito significativas da população mundial. Com relação ao Brasil, em período recente, houve uma redução dos níveis de pobreza e de extrema pobreza bem como uma diminuição dos níveis de desigualdade de renda, em virtude dos seguintes fatores: forte aumento do nível de qualificação do emprego e em consequência, da renda proveniente do trabalho; aposentadorias do sistema público de previdência e políticas públicas de transferência de renda, como o Bolsa Família. No entanto, mesmo com este progresso, o País ainda mantém níveis significativos de pobreza e de desigualdade de renda. No país a população extremamente pobre (que vive com menos de US\$ 1 dólar por dia) caiu de 7,6 milhões de pessoas para 6,5 milhões. A população pobre (que vive com renda entre US\$ 1 e US\$ 2 dólares por dia), diminuiu de 19,1 milhões de pessoas para 15,7 milhões (IPEA, 2013).

Hoje, apesar dos índices significativos de produção agropecuária no Brasil, os números referentes ao consumo dos alimentos revelam que parcela significativa de alguns produtos importantes da produção agropecuária não é destinada à provisão alimentar de nossa população. O Brasil está entre os três

maiores produtores mundiais de soja, milho, cacau, café, laranja, cana-de-açúcar, mandioca, banana, castanha de caju, pimenta, carne de frango e mamona, e entre os 10 maiores produtores mundiais de fumo, carne suína, juta, algodão, ovos, mel, amendoim, arroz e leite. Nota-se que alguns desses produtos são destinados para a fabricação de rações para animais e outros são fortemente voltados para as exportações, não tendo grande expressão em nossa alimentação cotidiana (WEID, 2004).

Este processo de modernização da agricultura foi inaugurado a nível mundial na década de 1950, após a Segunda Guerra Mundial, sendo denominado de “Revolução Verde”. Esse modelo de agricultura ficou conhecido como convencional ou agroquímico, se desdobrando hoje a partir das orientações emanadas das correntes da “Intensificação Verde”, da “Revolução Verde Verde” ou “Dupla Revolução Verde”, como uma tendência ecotecnocrática, incorporando elementos de caráter ambientalista ou conservacionista nas práticas agrícolas convencionais, sem propósito ou intenção de alterar fundamentalmente as bases que lhes dão sustentação (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Esta agricultura funciona baseada no que chamamos de “pacote tecnológico” que a tornou mais exigente em capital, elevando os custos de produção, gerando assim uma maior desigualdade no campo. Para agricultores empresariais, esse aumento é compensado pela grande escala de produção, já para a agricultura familiar, que produz em pequena escala, a elevação de custos torna seus sistemas economicamente inviáveis (WEID, 2004).

A mesma se caracteriza pelo monopólio da produção e da comercialização agrícola e domínio de todo espaço rural, da água, biodiversidade, terra, energia, sementes, insumos, além do uso da biotecnologia como os transgênicos, do geoprocessamento, da informática e de muita propaganda de produtividade, modernidade, desenvolvimento, emprego, sucesso e exportações. Estes processos vêm se concentrando nas mãos das multinacionais e dos banqueiros, ficando os mercados de alimentos cada vez mais vinculados aos mercados financeiros. Representou um novo modelo de dominação do capital sobre a agricultura, gerando o jeito de organizar a

produção agrícola no País ao modo imperialista que se fundamenta na despossessão da natureza (CAMPOS, 2011).

Segundo Campos (2011) o “Estado brasileiro, que pode ser caracterizado como “fiel servidor” dos organismos internacionais nas implementações das reformas neoliberais que viabilizam, entre outras coisas, o avanço do capitalismo no campo”. Conforme a autora, a participação do Estado nessa aliança garantiu a adoção de um conjunto de medidas para o fortalecimento do agronegócio, como o financiamento ou a realização direta de grandes obras em infraestrutura de transporte e de energia, flexibilização das legislações trabalhistas e ambientais, isenções ou grande redução de impostos para os produtos destinados à exportação, liberação do cultivo e comercialização de variedades transgênicas, empréstimos para implantação ou ampliação de empreendimentos, além da renegociação de dívidas e concessão de créditos.

No campo, esta produção segue uma lógica de dependência em que, antes da porteira, o produtor rural necessita providenciar crédito, financiamento, máquinas, implementos agrícolas, mão-de-obra, sementes, adubos e fertilizantes, herbicidas e fungicidas e dentro da porteira escolha de sementes, semeadura, tratos culturais e colheita. Depois da porteira, o processo continua com o armazenamento, transporte, embalagem, venda à agroindústria de beneficiamento e transformação, comércio para consumo interno e exportação com todas as burocracias decorrentes. Este contexto resulta na perda da segurança alimentar pela baixa diversidade de produtos e de acesso assegurado a cada família à quantidade necessária de alimentos para garantir uma dieta e uma vida saudável a todos os seus membros (ZIBETTI, 2002).

É constatado que esta agricultura causa impactos negativos em toda a população, principalmente nas comunidades camponesas, ribeirinhas, indígenas e quilombolas, que têm seus territórios ameaçados pela constante expansão do capital, principalmente pelo uso indiscriminado dos agrotóxicos. Há estudos que indicam que o mesmo contamina solos, água, plantações de vizinhos, florestas e, muitas vezes, áreas residenciais. Pesquisas também

destacaram que os agrotóxicos contaminam águas subterrâneas colocando em risco a saúde de populações que se abastecem de poços em regiões de grande produção agrícola (RIGOTTO et al., 2010).

Na última década o Brasil vem fazendo o uso de agrotóxicos em proporções assustadoras. Segundo dados ANVISA (2009), entre 2001 e 2008 a venda de venenos agrícolas no país saltou de pouco mais de US\$ 2 bilhões para mais US\$ 7 bilhões, alcançando a posição de maior consumidor mundial de venenos. Foram 986,5 mil toneladas de agrotóxicos aplicados. Em 2009 ampliou-se ainda mais o consumo, ultrapassando a marca de 1 milhão de toneladas, o que representa 5,2 kg de veneno por habitante. Devido à repercussão negativa causada nos meios de comunicação, não foi divulgado o volume de agrotóxicos comercializado em 2010. Nos últimos anos o Brasil se tornou também o principal destino de produtos banidos no exterior. Segundo ainda os dados da Anvisa, são usados nas lavouras brasileiras pelo menos dez produtos proscritos na União Européia (UE), Estados Unidos, China e outros países, demonstrando que diversos produtos de grande importância na alimentação dos brasileiros têm apresentado resíduos de agrotóxicos acima dos limites permitidos e também de agrotóxicos proibidos.

O resultado destes altos índices do uso dos agrotóxicos é o aumento significativo de casos de câncer nas populações. Uma investigação sobre a incidência de câncer em agricultores atendidos no Instituto do Câncer do Estado do Ceará mostrou que “ser agricultor” confere maior risco de ter câncer de pênis (6,44 mais chances de desenvolver a doença), leucemias (6,35 mais chances), no testículo (5,77), na bexiga urinária (1,88), mieloma múltiplo (1,83), na mama masculina (1,67), linfomas (1,63), no tecido conjuntivo (1,62), nos olhos e anexos (1,58), no esôfago (1,40), no cólon - junção reto sigmóide (1,31), no rim (1,30), na laringe (1,30), na próstata (1,17) e na tireóide (1,12) (ELLERY; ARREGI; RIGOTO, 2008).

Outro impacto negativo do agronegócio, como nos lembra Carvalho (2003), é sobre as sementes “varietais”, em que as grandes corporações multinacionais controlam oligopolisticamente a biotecnologia das sementes. Ensaiam ideológica, política e economicamente destruir ou manter sob seu

controle restrito e direto o acervo de “germoplasma” dos povos indígenas, dos camponeses e dos agricultores familiares. Não relevam que as sementes “varietais” são patrimônio da humanidade e de que a sua eliminação constitui crime contra a vida das atuais e das novas gerações de pequenos produtores rurais e das populações indígenas, assim como contra a biodiversidade, causando uma enorme erosão genética e cultural, coadjuvando para expulsar os atores da biodiversidade das suas comunidades e do acesso aos recursos, o que inclui a terra e o território.

As multinacionais introduziram as sementes transgênicas, resultando na contaminação biológica como a potencial desestabilização de espécies e a perda das sementes locais. Segundo nos coloca Londres (2011), a tecnologia dos transgênicos é a evolução de um modelo de produção baseado na crescente artificialização da natureza, que demanda o uso de insumos externos e venenos, desequilibrando o ambiente, gerando novas pragas, que exigem a aplicação de novos venenos, tornando as pragas mais resistentes e levando ao uso de venenos mais fortes. As empresas de organismos geneticamente modificados, ou transgênicos, passaram a desenvolver tipos de culturas não comestíveis, somente para a produção de agroenergia. Como não há meios de evitar a contaminação dos transgênicos em lavouras nativas, essa prática coloca em risco a produção de alimentos e pode agravar o problema da fome no mundo.

Segundo Carvalho (2003), as mesmas trouxeram por meio do controle de patentes e das patentes ‘biológicas’, a tecnologia “Terminator”, para fazer sementes suicidas, o que juntamente com o controle do mercado pela crescente concentração empresarial agravou esse processo de erosão. As multinacionais seguem o processo de monopolização, começando com a aquisição das indústrias sementeiras por parte da indústria química, com o objetivo de criar uma maior dependência dos agricultores, vendendo-lhes em conjunto as sementes e os agrotóxicos. Posteriormente, começaram a se fundir com as empresas farmacêuticas e veterinárias; hoje, as dez maiores empresas de sementes do mundo controlam mais da terça parte do comércio mundial de sementes.

Por fim, podemos dizer que conjuntamente o modelo energético brasileiro está organizado na lógica do capital financeiro. Atualmente, os chamados “donos da energia”, têm sido uma fusão de grandes bancos, grandes empresas energéticas mundiais, grandes empresas mineradoras e metalúrgicas mundiais, grandes empreiteiras e grandes empresas do agronegócio. Com o processo de privatização, a partir dos anos 90, a energia elétrica brasileira tornou-se um grande negócio. A grande força vital da agricultura, a água, que responde por 70% do consumo de água potável global, já está ficando mais escassa do que a terra. Em 2000, meio bilhão de pessoas viviam com falta crônica de água. Estima-se que quase três bilhões de pessoas vivem em áreas onde a demanda é maior que a oferta. A previsão até 2030 é de que a demanda pela água aumente em 30% (OXFAM, 2011).

O discurso da escassez tem sido o principal argumento ideológico para justificar novas obras e aumentos de tarifas, como também para garantir o financiamento público através dos bancos. Tem ocorrido um aprofundamento da construção de grandes obras de geração de energia elétrica em nosso país, em especial as hidrelétricas, e o avanço das multinacionais sobre as terras para produção de agroenergia e celulose. Esta energia hídrica funcionando por meio de construção de barragens é considerada uma das fontes mais baratas e têm como destino abastecer os grandes consumidores de energia, principalmente a chamada indústria eletrointensiva (celulose, alumínio, ferro, entre outras) e os grandes supermercados e shoppings (MAB, 2008).

Segundo Leite (2005), a implantação de hidrelétricas gera impactos no clima alterando temperatura, umidade relativa, evaporação, precipitação e ventos, também provocando a erosão marginal com perda de solo e de árvores e consequentes assoreamentos. Na flora dos reservatórios há perda de biodiversidade, perda de volume útil, elevando a concentração de matéria orgânica e consequente diminuição do oxigênio, produzindo gás sulfídrico e metano, provocando odores e elevação de carbono na atmosfera, eutrofizando as águas. Na fauna provoca perda da biodiversidade, implicando em resgate e realocação de animais, provocando grande migração de peixes.

Além de desapropriações e mudanças nas vidas de populações que vivem nos locais e em seu entorno.

No Brasil, como mencionado acima, o agronegócio vem se apropriando cada vez mais de espaços: construindo territórios nos quais têm o poder de condicionar a divisão do trabalho em seus aspectos técnico; definindo o perfil de profissionais de maior demanda e respectivas remunerações; no âmbito espacial, definindo os lugares com mais ou menos postos de trabalho; e de gênero, estabelecendo os lugares masculinos e femininos nos processos de trabalho. O agronegócio vem contribuindo para o processo de produção da pobreza, especialmente feminina. As mulheres são as mais excluídas ou são incluídas de modo ainda mais precário que os homens no mundo do trabalho vinculado ao modelo convencional. Estes processos retroalimentam a produção da pobreza no Brasil, uma vez que a maioria das famílias garante seu sustento com os rendimentos do trabalho das mulheres (CAMPOS, 2011).

2.2 O contexto dos Sistemas Agroalimentares

O agronegócio possui ainda um ramo na estrutura industrial, do Sistema Agroalimentar. Fundamenta-se na produção agrícola, que determina a oferta dos alimentos e matérias-primas para as indústrias e os padrões de consumo. O poder da publicidade e os preços são fatores influenciadores da preferência dos consumidores e alvo de ações específicas das empresas, conformando um novo modelo de sistema. Essas considerações nos mostram que ocorre uma crescente modificação dos processos agrícolas, tendendo à homogeneização da produção, tendo grande peso a indústria de insumos e a indústria de transformação e uma menor dependência da indústria de alimentação em relação aos produtos agrícolas, pela substituição de matérias-primas e pelo avanço dos processos biológicos e químicos de transformação, havendo uma grande desregulamentação do comércio internacional de produtos agrícolas que favorece os interesses das grandes corporações agroalimentares dos países industrializados, com consequências importantes para o

desmantelamento dos sistemas locais de produção de alimentos (SILIPRANDI, 2004).

Siliprandi (2011), enfatiza que a mudança do modelo de consumo em nossas sociedades, especialmente em relação à alimentação, que homogeneiza os hábitos alimentares e promove a substituição de valores tais como cultura alimentar, qualidade nutricional, comensalidade, por outros, como praticidade, aparência, relação custo X benefício, é resultado da falta de tempo, da sobrecarga de trabalho. As exigências da sociedade referentes ao corpo passam a ser definidas pela indústria processadora de alimentos e pelas grandes cadeias de supermercados que ditam outros hábitos alimentares. É observado que o mercado também se segmenta: para as pessoas das classes populares, tratadas como máquinas, alimentos menos elaborados, padronizados e para as pessoas que podem pagar, produtos de origem controlada e livres de contaminação. A alimentação saudável necessita ser vista como condição para a saúde física e mental das pessoas e também como fator de proteção do meio ambiente.

O que se come, e como se come, em uma dada sociedade, não é mais definido individualmente pelas pessoas, com base unicamente em seu desejo pessoal. Tornou-se dependente da presença de sistemas de produção e distribuição, assim como de conhecimento sobre as formas possíveis de preparação e consumo dos alimentos. O mundo tem vivido uma constante construção/reconstrução das tradições alimentares, em que os conflitos por interesses econômicos e políticos determinam desde as práticas de plantio e as políticas industriais de transformação dos produtos agrícolas até as formas de comercialização dos alimentos. O predomínio dos alimentos industrializados tem tido como consequência várias doenças, como exemplo a obesidade e a hipertensão, causadas pelo excesso de consumo de gorduras e a contaminação por agrotóxicos. Esse quadro faz com que aumente, cada vez mais, as estatísticas da fome e da desnutrição. A globalização do mercado de alimentos vem destruindo gerações de “comportamentos alimentares”, pela pressão que se exerce sobre regiões e culturas específicas para que se substituam esses produtos por produtos “globais”; essa substituição tem levado

a um empobrecimento dos conhecimentos sobre ingredientes e tecnologias caseiras de preparo de alimentos e a uma “erosão dos sabores” para toda a humanidade (SILIPRANDI, 2004).

Contudo, conclui-se que esse paradigma não garante a segurança alimentar para a maioria da sociedade, não se produz alimentos saudáveis em quantidade e qualidade suficientes que correspondam aos sentidos de que se revestem os alimentos nas diferentes culturas. Crescem assim as ameaças à soberania alimentar, já que não existe prioridade muitas vezes de políticas para o mercado interno (PACHECO, 2002a).

2.3A agricultura familiar: realidade e características

Durante toda a história da humanidade coube aos camponeses² o papel da produção de alimentos. Ainda hoje, segundo o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2006 publicado em 2009, são os agricultores familiares os responsáveis por fornecer alimentos à população brasileira. Observa-se que a população que vive nas áreas rurais brasileiras é muito diversificada, suas formas de ocupação do espaço, as tradições acumuladas e as identidades afirmadas variam muito conforme sua localidade. Conforme descreve Wanderley (2009, pag.40) as mesmas que fazem do meio rural seu lugar de vida, são:

os assentados dos projetos de reforma agrária; trabalhadores assalariados que permanecem residindo no campo; povos da floresta, dentre os quais, agroextrativistas, caboclos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, açazeiros; seringueiros, as comunidades de fundo de pasto, geraiseiros; trabalhadores dos rios e mares, como os caiçaras, pescadores artesanais; e ainda comunidades indígenas e quilombolas.

² Segundo ABRAMOVAY (1992) em sua obra que também se tornou referência com relação ao conceito de agricultura familiar, “Paradigmas do capitalismo agrário em questão”, são camponeses aqueles produtores familiares marcados por uma inserção parcial em mercados incompletos. Diferentemente de boa parte da literatura a respeito, a ênfase da definição (e portanto da diferença com relação aos agricultores familiares modernos) está no tipo de relação com o mercado.

A mesma autora afirma que apesar das particularidades, lutam pelo reconhecimento de suas identidades e seus direitos, existindo um traço de união entre as categorias, sendo grupos sociais que se constituem em função da referência ao patrimônio familiar e ao pertencimento à comunidade rural.

Segundo o Censo Agropecuário 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos rurais. Este contingente de agricultores familiares ocupa uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área. O censo informa ainda que, em termos relativos, a participação dos produtos agroalimentares nas importações caiu de 12,5% do total importado no país em 1995 para 4,9% em 2006, concluindo-se que sem o valor de produção gerado pela agricultura familiar, o saldo positivo da balança comercial agropecuária seria menor.

São ainda responsáveis por significativa geração de postos de trabalho no país. Ainda utilizando os dados do Censo 2006, havia 13.048.855 pessoas ocupadas no campo, com 78,8% do total de trabalhadores na agricultura familiar. A agricultura familiar foi capaz de reter proporcionalmente um maior número de ocupações que a agricultura não familiar. Observa-se que mesmo possuindo pouca terra e capital, os agricultores de base familiar desempenham um importante papel social no conjunto do trabalho relacionado à agricultura.

Podemos considerar, baseando-se na história da sociedade, assim como em Carmo (2008), que a agricultura familiar possui sua lógica produtiva e reprodutiva que relaciona o equilíbrio das necessidades da família com as possibilidades da unidade de produção; a terra e o trabalho intimamente associados à gestão do negócio familiar. A produção se apresenta como o resultado da atividade inseparável, indivisível e única da família, e por isso esta recebe como fruto do seu trabalho uma quantidade de bens que não podem ser considerados lucro, renda ou juro sobre o capital. Não existe pagamento de salários - o que a diferencia da produção baseada no trabalho assalariado e na

valorização do capital - podendo ser conceituada como aquela forma de produção em que ao mesmo tempo em que o produtor é proprietário dos meios de produção, é também o trabalhador no estabelecimento produtivo, podendo ser considerado o sistema de exploração familiar tanto uma unidade de produção quanto uma unidade social.

Ainda segundo a mesma autora, a unidade de produção familiar apresenta um funcionamento que lhe é peculiar, sendo a composição familiar determinante dos limites do volume total das atividades, numa articulação conjunta entre o sistema de produção e o grupo familiar. Enfatiza que a organização familiar atua em três direções, não dissociadas - produção, consumo e acumulação de patrimônio, procurando o balanceamento entre elas em função da evolução do conjunto doméstico. Se torna importante observar que os agricultores familiares não otimizam seus negócios como uma empresa, mas os adaptam às necessidades familiares no intuito de assegurar um nível de vida estável para o conjunto da família.

Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, através do próprio trabalho, mas de reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar -, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória, etc. (WANDERLEY, 2004, P.45).

Observamos hoje o contraste existente entre áreas ocupadas por agricultores familiares e pelo agronegócio. A agricultura familiar é a que dá vida às áreas rurais, criando espaços comunitários e de vizinhança. Imprime um dinamismo local proporcional à dimensão e complexidade de sua comunidade, ao contrário daquelas compostas por grandes propriedades extensivas, que esvaziam o campo de sua população (WANDERLEY, 2000).

A agricultura familiar assume um importante papel na preservação do patrimônio natural, na adequação dos processos produtivos e na equidade das relações de trabalho. Em sua grande diversidade, acumularam em sua história experiências importantes com o trato da terra e da água, sendo capazes de se organizar e de expressar seus pontos de vista (WANDERLEY, 2009).

Conforme afirma Hadich (2013) é próprio da agricultura familiar o cultivo e manutenção da agrobiodiversidade, são as pequenas propriedades responsáveis pelo alto índice de diversificação de espécies, tendo uma relação direta com a satisfação das necessidades básicas das famílias. A intensificação da agrobiodiversidade em relação aos cultivos, criação animal e árvores como parte dos sistemas agrícolas integrados e multifuncionais contribuem para a promoção da segurança alimentar. A diversidade produtiva se reflete na ampliação das possibilidades alimentares e nutricionais das famílias.

A autora ainda afirma que, na medida em que as famílias definem o que e como vão produzir em seus agroecossistemas, é respeitada a capacidade de autodeterminação do campesinato, do processo de produção e reprodução da vida e do fortalecimento da soberania alimentar dos povos. O lado econômico da cultura camponesa segue assim sob duas vertentes: a existencial e a da geração de renda, sendo próprio da cultura e da economia camponesa produzir e reproduzir sua existência, empregando parte de sua força de trabalho (a mão de obra da família) no trabalho produtivo dos alimentos. Os alimentos são então destinados não somente à comercialização, mas também ao consumo da própria família e neste sentido a cultura camponesa destaca-se pelo diferencial da sua autonomia produtiva.

Os estudos sobre desenvolvimento local frequentemente se concentram nos fluxos econômicos formais. No entanto, a economia informal é um importante fator de sobrevivência, principalmente para as classes de renda mais baixa da população brasileira. Os alimentos produzidos na própria propriedade significam uma redução importante nos gastos com alimentação, a produção de alimentos em casa torna a pequena renda das pessoas disponível para outras despesas e ainda garante um melhor acesso à comida (SINGER, 2002).

Têm-se como exemplo desta economia informal as experiências desenvolvidas nos quintais. Segundo Amorozo (2002) “o quintal se refere ao espaço do terreno situado ao redor da casa regularmente manejado, onde são cultivadas plantas e também são criados animais domésticos de pequeno porte.” Uma alta diversidade de espécies é cultivada, com múltiplas finalidades

de uso artesanal, ornamental, paisagístico, uso alimentar e medicinal, além de proporcionar melhoria do microclima.

Partindo para o enfoque na economia nacional, observam-se particularidades da ação do estado como ator social presente no mundo rural. Por meio de políticas públicas, o mesmo interfere diretamente nos processos de distribuição dos recursos produtivos e dos bens sociais aos demais atores rurais. Essa atuação possui concepções igualmente distintas de desenvolvimento rural, possuindo relações predominantes no interior do próprio Estado (WANDERLEY, 2009).

Para a atuação do estado foi feita inicialmente uma quantificação dos agricultores familiares, separando-os dos produtores qualificados como patronais. Foram estabelecidas estas concepções para operacionalizar políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), implementado pelo governo federal em 1995. Para isso foram construídas tipologias de agricultores, capazes de instrumentalizar a aplicação de políticas públicas adaptadas às necessidades peculiares de cada tipo. Em julho de 2006, o governo federal estabeleceu as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, em que considera no seu artigo terceiro:

agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II- utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III- tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

A partir da constatação que existia um déficit de produção alimentar no Brasil, foi criado o Programa Nacional de Segurança Familiar - Pronaf Segurança Alimentar – que se constitui em uma política governamental de estímulo à produção de alimentos básicos como feijão, milho, trigo, mandioca e leite. Segundo Weid (2004), no entendimento de seus formuladores o governo seria incapaz de garantir o acesso aos alimentos básicos pelo público credenciado no Programa Fome Zero, sem que a produção alimentar no país fosse incrementada.

Mais recentemente, uma das mais importantes inovações nas linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) apresentada no Plano de Safra da Agricultura Familiar tem sido o Pronaf Agroecologia. Essa linha incentiva os projetos de produção agroecológica ou de transição rumo a uma agricultura sustentável. O governo propôs estimular o adequado manejo dos recursos naturais, agregando renda e qualidade de vida aos agricultores familiares (MDA, 2003).

Contudo se torna importante relevar que as alterações advindas da industrialização da economia no contexto da expansão dos processos capitalistas de produção atingiram também o campo, transformando o modo de vida das populações rurais. Segundo Carmo (2008), os impactos nas culturas tradicionais as obrigam a se ajustar e conviver com situações ameaçadoras à sua estabilidade e permanência, sobrevivendo com relativa autonomia para não desaparecer.

A grande maioria dos camponeses vem adotando o jeito de ser e de fazer induzido pelas empresas capitalistas, muitos acabam por depender das políticas públicas compensatórias ou abandonam a terra. Isto em virtude da impossibilidade efetiva de nela permanecerem como produtores em face das complexas combinações de fatores que se articulam em decorrência das situações diversas de contextualização econômica, social e histórica. Limitam-se exclusivamente à produção para o autoconsumo, sendo que a tendência vem sendo a ampliação do êxodo rural dos camponeses, seja pela crescente pobreza ou porque tenderão a se subordinarem ao agronegócio através de associações pelos contratos de produção, cessão de terras para arrendamento ou perda da terra por endividamento (CARVALHO, 2007).

Problemas de comercialização, acessos às políticas públicas, a terra, consumo, produção, pragas e secas, “arrendos” elevados e grilagem, fazendeiros agressivos e os comerciantes atravessadores fazem parte do cotidiano de agricultores familiares. As opções dos mesmos estão sujeitas a determinadas possibilidades que quase sempre lhes são impostas, cabendo escolher entre certos mercados, técnicas e até demandas de autoconsumo que

são pré-definidas pelo contexto que os prendem à terra e, até mesmo, à condição de agricultores (RIBEIRO, 2009).

Existem ainda problemas relacionados com as restrições de créditos à agricultura familiar, uma precariedade da assistência técnica adequada à realidade da pequena propriedade e ainda um grande entrave no processo de comercialização que contribui para a instabilidade de empreendimentos de natureza solidária ou de associações informais montadas diante da possibilidade de uma oportunidade de negócios (JUNIOR; PESSANHA, 2011).

A renda familiar obtida pelos agricultores familiares incorpora rendimentos que resultam do somatório de cinco diferentes fontes:

a agrícola (vem do trabalho na agricultura na unidade familiar); transferências sociais (aposentadorias, pensões, bolsa-família e bolsa-escola); outras rendas (transferências, aluguéis e juros); prestação de serviços agrícolas (trabalho fora da produção familiar) e pluriatividade (trabalho não-agrícola). Essas diferentes combinações de fontes de ingresso refletem estratégias econômicas e as rendas externas àquelas oriundas da unidade de produção familiar (PERONDI, 2009, pag. 13).

Como referenciado acima, as alterações no meio rural fazem com que a família rural deixe de ser nucleada e orientada segundo uma estratégia única baseada na agricultura, possuindo fontes de renda múltiplas, e sendo a agricultura apenas uma delas. Ribeiro (2009) destaca que a crescente dificuldade de parte significativa das famílias rurais de sobreviver apenas com a produção agropecuária voltada para o mercado leva-as à busca por uma qualificação e desenvolvimento profissional no mercado de trabalho não-agrícola.

Schneider (2003. 254p.) conceitua este fato como pluriatividade:

O termo pluriatividade expressa o fenômeno social que se generalizou no mundo rural a partir dos anos 70, que corresponde à diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional de membros de uma família de agricultores. Refere-se, portanto, a núcleos familiares que combinam a prática da agricultura com outras atividades, dentro ou fora da unidade produtiva. Trata-se de uma estratégia das famílias agricultoras para se adaptarem e tirarem partido das novas oportunidades de ocupação e renda.

É observado por Ribeiro (2009), que este fenômeno acontece principalmente na vida das mulheres. Essa motivação muitas vezes é responsável pela pluriatividade das famílias rurais e a falta de oportunidades de trabalho na agricultura ainda surge como a principal responsável pela inserção

da mulher no trabalho não-agrícola, muitas vezes em condições bastante precárias, como empregadas nos serviços domésticos ou trabalhando por conta própria em atividades de pequeno comércio e artesanato.

Contudo, é colocado por Marques (2009) que a própria diversidade do trabalho gera uma multiplicidade de relações criando oportunidades para novas sociabilidades, reciprocidades, mobilizações sociais, processos de geração de conhecimento, de aprendizagem e inovação que contribuem para o avanço da sustentabilidade no desenvolvimento como um todo.

E que mesmo reprimida, a chamada pequena produção sempre teve uma participação significativa na produção agrícola nacional. A importância da agricultura de subsistência evidencia a face oculta da economia e dos recursos que a envolvem, e que esta dimensão da produção para subsistência é por muitos desconsiderada ou vista como expressão do atraso e a comprovação da sua ausência no mercado. Porém, nos traz Godoi (1999) que o auto-provisionamento é uma estratégia que visa garantir a autonomia relativa da família e que se inscreve numa relação complexa, na qual estão presentes as trocas mercantis e as relações locais de reciprocidade.

É observado que esta flexibilidade de adaptação ao contexto da realidade agrícola é assegurada por meio da ativação de sua capacidade de inovar constantemente nas suas formas de organização e no uso dos recursos naturais disponíveis. A capacidade camponesa de valorizar os recursos locais na criação de alternativas para a sua reprodução pode ser compreendida como um mecanismo social que age contra a desterritorialização de suas comunidades e a expropriação de seus meios de vida. Se faz exatamente com base no controle inteligente dos recursos territoriais, tanto os naturais como os sócio-institucionais. A valorização desse potencial intelectual existente nas comunidades rurais se apresenta como elemento central para que a agricultura familiar tenha ampliada sua capacidade de oferecer respostas consistentes e sustentáveis aos dilemas da atualidade (PETERSEN et al., 2009).

Torna-se, portanto, uma das razões para que se reconsidere o significado desses povos e suas culturas face à importância que têm para o futuro de toda humanidade. Considera-se que possuem um conhecimento da

ecologia das espécies que envolvem modos específicos de apropriação material/simbólica da natureza, desenvolvem matrizes de racionalidade fundamentais e distintas para novas referências paradigmáticas na relação homem-natureza. A agricultura familiar detém todo um acervo cultural de convivência com os complexos ecossistemas que conhecemos e com a enorme diversidade biológica, abrigando nos vales intra-montanos e nas selvas as tentativas de resistência à dominação (GONÇALVES, 2002).

Cazella; Bonnal; Maluf (2009) enfatizam que a agricultura familiar continua a desempenhar papel central na reprodução econômica e social das famílias rurais no Brasil, mesmo que para um bom número delas sua contribuição menos importante é a renda monetária obtida. O fato é que a produção voltada para o autoconsumo num contexto de crise da produção familiar mercantil e do desemprego urbano e rural se torna um fator de grande importância. Carmo (2008) ainda nos lembra que mesmo possuindo pouca terra e capital e, em condições precárias e adversas, os agricultores de base familiar têm demonstrado capacidade de colaborar com o fortalecimento dos mercados regionais e nacional, produzindo e fazendo circular a riqueza e desempenhando importante papel social na ocupação do maior contingente de pessoas trabalhando na agricultura.

2.4 A agroecologia: conceitos e perspectivas

Em uma reação à “agricultura moderna” ou convencional, ou ainda ao agronegócio, surgem na década de 70 os movimentos contrários a essa forma de produção, que ficaram conhecidos como Agricultura Alternativa ou Agricultura Ecológica. A noção de agricultura ecológica se traduz pela coexistência de várias escolas ou correntes que propõem a aplicação de princípios ecológicos à produção agropecuária, e dependendo do processo de produção adotam diferentes denominações: Agricultura Orgânica; Biológica; Natural; Permacultura e Biodinâmica, entre outras. Todas utilizam a incorporação de técnicas para a diversificação de sistemas de produção, o que permite a redução ou substituição do uso de agroquímicos, orientando o

correto redesenho e o adequado manejo de agroecossistemas na perspectiva da sustentabilidade (ALTIERI, 1989).

Nos últimos trinta anos, um novo paradigma científico-tecnológico vem orientando o desenvolvimento de padrões produtivos alternativos, fundamentados em princípios ecológicos para o manejo renovável dos recursos naturais para além de um modo de se produzir na agricultura, sendo nomeado como Agroecologia. A mesma vem sendo construída com dois enfoques: o científico e o baseado no movimento social. Como ciência, ela vem sendo sistematizada desde a década 80, possuindo um embasamento conceitual e uma abordagem metodológica que permite articular especialistas de diversos ramos do conhecimento, possibilitando os avanços nos estudos sobre os fundamentos da sustentabilidade dos agroecossistemas. Como movimento social, além de fazerem a defesa de uma agricultura ecológica, traz para o debate público a questão do poder da ciência sobre o desenvolvimento da sociedade, realçando o caráter eminentemente político que há por trás do atual modelo tecnológico empregado na agricultura e a importância de se fazer o enfrentamento do mesmo (EMBRAPA, 2006).

A agroecologia na concepção científica tem em sua base estudiosos e pesquisadores como Altieri, Gliessman, Noorgard, Sevilla Guzmán, Toledo e Leff. Tem sido reafirmada como uma ciência ou disciplina científica, como um campo de conhecimento de caráter multidisciplinar que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias que nos permitem estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas (CAPORAL, 2009).

Segundo o mesmo autor os agroecossistemas são considerados como unidades fundamentais para o estudo e planejamento das intervenções humanas que visam o desenvolvimento rural sustentável. Nestas unidades geográficas e socioculturais ocorrem os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas onde se pode buscar uma análise sistêmica e holística do conjunto dessas relações e transformações.

Carmo (2008, p. 35) nos diz que a matriz do conhecimento agroecológico interliga dois princípios fundamentais - a preservação e ampliação da

biodiversidade dos agroecossistemas e a preservação da diversidade cultural das populações:

O primeiro princípio é a base para se produzir autorregulação e sustentabilidade dos sistemas agrícolas com a natureza, uma vez que quando a biodiversidade se restabelece, várias e complexas interações entre o solo, plantas, animais, e os ciclos geoquímicos naturais, voltam a aparecer traduzidos em efeitos benéficos ao ambiente. Está, portanto, relacionado com os ensinamentos fundamentais da preservação e crescimento da diversidade biológica, voltado à promoção do autofuncionamento e estabilidade ecológica dos sistemas agrícolas. O segundo princípio procura assegurar a diversidade de experiências e conhecimentos de grupos culturais, presentes nas agriculturas locais, tendo o etnoconhecimento um papel central na geração de tecnologias. Os agricultores, então, trabalham o agroecossistema conforme seu saber acumulado durante anos de convívio entre os elementos do ambiente e suas práticas agrícolas. A competência dos grupos étnicos da localidade está na convivência com os ecossistemas que lhes arbitra um saber sobre o ambiente, a vegetação, o solo, animais, clima, entre outros, fruto da sua permanência, às vezes por gerações, naquele lugar. Esse conhecimento vai além dos aspectos produtivos incorporando decisões de caráter multidimensional para a utilização da terra e a reprodução social.

A ciência construída na agroecologia busca a integração do conhecimento científico ao saber tradicional, estabelecendo novas estratégias para o desenvolvimento rural. Procura uma maior integração dos usos de saberes, experiências e conhecimentos dos povos indígenas, dos agricultores, das comunidades caiçaras, das comunidades quilombolas e dos ribeirinhos. Afirma que esse saber local possui conhecimentos os quais leva ao desenvolvimento de uma agricultura que potencialize sua biodiversidade e sua diversidade sociocultural. Observa-se que no sistema convencional da ciência e de produção agrícola não se confere legitimidade ao conhecimento tradicional e nem às formas de aprendizagem dos agricultores (CAPORAL, 2009).

Esse saber local dos agricultores se torna importante por contribuir na construção de propostas para a produção agroecológica, possuindo dois motivos centrais: primeiro por possuírem, pela capacidade da agricultura camponesa de co-evoluir, respeito aos processos ecológicos e segundo, pelo reconhecimento da necessidade de promover a emancipação de grupos sociais marginalizados econômica, social, política e culturalmente ao longo da história da humanidade (SILIPRANDI, 2009b).

Afirma Weid (2009) que o conhecimento dos agricultores familiares sobre os ecossistemas é um capital precioso no processo de transição agroecológica, tanto quanto o conhecimento científico da agroecologia. Preservar esses saberes e experiências criativas corresponde hoje a valorizar os processos de transição agroecológica em curso, que serão matriz da conservação mais ampla da agricultura brasileira.

A abordagem agroecológica incentiva assim os pesquisadores a conhecerem as práticas dos agricultores, resgatando seu conhecimento para desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos químicos e energéticos externos, com a finalidade de restaurar a sua resiliência e força, combatendo as causas dos estresses e restabelecendo o equilíbrio e que quando em total regeneração e estabilização, não seriam mais necessários os insumos externos. A intenção maior é a otimização do sistema como um todo em longo prazo e não de altos níveis de produtividade no curto prazo, como bem nos ensinam os agricultores familiares (CARMO, 2008).

Segundo Caporal; Costabeber (2004), a agroecologia possui princípios que constroem um potencial técnico-científico que é capaz de impulsionar uma mudança substancial no meio rural e na agricultura. Utilizada como base para reorientar ações de ensino, de pesquisa, de assistência técnica e de extensão rural, numa perspectiva que assegure uma maior sustentabilidade socioambiental e econômica para os diferentes agroecossistemas.

Conforme nos diz Altieri (1989), as influências sobre o pensamento agroecológico estão fundamentadas nas ciências agrícolas, no movimento ambientalista, na ecologia, nos estudos sobre desenvolvimento e nas pesquisas e estudos antropológicos com suas etnografias e análises sobre a lógica das práticas agrícolas dos povos indígenas e camponeses.

Os antropólogos trazem a contribuição da necessidade de se entender a organização social e as relações sociais de produção com a mesma importância que o ambiente e os cultivos, bem como resgatar o sentido do conhecimento empírico das populações e salientar a complexidade dos sistemas agrícolas. Nos últimos anos, esta perspectiva de conhecimento das

estratégias camponesas vem abordando o papel da mulher na agricultura e no manejo dos recursos naturais (PACHECO, 2002b).

A agroecologia caracteriza os processos de desenvolvimento rural sustentável baseando-se também na conjugação de vários fatores ecológicos como nos mostra Gliessman (2000, p.53):

(...) ter efeitos negativos mínimos no meio ambiente e não liberar substâncias tóxicas ou nocivas na atmosfera, em águas superficiais ou subterrâneas. Preservar e recompor a fertilidade, prevenir a erosão e manter a saúde ecológica do solo, pois baseia-se na reciclagem dos seus nutrientes. Usar água de maneira que permita a recarga de depósitos aquíferos e satisfazer as necessidades hídricas do ambiente e das pessoas. Dependem principalmente de recursos de dentro do agroecossistema, incluindo comunidades próximas e substituindo insumos externos por ciclagem de nutrientes, melhor conservação e uma base ampliada de conhecimento ecológico. Trabalhar para valorizar e conservar a diversidade biológica tanto em paisagens silvestres quanto em paisagens domesticadas. Garantir igualdade de acesso a práticas, conhecimento e tecnologias agrícolas adequados e possibilitar o controle local dos recursos agrícolas.

Para os movimentos sociais do campo a Agroecologia se apresenta como uma bandeira de luta que se contrapõe à agricultura excludente, responsável pela insegurança alimentar e nutricional de famílias no campo e nas cidades e pela perda da soberania alimentar do povo brasileiro. Contesta principalmente as desigualdades na distribuição de riquezas e o processo agrícola convencional que estão associados a inúmeros impactos negativos, como a concentração da terra, violência no campo, êxodo rural, desemprego urbano e a uma degradação dos recursos naturais sem precedentes. A proposta também inclui o aumento da quantidade dos alimentos, mas com uma produção saudável, adotando estratégias para que este alimento chegue à mesa do consumidor de forma igualitária, promovendo o acesso a todos (SILVA, 2010).

Os movimentos sociais que defendem a Agroecologia vêm desenvolvendo várias campanhas e lutas. No último ano obtivemos uma conquista importante enquanto sociedade, fruto das reivindicações dos movimentos sociais do campo e da floresta, que foram as mudanças no enfoque das políticas públicas em 2013 com a PNAPO (Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica) e do PLANAPO (Plano Nacional de

Agroecologia e Produção Orgânica) e do rompimento, ainda que parcial, com a visão produtivista e setorial.

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é uma política pública do Governo Federal criada para ampliar e efetivar ações para orientar o desenvolvimento rural sustentável. O Planapo é o principal instrumento de execução da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. O plano busca integrar e qualificar as diferentes políticas e programas dos dez ministérios parceiros na sua execução. O objetivo principal é articular e implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais. Possui como diretriz contribuir na promoção da redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres. Tem como público beneficiário agricultoras e agricultores, assentadas e assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, incluindo a juventude rural e suas organizações econômicas, que queiram fortalecer ou modificar suas práticas produtivas para sistemas agroecológicos ou orgânicos de produção (MDA, 2013).

Observa-se que a diversidade produtiva, a agregação de valor aos produtos cultivados e a organização dos produtores rurais em associações ou cooperativas que se dedicam aos mesmos segmentos produtivos contribuem para melhorar as condições de vida dos e das produtoras rurais, se constituindo em um dos caminhos importantes para a superação de problemas comuns (HESPANHOL, 2008).

Os movimentos sociais vêm se opondo ao modelo de agricultura convencional, prezando pela permanência e não expulsão da agricultura familiar do campo - que é a maior produtora de alimentos internos, - pela produção mais saudável dos alimentos sem uso de fertilizantes químicos, pelo acesso aos alimentos de forma igualitária por toda a população, uma maior produção alimentar para o autoconsumo das comunidades rurais e urbanas, o

fortalecimento das comunidades rurais e das organizações dos agricultores, do desenvolvimento da economia popular e solidária, o resgate das sementes crioulas, a diversificação dos agroecossistemas, a valorização do papel das mulheres no processo produtivo e a distribuição de terra e de renda. Buscam a valorização da sustentabilidade ambiental, cultural, social, ética e econômica (SILVA, 2010).

É observado que no sistema de produção agroecológico existem fatores que favorecem a melhoria da situação das mulheres, pois valoriza as atividades tradicionalmente desenvolvidas por elas como as hortas, pomares e a criação de pequenos animais. O fato de que a agroecologia implica uma mudança na forma de se relacionar com a natureza e com as pessoas, valorizando o “cuidado” que é tido como tarefa das mulheres, se torna outro fator de melhoria da situação das mulheres. Ainda, a produção agroecológica pressupõe a participação de todos os membros da família, integração do conjunto das atividades da propriedade, a participação das mulheres em espaços públicos, comercialização (feiras) permitindo o contato com pessoas, novos conhecimentos e habilidades, o reconhecimento do seu trabalho, gerando auto-estima e autonomia financeira (SILIPRANDI, 2009b).

Petersen et al. (2009) enfatizam que a perspectiva agroecológica para o desenvolvimento se articula com o debate sobre o papel e o lugar da agricultura camponesa nas sociedades contemporâneas. É o locus onde se encontram a Ciência da Agroecologia com o movimento agroecológico, que propõe a recampesinização do mundo rural como a única alternativa viável para crises provocadas pela civilização industrial.

Podemos também dizer que, tanto a concepção da agroecologia como ciência bem como movimento social, dão-lhe uma base para um modo de produção mais ecológico, convergem para concepções que a vem como alicerce para a transição do atual modelo convencional de agricultura para uma agricultura mais sustentável.

Apresenta de maneira integrada uma baixa dependência de insumos comerciais, uso de recursos renováveis locais, adaptação às condições locais, manutenção em longo prazo da capacidade produtiva, preservação da diversidade biológica e cultural e a produção tanto para

consumo de subsistência e mercado local, como para exportação (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Segundo estes mesmos autores, a agroecologia é fundamentada em novos estilos de produção agropecuária e processos de desenvolvimento rural sustentável. É uma base para reorientar uma sustentabilidade socioambiental e econômica para os diferentes agroecossistemas.

É realçado por Weid (2004) que os resultados das experiências agroecológicas em todo o mundo vêm permitindo afirmar que o enfoque agroecológico propicia o aumento da produção e dos rendimentos sem que seja necessário o emprego dos insumos e equipamentos dos sistemas da Revolução Verde. São práticas que vêm se constituindo com base na valorização dos recursos locais, em especial da grande diversidade de espécies de plantas cultivadas e melhoradas pelos agricultores familiares.

A agroecologia está se firmando como aquela que agrega princípios ecológicos, agronômicos, sociais e econômicos para avaliar o efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Aparece como uma nova possibilidade de transformação, não apenas da base produtiva, mas também da inclusão humana na modificação de agroecossistemas, em uma visão evolutiva sociedade-natureza (CARMO, 2008).

Como vimos, além da base ecológica, a agricultura sustentável inspirada na agroecologia, tem uma perspectiva social, econômica e cultural. As estratégias dos agricultores familiares se tornam importantes, pois respondem não apenas a forças ambientais, bióticas e das culturas, mas refletem estratégias de subsistência e condições econômicas. Os fatores como disponibilidade de mão-de-obra, acessos a condições de crédito adaptadas, subsídios, riscos previstos, tamanho e composição da família, acesso a outras formas de subsistência, doenças, são exemplos que devem ser levados em conta na análise da produção (SILIPRANDI, 2009a).

Podemos assim perceber que a agroecologia não pode ser confundida com as diferentes agriculturas de bases ecológicas, a exemplo da agricultura orgânica, que têm o mercado como o alvo principal da produção. O enfoque unidimensional é insuficiente para responder à complexa realidade da

agricultura enquanto espaço de produção e reprodução sociocultural e ambiental (CARMO, 2008).

Observa-se assim que a agroecologia defendida na ciência e nos movimentos sociais se tornou um movimento político que vem contribuindo para que o conjunto dos agricultores, incluindo as mulheres, construam maiores níveis de autonomia, permitindo diminuir as relações de dependência e abrindo espaço para que conquistem sua autonomia e se libertem dos diversos tipos de opressão (FERREIRA, 2009).

2.5 Segurança Alimentar e a Agroecologia

É feita a análise de que o agronegócio não garante a segurança alimentar e coloca em risco a sustentabilidade, não apenas da própria atividade, mas da sociedade brasileira como um todo. É evidenciado, por outro lado, que a agroecologia permite responder estruturalmente aos graves problemas de abastecimento alimentar, assim como aos problemas econômicos, sociais e ambientais que vêm se intensificando com o avanço do agronegócio (WEID, 2004).

O conceito de Segurança Alimentar é internacionalmente reconhecido, referindo-se à “garantia de que todas as pessoas tenham a todo o momento, acesso material e econômico aos alimentos que necessitam para levar uma vida ativa e saudável”, “preservando-se os recursos naturais e com a crescente eliminação da poluição associada ao processo alimentar” (ZIBETTI, 2002).

Segundo Siliprandi (2012, pag.144), a

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) não é um conceito monolítico, mas integra várias dimensões do processo de alimentação e nutrição: diz respeito ao acesso, à qualidade e à quantidade de alimentos que as pessoas dispõem habitualmente; depende das condições de saúde, saneamento e da sustentabilidade do ambiente em que se vive; e da garantia, a todas as pessoas, de terem a sua dignidade respeitada no ato de se alimentar.

A Agroecologia neste contexto se apresenta como uma importante alternativa no combate à Insegurança Alimentar, por se contrapor principalmente a desigualdades na distribuição de riquezas e ao processo agrícola convencional, propondo-se aumentar a quantidade dos alimentos, com

uma produção saudável e que garanta o acesso a todos. O modelo de agricultura convencional, excludente e conservador, não poderá resolver o problema de Insegurança Alimentar, por prezar pela simplificação da produção, baseada em poucas variedades de produtos e que ainda são voltados principalmente à exportação, persistindo o problema da falta de Segurança Alimentar e Nutricional (SILVA, 2010).

Carmo (2008) ainda nos ressalta que a agroecologia pode ainda não estar completamente revestida de uma força transformadora da realidade contemporânea, mas que possui um potencial político por estar presente nas pautas dos movimentos sociais e segmentos expressivos da sociedade como os intelectuais, estudantes, professores e agentes mediadores do serviço público. Que essa potencialidade está no campo de conhecimento aberto para transformar a base produtiva, por meio da ação social coletiva, contribuindo para reconstruir os processos da co-evolução social e ecológica da civilização contemporânea.

2.6 A realidade da vida das mulheres rurais

Diante deste contexto, ao observarmos o caso das mulheres do meio rural, conclui-se que suas condições são ainda mais complexas. Estudos e análises sobre a vida das mulheres confirmam que as mulheres do campo enfrentam dupla dependência: as que estão diretamente relacionadas à realidade do meio rural das quais fazem parte, tendo uma acentuada invisibilidade diante das políticas públicas vigentes, como as barreiras de acesso às políticas de reforma agrária; e a relacionada à diferença de gênero, de mulheres imersas em relações familiares patriarcais em situações de machismo e violência dentro de suas próprias casas. Observa-se também que ambas as dificuldades são ligadas e dependentes dos processos relacionados à mercantilização da natureza (KIEL, 2011).

Conforme afirmam Bruno et al. (2011) tais mulheres estão inseridas nas dificuldades e precariedades de infra-estrutura, escoamento da produção, acesso aos mercados, às máquinas e instrumentos adequados à produção, ao acesso a créditos e recursos, à capacitação condizente com as necessidades

da produção e de mercado, e à garantia do direito de participação social e política. Enfrentam ainda o desafio de não possuírem a titulação da terra em seus nomes, a falta de documentação, o excesso de burocracia para acessar as políticas públicas e a não garantia de renda fixa para ser comprovada, obrigatória em inúmeras circunstâncias jurídico-formais.

Constata-se que as mulheres produtoras rurais possuem grandes dificuldades de se inserirem nas atividades de comercialização, em função das suas atribuições serem voltadas prioritariamente para a vida doméstica, para o espaço privado. Siliprandi; Cintrão (2011) ressaltam a importância das mulheres produtoras rurais em atividades de comercialização, enfatizam que isto possibilita uma melhora em sua renda, ajudando a promover a sua autonomia econômica, possibilita o aumento da sua sociabilidade, por não ficarem somente no espaço doméstico e ainda promove um aumento na sua auto-estima, um maior reconhecimento junto às famílias e às comunidades, o aprendizado de novas tecnologias e a valorização da vivência de novas experiências, como viagens e participação em feiras.

Segundo as mesmas autoras, em relação à Bolsa-Família, a mesma pode ser citada como um exemplo de política que propiciou às mulheres o acesso direto a recursos monetários e um reconhecimento da sua cidadania com sua saída do “anonimato”. A titularidade do benefício Bolsa-Família encontra-se no nome das mulheres, resultando, de certa forma, em uma emancipação das mesmas por terem diferentes prioridades de compra e acesso direto aos recursos. Relatam que muitas beneficiárias adquiriram uma maior visibilidade na sociedade, um aumento do poder de decisão fora do domicílio, refletindo assim, possibilidades de expressão e direito a voz, abrindo caminho para o reconhecimento dos direitos de cidadania das mulheres.

Observa-se ainda no âmbito da assistência técnica, que quando esta existe para a agricultura camponesa tem o foco no “chefe da propriedade”, nesse caso o homem. Constata-se que a formação dos técnicos/as agrícolas ainda é feita em uma estrutura extremamente machista e conservadora, não conseguindo propor alternativas de autonomia produtiva para as mulheres e uma devida valorização da participação feminina na construção social, sendo

que o seu trabalho não é reconhecido, no sentido ontológico e no sentido de trabalho produtivo. Percebe-se assim, como afirma Santos (2009), a persistência em grande medida de uma sociedade patriarcal, com o predomínio em grande escala da dominação do homem sobre a mulher.

Assim, o trabalho doméstico, desempenhado por mulheres, se configura como um trabalho não capitalista, uma vez que este produz “bens e serviços” que não circulam no mercado para efeito de troca e lucro e por sua vez são remunerados com renda pessoal. Como todas as atividades da sociedade capitalista, este trabalho está diretamente ligado, interfere e é interferido na produção de mais valia (SAFFIOTI, 1984).

Este fato é constatado na história da sociedade, que nos demonstra que existe uma situação de opressão das mulheres. Os fatos nos remetem a uma relação de opressão que se manifesta como um fenômeno de dupla face: a exploração e a dominação. Cabe dizer que a opressão sofrida pela mulher pelo simples fato de ser mulher está presente na totalidade das relações homem-mulher e tem na divisão sexual do trabalho seu componente estruturante, não sendo reconhecidas como sujeitos ativos nos processos produtivos (SAFFIOTI, 1987).

Segundo Siliprandi; Cintrão (2011), dentro da unidade familiar existem diferentes formas de acesso e controle sobre a terra e os demais recursos produtivos, em que embora as mulheres trabalhem em praticamente todas as tarefas da propriedade, muitas vezes não participam da decisão sobre os usos dos recursos ou sobre as prioridades da família e não têm acesso à renda gerada por seu trabalho. Este fato fica bastante evidente quando observamos as estatísticas oficiais, as mulheres agricultoras são maioria entre os “membros não remunerados” da família, o que leva a um comprometimento da autonomia pessoal e financeira das mesmas.

Observa-se que somente a partir da luta das mulheres e da sua organização em movimentos próprios, ou seja, movimentos de mulheres, que vêm sendo feitas denúncias de que essa construção social é injusta, ao mesmo tempo em que buscam a valorização da participação feminina. Segundo Paulilo (2000) a organização de espaços somente de mulheres remete a uma

libertação da opressão existente. Embora haja os que defendem a ideia de que homens e mulheres devem discutir juntos os problemas que afligem a mulher, há uma diferença nestes espaços no que se remete a “falar”, a ser “escutada”; espaço público e vergonha andam juntos na educação feminina. A mesma autora comenta que as opiniões, as ideias dos homens em espaços mistos sempre valeram mais, o que anula a capacidade de contribuição das mulheres.

Conclui-se que muito do que já mudou no meio rural no sentido de melhorar a vida das mulheres, foi resultado das reivindicações históricas e mobilizações dos vários movimentos de mulheres rurais, que encontraram setores sensíveis às suas propostas e dispostos a construir alianças para a implantação de propostas inovadoras. O desafio colocado, no entanto, está em conseguirem estreitar ainda mais as alianças com outros setores tais como sindicatos, universidades, igrejas, organizações não-governamentais, partidos políticos e órgãos de extensão rural, no sentido de institucionalizar o espaço a ser ocupado permanentemente pelas mulheres rurais e de se organizarem ainda mais, para mostrar a toda a sociedade, que são sujeitos plenos de direitos e dignas de serem beneficiárias diretas de políticas, e não apenas como componentes subordinados dentro da unidade familiar de produção (SILIPRANDI, 2013a).

2.7 As lutas, as conquistas e a organização das trabalhadoras rurais

Ainda hoje, como vimos acima, o trabalho das mulheres é visto de forma desvalorizada e qualificado na divisão sexual do trabalho como tarefa “de menor esforço”, situado na esfera da “ajuda”. Segundo Lisboa (2010), muitas mulheres consideram que o motivo fundamental de sua não incorporação nas cooperativas é a obrigação de atender ao trabalho doméstico e não possuir uma imperiosa necessidade econômica nem social.

Segundo Butto (2011), nas últimas décadas, a superação destas subordinações das mulheres rurais tem sido objeto da ação política dos movimentos de mulheres e da auto-organização de mulheres em movimentos sociais mistos, organizações autônomas de mulheres, sindicais e de sem terra. No Brasil, este processo teve início a partir de meados da década de 80 e nos

anos 90, ganhando força a atuação das mulheres rurais nos diferentes movimentos. Reivindicam direitos econômicos e sociais, atuando como sujeitos políticos que questionam as relações de poder existentes em seu ambiente e na sociedade.

Como citado anteriormente, o aparecimento dos movimentos de mulheres rurais remonta aos anos 1980 no Brasil, sendo que as primeiras manifestações giraram em torno de seus direitos à sindicalização de forma independente de pais, irmãos, maridos. Nesta época vivia-se um período de ressurgimento dos movimentos sociais após vinte anos de ditadura militar. O processo de organização das mulheres rurais se iniciou pela influência dos movimentos feministas urbanos, que reivindicavam direitos para as mulheres. As mulheres rurais começaram a se organizar em grupos com o apoio de setores das igrejas progressistas, como parte da proposta de disseminação das comunidades eclesiais de base (SILIPRANDI, 2013a).

Segundo a mesma autora, nos dias atuais, em todo o país, têm contribuído para esse processo organizativo as organizações não-governamentais de apoio ao desenvolvimento rural, que passaram a utilizar os enfoques de gênero, como também as organizações feministas que vêm trabalhando com as mulheres rurais. Com base em grupos de caráter local e comunitário, estas entidades incentivam a autonomia econômica das mulheres e reforçam o seu papel de lideranças.

Estas organizações vêm dando uma grande contribuição para os Movimentos de Mulheres Agricultoras, para o aprofundamento democrático do país e para o início do processo de superação das desigualdades de gênero a partir dos anos de 1980. Através de seus trabalhos de base, as mulheres camponesas foram questionando as estruturas de dominação cultural, social e política que alicerçavam as relações sociais. Seus objetivos mais fortes foram e ainda são a conquista de direitos para as mulheres camponesas, pela sua participação efetiva nos espaços de decisão da sociedade, pelos direitos sociais para estas mulheres e suas famílias e pela sua autonomia e emancipação (LISBOA, 2010).

Suas principais reivindicações foram em torno dos direitos igualitários à terra na reforma agrária, ao acesso aos direitos sociais, pela valorização e a valorização do seu trabalho como agricultoras, o que inclui a participação política nos espaços de poder e decisão, na produção e no patrimônio. Reivindicam a garantia de geração de renda e de serem incluídas no Bloco da Produtora Rural bem como de se integrar de maneira igualitária nas políticas públicas da agricultura familiar e da reforma agrária (BUTTO, 2011). Em relação às necessidades básicas, identificam, além da alimentação, moradia, saúde e proteção social, as necessidades de educação, cultura, liberdade, existência de condições adequadas para pensar, refletir, optar e decidir (LISBOA, 2010).

Na Europa, os anos 70 foram marcados por uma reação das mulheres trabalhadoras rurais à dureza do trabalho agrícola, com a sua atuação reduzida à esfera doméstica. Nos anos de 1980, apresenta-se uma mudança no sentido da valorização das mulheres enquanto “profissionais da agricultura”, observando-se também o mesmo no Brasil (PAULILO, 2000).

Nos anos recentes as mulheres passaram a reivindicar com maior ênfase o reconhecimento institucional do seu papel nas atividades produtivas, com reivindicações específicas e mais detalhadas nos temas do crédito, das políticas de comercialização e assistência técnica especializada. Lutam pelo reconhecimento de sua produção, por exemplo, nos quintais, com as hortas, pomares e criação de pequenos animais, sendo esta parte da terra que lhes dá certa autonomia. Segundo Butto (2011), ganha também importância a relação entre gênero e agroecologia, com destaque para a especificidade do seu trabalho no manejo sustentável e na conservação da biodiversidade como guardiãs das sementes crioulas.

Tiveram suas primeiras aparições públicas em eventos massivos ainda em meados da década de 80, em um processo de mobilização dos movimentos de mulheres para influenciar a Assembleia Nacional Constituinte, fazendo marchas a Brasília e abaixo-assinados. Obtiveram duas importantes conquistas na Carta promulgada em 1988: a menção explícita ao direito das mulheres à terra e sua inclusão como beneficiárias da previdência social, conquistando o direito à aposentadoria, à licença-saúde, e à licença maternidade, na condição

de seguradas especiais. Contudo a regulamentação dos direitos adquiridos e a garantia da sua efetivação foram motivos de manifestações nos anos seguintes (SILIPRANDI, 2013a).

São apontados nos documentos das mulheres camponesas três principais conquistas: em 1994, a ampliação do Salário Maternidade para as mulheres trabalhadoras rurais, direito antes garantido apenas para as trabalhadoras urbanas; o reconhecimento da profissão de 'agricultora', anteriormente reconhecida somente para os homens, o que lhes permitiram o direito de se sindicalizarem e acessarem direitos trabalhistas na condição de 'trabalhadoras' e não mais na condição de 'dependentes' de seus esposos, pais ou filhos; e o direito à 'aposentadoria rural para as mulheres', instituída em 1995 (LISBOA, 2010).

Segundo a mesma autora, fez parte também de suas primeiras conquistas o dia 15 de outubro, titulado como "Dia Internacional das Mulheres Rurais". Tem sua origem na Conferência de Beijing (1995) organizada pela ONU, como resultado das reivindicações da Federação Internacional de Produtores Agrícolas – FIPA, da Rede de Associações de Mulheres Camponesas Africanas – NARWA e da Fundação "Cumbre Mundial de la Mujer" – FCMM. A ONU reconheceu essa data em 2008.

A primeira década dos anos 2000 pode ser considerada como o período em que as agricultoras apareceram publicamente pela primeira vez como produtoras rurais propriamente ditas, reivindicando a partir disso o direito de serem beneficiárias de políticas produtivas e exigindo tratamento diferenciado por parte da sociedade e do Estado. Esta atuação enquanto produtoras rurais foi marcada por suas grandes lutas, como as Marchas das Margaridas organizadas em 2000, 2003 e 2007 por um conjunto de organizações coordenadas pela Comissão Nacional da Trabalhadora Rural da CONTAG e as grandes manifestações da Via Campesina nas comemorações do dia 8 de março, ocorridas a partir de 2006 (SILIPRANDI, 2013a).

Parte destas manifestações tem como base a leitura de que o meio rural tende a ser mais conservador que o meio urbano, devido à preservação das tradições, vínculo com a religião, principalmente o cristianismo. Sua condição

de “membro não remunerado da família” expressa uma desigualdade de gênero e mascara o significado da inserção produtiva das mulheres. Mesmo participando de numerosas atividades agrícolas e extrativas em dupla ou tripla jornada, a invisibilidade de seu trabalho permanece (PACHECO, 1997).

Contudo, observa-se que essa situação tem mudado nos últimos anos em decorrência de dois principais motivos: a obtenção da aposentadoria e de outros benefícios sociais (como a Bolsa-Família), que são recebidos diretamente pelas mulheres; e pelo avanço da discussão sobre a necessidade de garantia da autonomia econômica das mulheres, proposta por certos movimentos (SILIPRANDI, 2013a).

Foi a partir das lutas das mulheres que iniciaram-se as tensões dentro dos movimentos mistos (sindicais, de luta pela terra e outros) por conta da não priorização dos problemas apontados pelas mulheres, assim como o surgimento de especificidades regionais. Constituíram-se ao longo da década os seguintes movimentos autônomos de mulheres: os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs), principalmente no Sul e no Nordeste do país (alguns dos quais se unificaram na década de 2000, sob o nome de Movimento de Mulheres Camponesas - MMC, ingressando na Via Campesina); a articulação das quebradeiras de Coco Babaçu no Norte-Nordeste (que viria a se transformar, na década de 1990, no Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, MIQCB); e, posteriormente, diversas organizações de representações específicas (de pescadoras, de indígenas e de quilombolas, entre outras) (SILIPRANDI, 2009a).

Contudo observa-se que parte expressiva das militantes rurais permaneceu dentro das organizações mistas, tais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), nas associações de produtores, cooperativas e experiências de produção e comercialização de produtos agrícolas, extrativistas, da pesca e artesanais, ajudando a construir as redes de economia solidária e de produção agroecológica hoje existentes no país. Siliprandi (2013a) ainda ressalta organizações que vêm assessorando os movimentos de mulheres em suas mobilizações, na interlocução com poderes públicos e

promovendo experiências produtivas e de comercialização solidária envolvendo os grupos de mulheres rurais. Como exemplo cita a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), com sede em São Paulo; o SOS-Corpo Instituto Feminista para a Democracia, com sede em Recife; a Casa da Mulher do Nordeste, também com sede em Recife e o Centro Feminista 8 de Março, em Mossoró.

Essa afirmação de identidade das mulheres enquanto um movimento, que, de certa forma, perpassa todas essas categorias, vem se dando como fruto do questionamento de gênero que passou a ser incorporado nos discursos e nas práticas dos distintos movimentos. E, ainda, em função do amadurecimento da organização política das próprias mulheres. Observa-se que os problemas das mulheres não dizem respeito apenas ao mundo público, mas também ao mundo do lar e à visão de agricultura familiar (ou camponesa) que se quer afirmar. Nesses processos, as mulheres têm buscado ultrapassar os bloqueios existentes para que possam aparecer com posições próprias (SILIPRANDI, 2013a).

A partir de suas reivindicações frente ao Estado, nos últimos anos vêm ocorrendo alguns avanços nos programas de financiamento público para mulheres no campo. No Brasil, cita-se o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995 e o PRONAF – Eco (Semeando Verde). Ambos tiveram início em 2000 e foram previstos na política de desenvolvimento da agricultura familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O PRONAF possui uma linha de atendimento que considera as diferenças de gênero existentes no meio rural, em que menciona que “promover a equidade de gênero significa reconhecer que mulheres e homens possuem necessidades e prioridades distintas, enfrentam distintos tipos de obstáculo, possuem distintas aspirações, porém, a partir dessas diferenças contribuem ‘por igual’ ao desenvolvimento da sociedade”. Contudo como vimos no tópico acima, ainda vem funcionando com um patamar de desigualdade favorecendo os homens, uma vez que inclui uma série de exigências nos critérios de adesão e o valor de crédito disponibilizado às mulheres é inferior ao valor disponibilizado aos homens (LISBOA, 2010).

Existe uma determinação do INCRA, no ano de 2001, de que no mínimo 30% dos recursos relativos às linhas de crédito do PRONAF sejam destinados preferencialmente para as mulheres trabalhadoras rurais. O INCRA recomendou também a criação, em 2002, de uma linha de crédito destinada às mulheres (Portaria nº 121 22/05/ 01). Necessitando neste processo que sejam feitas análises para verificar a implementação dessas definições e seu sentido para as mulheres (PACHECO, 2002a).

Com a mudança do governo federal do Brasil para uma proposta de cunho popular a partir de 2003, observou-se o fortalecimento das possibilidades de diálogo entre os movimentos de mulheres rurais e setores governamentais. Com a participação das agricultoras familiares nas duas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (2003 e 2007) e o fortalecimento dos movimentos auto-organizados de mulheres, o governo federal vem estruturando uma série de políticas públicas com enfoque de gênero e visando o empoderamento das mulheres, sendo o principal enfoque, no que diz respeito ao meio rural, a Assessoria Especial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SILIPRANDI, 2013a).

Hoje existe um Programa de Apoio à Organização Produtiva de Mulheres Rurais (PAOPMR) coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que tem como objetivo fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, garantindo o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização. Propõe-se a promover a autonomia econômica das mulheres, incentivando a troca de informações, de conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia feminista e solidária. Participa a CONAB, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

No âmbito da política que vem sendo desenvolvida, a mais conhecida entre as mulheres é o PRONAF-Mulher, uma modalidade de crédito específica

para mulheres no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Outras políticas que foram implantadas e que vêm tendo algum impacto são: a titulação da terra conjunta obrigatória; a mudança de critérios para que as mulheres solteiras possam ser beneficiadas com a posse da terra; as mudanças na assistência técnica aos assentamentos, com enfoque de gênero; as políticas de assistência técnica produtiva e de comercialização específicas para grupos de mulheres; a criação do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural; o Programa de Apoio à Organização Produtiva de Mulheres Rurais; as políticas de apoio à sua organização para participação em processos de negociação sobre os territórios rurais e as políticas específicas de etno-desenvolvimento para mulheres quilombolas e indígenas (SILIPRANDI, 2013a).

Foi criado em 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos, em que vem sendo observada uma grande participação das mulheres - foi uma das políticas estruturantes da Estratégia Fome Zero, com os recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (estes a partir de 2006), contando ainda com pequenas complementações de Estados e Municípios. Seus objetivos são incentivar a produção de alimentos na agricultura familiar, permitindo a comercialização para o mercado institucional e contribuir para o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade para as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, e colaborar na formação de estoques. Para participar do programa é necessário estar enquadrado nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF), através da apresentação da DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

Contudo como ressalta Nobre (2008), existem questões a serem repensadas, para que as políticas de desenvolvimento rural contemplem efetivamente as demandas das mulheres e avancem na construção de um novo modelo de desenvolvimento mais justo e equitativo, com soberania e segurança alimentar. Enfatiza a importância da valorização do conjunto de atividades necessárias à sustentação da vida humana, como apontado por teóricas da Economia Feminista.

Observa-se que hoje, apesar dos avanços nas políticas de desenvolvimento rural, a organização em grupos produtivos vem sendo uma das formas buscadas pelas mulheres rurais para fortalecer a sua capacidade produtiva e minimizar os problemas enfrentados na comercialização. Contudo, contam com pouco financiamento, quase sempre obtido junto a organizações não-governamentais. Normalmente esses grupos não se especializam em uma única atividade, dedicando-se a diferentes tipos de produtos, conforme o período do ano, combinando a transformação de produtos agrícolas com artesanato, por exemplo. São normalmente grupos informais, que vendem quase sempre seus produtos diretamente ao consumidor, em mercados locais (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

2.8 As concepções do feminismo em seu processo histórico e na atualidade

Como mencionado no tópico acima, muitas iniciativas envolvendo mulheres aconteceram para quebrar preconceitos e violência dentro de casa (espaço privado) e nas lutas sociais (espaço público). Algumas dessas lutas deram origem a movimentos e entidades feministas de grande contribuição para o avanço da emancipação das mulheres. Estudos datam três séculos de história de organização enquanto sujeitos coletivos, sendo que os principais movimentos surgem no século 20, junto com a grande onda de movimentos que buscam a transformação da realidade. Diante do fato, hoje podemos concluir que como a Agroecologia, o Feminismo vem sendo discutido enquanto teoria crítica e também enquanto um movimento social.

Segundo Siliprandi (2009b), o feminismo pode assim ser visto, pois ao mesmo tempo, vem sendo construído enquanto uma teoria crítica e como um movimento social que se dedica a desvendar os mecanismos de coerção estrutural responsáveis pela histórica subordinação das mulheres aos homens. Esses mecanismos, em ambos espaços, são descritos como um sistema sexo-gênero, chamado de patriarcado, presente na grande maioria das sociedades conhecidas e que se sustenta sobre raízes materiais, mas também ideológicas e simbólicas.

O Feminismo, desde a sua primeira expressão em 1789 na França no processo da Revolução Francesa, quando as mulheres do Terceiro Estado demandaram explicitamente exercer um trabalho para não serem mais reduzidas ao estado de dependente, vem se reafirmando como um movimento social que deve ser considerado imprescindível em qualquer processo de transformação das relações sociais (KOLLONTAI, 1980).

Enquanto movimento social o Feminismo vem construindo a ampliação de espaços de atuação das mulheres, se tornando uma ferramenta política de poder popular. Como vimos, vem lutando por respeito ao trabalho digno, equidade e igualdade. No Brasil destaco, para melhor exemplificar de como vem acontecendo estes processos, duas organizações feministas: a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) que vem se destacando na construção da auto-organização das mulheres rurais e urbanas e o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), que foi o primeiro movimento feminista e camponês no Brasil.

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) surge no Brasil em 1998, está organizada no mundo inteiro e expressa uma recomposição do campo anti-capitalista do feminismo. Possuem dois princípios em sua construção: a auto-organização de um movimento autônomo de mulheres em coletivos e movimentos mistos; e a construção de alianças com outros movimentos sociais. Trazem a reflexão de que o mercado organiza a vida das mulheres, acontecendo a mercantilização dos corpos e da vida das mesmas, existindo uma conexão entre a globalização, empresas transnacionais e o controle sobre o trabalho, os corpos e os territórios. Afirmam que as mesmas empresas transnacionais que atuam nas tecnologias baseadas no controle do corpo e da reprodução também atuam na produção de sementes transgênicas (FARIA, 2009).

A MMM vem atuando para a construção coletiva de argumentos e da força das mulheres, a partir da realidade que estão vivendo, ressaltando exemplos de luta e resistência. Buscam a partir do feminismo “desmascarar” e desnaturalizar o discurso econômico. Fazem o deslocamento do direito das mulheres do terreno social, localizando-o no plano econômico e dando

visibilidade às suas contribuições para a economia e de seu papel como protagonistas neste terreno. Lutam pelo reconhecimento do estatuto econômico da reprodução e pela necessidade de rompimento com a linha divisória traçada pelo neoliberalismo entre econômico e social (FARIA; MORENO, 2008).

Segundo Faria (2009), a MMM está vinculada à necessidade de construir um amplo processo de luta a partir dos setores populares em resposta à ofensiva capitalista a partir da globalização neoliberal e do reforço do machismo. Cria assim, propostas de construção de uma transnacionalização das lutas ancorada no trabalho de base popular no campo e na cidade e em conexão com ações nacionais e internacionais, fazendo ainda a análise da imbricação entre o capitalismo, racismo e patriarcado. Baseia-se na crença da capacidade das mulheres enquanto sujeitos políticos, atuando para as mesmas reconhecerem seu valor, o que inclui o amor próprio e a autonomia pessoal. Fazem para isso a combinação das práticas de educação popular e de grupos de reflexão feministas.

O Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) foi o primeiro movimento feminista e camponês no Brasil que pautou a valorização e valorização do trabalho da mulher camponesa e foi contra as formas de violência praticadas contra as mulheres. Segundo o MMC (2013), o movimento defende um projeto de agricultura camponesa agroecológica que promova a dignidade das mulheres e suas famílias, onde os espaços comunitários sejam preservados e que a cultura e a identidade feminista e camponesa possam contribuir para a construção de novas relações entre as pessoas e desta com a natureza. Buscam contribuir no processo de construção de uma nova sociedade, justa, igualitária e que valorize o trabalho das mulheres, livre de qualquer tipo de exploração, dominação, discriminação e violência. Consideram como missão:

(...) a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Lutamos por uma sociedade baseada em novas relações entre os seres humanos e destes com a natureza (MMC, 2013.p.2).

O MMC atualmente trabalha com três grandes áreas de lutas sociais: a

questão da justa distribuição de terra para quem nela deseja viver e trabalhar; a criação, implantação e execução de políticas públicas, econômicas sociais e culturais que possibilitem o desenvolvimento da agricultura camponesa, sustentável e agroecológica; e pela garantia de manutenção e efetivação de direitos já conquistados anteriormente. Lisboa (2010) destaca a atual “bandeira de luta” configurada como mensagem política do MMC/ SC: “a emancipação das mulheres camponesas e a construção da agricultura camponesa e ecológica combinadas com a luta pela transformação da sociedade”. Ressalta a mensagem que diz: “Queremos continuar no campo, produzindo alimentos, preservando a vida, as espécies e a natureza, desenvolvendo experiências de um Projeto popular para a agricultura, através: da agroecologia, da preservação da biodiversidade, do uso das plantas medicinais, da recuperação das sementes como patrimônio dos povos a serviço da humanidade, da alimentação saudável como soberania das nações, da diversificação da produção e da valorização do trabalho das mulheres camponesas”.

Observou-se que estas propostas se assemelham com a deliberada no I Encontro Internacional de Mulheres da Floresta Amazônica, organizado pelo Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia em 1998, que incluiu em sua agenda de lutas a defesa da biodiversidade, condenando a biopirataria. Defendem entre outras, as seguintes propostas: “(i) a garantia da participação de representante das mulheres nos programas de defesa ambiental; (ii) a promulgação de leis que regulem o acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento tradicional para coibir a biopirataria; (iii) o reforço das organizações de mães, jovens, agentes de saúde, etc., no sentido de valorizar os conhecimentos tradicionais” (PACHECO, 2002a).

Segundo documentos do Movimento das Mulheres Camponesas (2013), a auto-organização das mulheres possibilitou a conquista de direitos como o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, salário-maternidade, aposentadoria aos 55 anos para mulher e 60 para os homens, a pensão às viúvas e aos viúvos, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-doença e auxílio-reclusão, além do envolvimento na luta pela saúde pública, na construção e

implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) bem como de políticas de saúde para as mulheres.

O Movimento ainda discute os sistemas agroalimentares. Defende a ideia de que é necessário um complexo que seja facilitador da emergência de novos sistemas, sendo o mesmo centrado na soberania e na segurança alimentar, que tenha como princípio a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. Modelo este que seja preocupado com sustentabilidade ambiental e pautado em uma produção socialmente justa, valorizadora das diversidades sociais, culturais e étnicas. Fundamentados assim na distribuição da terra e nos meios necessários a produção, em que os investimentos financeiros e técnicos priorizem as camponesas e os camponeses, possibilitando a inclusão produtiva (MIRANDA, 2007).

O MMC compõe a Via Campesina, movimento internacional que articula distintos movimentos de camponeses, indígenas e pescadores. Foi criada em 1993, na Bélgica e desde seu início o tema da organização das mulheres vem sendo trabalhado dentro dos seus princípios programáticos. Desde 1996, elas defendem os direitos das mulheres como produtoras e mantenedoras de um modelo de alimentação respeitador dos costumes locais. As mulheres da Via Campesina têm protagonizando desde de 2006 eventos públicos para marcar o Dia Internacional da Mulher como uma jornada de lutas, denunciando o Agronegócio e pautando que natureza é um bem comum e deve servir em benefício de toda a humanidade (SILIPRANDI, 2009a).

O movimento feminista no Brasil teve sua maior expressão na década de 1970 e embora influenciado pelas experiências europeias e norte-americanas, o início do feminismo brasileiro foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964. Uma parte expressiva dos grupos feministas estava articulada às organizações de influência marxista, clandestinas à época, e fortemente comprometidas com a oposição à ditadura militar, o que imprimiu ao movimento características próprias (SARTI, 2004).

O mesmo esteve intimamente articulado com outros movimentos sociais da época, movimentos estes de caráter popular, que pautavam a luta por

moradia, melhores condições de vida (água encanada, luz, transporte), luta pela criação de creches nas fábricas e universidades, movimentos políticos, como os movimentos pela anistia aos presos políticos, contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas do país e o movimento dos homossexuais. Como aconteceram com outros movimentos, várias das iniciativas mais organizadas estavam vinculadas à Igreja ou ao Partido, embora houvesse um permanente ponto de fricção nessa aliança com a Igreja, que era a defesa do aborto feita pelas feministas (CORRÊA, 2001).

Sarti (2004) enfatiza que o movimento feminista causou grande impacto tanto no plano das instituições sociais e políticas, como nos costumes e hábitos cotidianos, ampliando o espaço de atuação pública da mulher. Embora o feminismo tenha comportado uma pluralidade de manifestações, ressaltou a particularidade da articulação da experiência feminista brasileira com o momento histórico e político no qual se desenvolveu, marcando uma época, diferenciando gerações de mulheres e modificando formas de pensar e viver.

A mesma autora nos traz o saldo da experiência de resistência das mulheres à ditadura. Ressalta a modernização do país naquela época, em que ocorreu uma expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional, ainda que de forma excludente e gerou novas oportunidades para as mulheres. Esse processo de modernização, acompanhado pela efervescência cultural de 1968, com novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais influenciou decisivamente o mundo privado. Estas novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal. Nesse contexto, o Ano Internacional da Mulher, 1975, foi oficialmente declarado pela ONU, propiciando o cenário que permitiu uma maior visibilidade do movimento feminista.

Observamos também como um saldo positivo, apesar das contradições que ainda existem, a saída das mulheres do espaço privado/doméstico. Em vertentes norte-americanas e europeias, que influenciaram os movimentos de mulheres no Brasil, o trabalho remunerado era visto como a estratégia possível de emancipação da dona-de-casa de seu papel subserviente na família. Era

fundamentado pelo feminismo de que a raiz da subordinação da mulher está na exclusão do mundo produtivo, tanto na versão do feminismo liberal como no do marxista (BRUSCHINI, 1996).

Podemos observar que no contexto mundial o feminismo passou por várias fases, que ficaram conhecidas como “ondas do feminismo”. As diferentes fases ocorreram em épocas distintas, construídas conforme as necessidades políticas, o contexto material e social. A primeira onda do feminismo representa o surgimento do movimento feminista, que nasceu como movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, direitos que eram reservados apenas aos homens. Inscreve-se nesta primeira fase a denúncia da opressão à mulher imposta pelo patriarcado. Teve fundamental importância nessa fase o movimento sufragista, que se estruturou na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos e na Espanha. O objetivo nessa época, era a luta contra a discriminação das mulheres e pela garantia de direitos, inclusive do direito ao voto. A segunda onda ressurgiu nas décadas de 1960 e 1970, principalmente nos Estados Unidos e na França. Enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade, e postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada. A terceira onda concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero. Nesta terceira fase observa-se a intersecção entre o movimento político de luta das mulheres e a academia, começando a ser criados nas universidades, inclusive em algumas universidades brasileiras, centros de estudos sobre a mulher, estudos de gênero e feminismos (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Podemos ainda descrever, nos localizando nestas épocas, três leituras do feminismo: o feminismo universalista, o feminismo diferencialista e, ainda, o feminismo pós-estruturalista (queer). Os feminismos universalistas reivindicaram a distribuição de poder entre os sexos, visando alcançar a igualdade no âmbito dos direitos no trabalho, na educação e na saúde. Ficaram

também conhecidos como feminismo da igualdade no surgimento dos movimentos feministas na Europa, e, no Brasil, aliados às lutas contra a ditadura militar. Com a redemocratização, os feminismos brasileiros, protagonizados pelas mulheres das classes médias, seguem próximos dos partidos de esquerda, aproximando-se das mulheres das classes populares. No caso brasileiro, após este período, quando se intensificaram as lutas específicas das mulheres, a imagem “feminismo versus feminino” resultou na divisão de dois grupos: o primeiro deles, hegemônico na época, de cunho universalista, estava mais próximo dos partidos, voltou-se para a atuação pública das mulheres e concentrou-se nos direitos. O segundo grupo preocupou-se especialmente com o terreno da subjetividade, com o foco nas relações do mundo privado, traduzidas pela palavra de ordem “o pessoal é político”, e apontava para o feminismo diferencialista. A terceira abordagem, a pós-estruturalista e pós-moderna, tem o intuito de desconstruir as polaridades afirmando “não somos nem um, nem dois”. Se apoiam na teoria desconstrutivista, trazendo a necessidade de romper com as lógicas tradicionais do pensamento binário. Essa corrente conduz ao desenvolvimento do feminismo queer, que se manifesta indicando a porosidade dos sexos, ditos performáticos (DUMONT, 2012).

Segundo Corrêa (2001) a mesma euforia participativa que estava nas ruas no final dos anos setenta, esteve presente também na universidade. O feminismo assim adentrou as ciências e a academia, a pesquisa e a clínica. Contudo as autoras Narvaz; Koller (2006) consideram que as produções feministas ainda têm um estatuto científico marginal, o que é evidenciado pela dificuldade de sua institucionalização nas universidades e pela publicação ainda circunscrita a poucas revistas científicas especializadas no tema, tais como a Revista Estudos Feministas, da Universidade Federal de Santa Catarina, e a Cadernos Pagu, da Universidade de Campinas.

Toledo (2008), contudo, traz uma análise crítica deste contexto da chegada do feminismo às ciências e à academia. Avalia que depois das grandes mobilizações feministas dos anos 60 e 70, as mulheres voltaram para casa e as discussões feministas transferiram-se das ruas para as salas de aula

das universidades. Surgiram os chamados Estudos da Mulher e posteriormente Estudos de Gênero, sobretudo nos países imperialistas, e a luta pela liberação da mulher perdeu o que tinha de mais progressivo: o método de luta, as manifestações massivas, a mobilização, que envolvia outros setores da sociedade. Analisa que sob a direção de correntes de classe média e intelectuais, sem a participação massiva da mulher trabalhadora, a luta feminista tornou-se ainda mais reformista, contentando-se em ampliar os espaços da mulher na democracia burguesa.

Os estudos feministas no campo teórico foram trabalhados centralmente por categorias sociológicas. Trouxeram importantes reflexões nas análises da divisão sexual do trabalho, evidenciando que o(s) mundo(s) do trabalho têm dois sexos. Desvendou-se assim não só as diferentes repercussões dessa divisão no corpo das mulheres e dos homens, tanto na esfera privada quanto na esfera pública, como os diferentes lugares que ocupam na sociedade. Informaram também o conceito de gênero, enquanto uma categoria de análise útil para explicar as relações de poder hierárquicas entre os sexos, expandindo-se o conceito de gênero como categoria que não corresponde ao sexo anatômico e fisiológico conforme o ponto de vista das ciências biológicas (OLIVEIRA, 2008).

Faria (2005), concebe a divisão sexual do trabalho como estruturante do modo de produção capitalista. Isso significou a naturalização do trabalho de reprodução da vida e estabeleceu uma redução do conceito de trabalho àquele executado na esfera mercantil. Dessa forma, considera-se uma externalidade ao modelo a grande quantidade de trabalho doméstico e de cuidados realizados pelas mulheres no âmbito da família.

Segundo Kergoat (2003), as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas são antes de tudo construções sociais. As relações sociais de sexo como todas as relações sociais, têm uma base material e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos.

Toledo (2008) nos remete ainda que divisão sexual do trabalho é apenas simbolicamente assentada em uma suposta divisão entre gêneros. Enfatiza

que as mulheres da classe trabalhadora sofrem uma discriminação entre classes, uma relação desigual entre elas e as mulheres burguesas, ou entre elas e toda a burguesia. Aponta que a discriminação de gênero que a mulher trabalhadora sofre no âmbito de sua própria classe é imposta a partir da classe dominante. No interior das classes sociais, a questão de gênero é definida pelo papel que essa classe cumpre no modo de produção.

Contudo Melo et al. (2001) nos esclarecem que o conceito de gênero é uma palavra emprestada da gramática que serve para diferenciar o sexo no aspecto biológico do significado da construção social do feminino e masculino, evidenciando que as relações estabelecidas são de poder e de hierarquia dos homens sobre as mulheres. Este conceito coloca claramente o ser mulher e o ser homem como uma construção social, a partir do que é estabelecido como feminino e masculino e os papéis sociais destinados a cada um.

Chegamos assim em nossa sociedade à formação das identidades de gênero, onde o trabalho doméstico relacionado com o papel esperado das mulheres na família e com a imbricação existente, em nossas sociedades, entre o sentimento amoroso e a necessidade de servir aos outros. São apontadas características ideais que as mulheres e homens necessitam ter. Das mulheres é esperada suavidade, docilidade e fragilidade, são levadas a acreditar que são mais frágeis, que necessitam de apoio e proteção, e que a sua capacidade de sobrevivência dependerá de ter um homem ao seu lado; para os homens é esperada a agressividade, assertividade e objetividade, recebendo estímulos para se sentir o mais forte, o dominador. Os mesmos são construídos por meio dos processos educativos nas escolas, nas famílias e na sociedade em geral. As brincadeiras infantis, a forma como as relações familiares aparecem nos livros escolares, o tratamento diferenciado dado a meninos e meninas, e tantos outros exemplos, mostram como os estereótipos de gênero são transmitidos e reforçados (SILIPRANDI, 2012).

Ao aplicarmos esta realidade ao campo, as análises de gênero têm mostrado a subordinação e a subvalorização do trabalho das mulheres nas atividades produtivas e reprodutivas. As análises também têm demonstrado que as relações entre homens e mulheres no âmbito familiar e a forma como a

família é constituída e reproduzida são tão importantes quanto as relações de classe, quando se trata de explicar as diferenças sociais da agricultura familiar, assim como sua reprodução social (PACHECO, 2002b).

Observa-se que a divisão sexual do trabalho é embebida da ideologia patriarcal, uma formação social em que o homem detém o poder, ou ainda, o poder é dos homens. As famílias nucleares são típicas do patriarcado e se foram constituindo por razões econômicas, mais que culturais. O que é feminino e o que é masculino também são comportamentos simbólicos típicos das sociedades patriarcais e assentadas no modo de produção capitalista. Ao patriarcado foi atribuída a gênese da opressão de gênero e, daí, a violência contra as mulheres, em que o capitalismo foi articulado ao patriarcado na questão da dominação feminina. Algumas correntes propõem ainda que o capitalismo é preponderante na questão das desigualdades, embora não desconsiderem a influência do patriarcado na gênese da opressão feminina (NARVAZ; KOLLER, 2006).

O feminismo acadêmico classifica a teoria feminista em três enfoques: a teoria feminista liberal, a teoria feminista radical e a teoria feminista marxista e socialista. Para as feministas liberais, a causa principal da opressão da mulher é a que a priva do direito à auto-realização e à busca de seu próprio interesse. As liberais usam quase exclusivamente conceitos de liberdade e igualdade. Afirmam que só se poderão alcançá-los com a reestruturação da sociedade, quando homens e mulheres compartilhem, tanto na esfera pública quanto privada, as responsabilidades divididas conforme o sexo. O feminismo radical tem como a causa principal da opressão da mulher o patriarcado. Possuem a preocupação com a biologia reprodutiva humana, a concepção de que a biologia feminina é básica para a divisão sexual do trabalho, a subordinação da mulher e o papel relevante que atribuem à cultura e à socialização. Já a teoria feminista marxista e socialista identifica que a raiz da opressão da mulher é econômica e não ideológica ou cultural, proporcionando uma base materialista científica para a emancipação feminina. Considera que a mulher não nasceu oprimida; sua opressão e exploração são anteriores ao capitalismo. Ela coincide, na história, com o surgimento da opressão e exploração do conjunto

dos homens e mulheres que trabalham. Apontam como caminho para a liberação das mulheres a abolição da propriedade privada, como única forma de proporcionar as bases materiais para transferir à sociedade em seu conjunto as responsabilidades domésticas e familiares que recaem sobre os ombros da mulher. Considera que sendo elas livres dessas cargas, poderão romper os grilhões da servidão doméstica e cultivar suas plenas capacidades como membros criativos e produtivos da sociedade, e não apenas reprodutivos (TOLEDO, 2008).

Estas abordagens acima refletem como acontecem as diversas formas de violência contra as mulheres. Considerando os altos índices estatísticos existentes, é notável que ainda exista uma grande necessidade de trabalhar o tema em todos os níveis, pois demonstra a relação hierárquica de poder entre os sexos, que operam como estratégias disciplinares de controle sobre o corpo e a mente das mulheres no âmbito do sistema patriarcal. Na violência doméstica, como parte do contrato social do casamento, e na violência sexual, aquela que acontece tanto dentro do confinamento dos espaços domésticos como nos espaços públicos, a mulher encontra-se sem nenhum poder de reação, seja na esfera da subjetividade, seja na esfera da objetividade (OLIVEIRA, 2008).

As mulheres rurais fizeram nos últimos anos o lançamento da campanha de combate à violência contra as mulheres no campo, por parte de órgãos públicos e de movimentos de mulheres, em um contexto de popularização de uma nova legislação sobre o tema (Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha). Os movimentos de mulheres rurais começam a questionar, em diferentes espaços, as origens dessa violência e se propõem a construir propostas para preveni-la e para combatê-la. O assunto tem repercutido também em eventos realizados no âmbito dos movimentos agroecológicos (SILIPRANDI, 2009b).

Não obstante a diversidade de experiências e desenvolvimento teórico do feminismo, os grupos feministas partilham da crença comum de que:

(...) (1) as mulheres, além de sofrerem outras formas de exploração, são oprimidas enquanto tais, isto é, enquanto representantes do sexo feminino; (2) a opressão da mulher antecede o capitalismo e persiste

no socialismo, demonstrando uma especificidade que só poderá ser superada através da militância das mulheres (MORAES, 1996).

2.8. 1. O feminismo e o meio ambiente

Na mesma década em que surgem fortemente os movimentos feministas no Brasil, o feminismo chegou aos temas ecológicos em meados dos anos 60 do século passado. Na época existiam muitos elementos em comum entre a crise ambiental, que se avizinhava com o avanço da industrialização e da urbanização, e a percepção dos movimentos feministas sobre o lugar destinado às mulheres nessas sociedades emergentes (SILIPRANDI, 2009b).

Assim, as mulheres assumiram as lutas ambientais, por um modelo de desenvolvimento mais sustentável, como uma luta das mulheres. Passaram a participar e liderar campanhas pela substituição do uso de agrotóxicos, contra o uso de organismos geneticamente modificados, pela ampliação do uso de fitoterápicos e de medicamentos naturais (SILIPRANDI, 2012).

Foi criado na década de 70, o termo Ecofeminismo, mais precisamente em 1974, pela feminista francesa Françoise d'Eaubonne em seu trabalho "Le Feminisme ou La Mort". Desde então se tornou um movimento que tem se difundido por todo mundo, principalmente nos países do Sul. O ecofeminismo deriva da combinação das palavras ecologia e feminismo e estabelece a intrínseca conexão entre ambos. Hoje possui diferentes correntes: espiritualistas, essencialistas, materialistas, construtivistas. O movimento Ecofeminista traz a relação estreita existente entre a exploração, a submissão da natureza e das mulheres pelo poder patriarcal, associando a opressão sobre a natureza e a desigualdade de gênero (DIAS, 2008).

O Ecofeminismo argumenta que existem importantes conexões entre a dominação e a opressão da mulher e a dominação da natureza. No pensamento patriarcal, as mulheres são identificadas como sendo mais próximas da natureza e os homens mais próximos da cultura. Sendo assim, a natureza é vista como inferior à cultura, em consequência, as mulheres são vistas como inferiores aos homens. Observa-se que a dominação da mulher e da natureza pelo homem têm caminhado juntas, resultando no particular

interesse das mulheres em acabar com a dominação da natureza (KING, 1989).

Segundo Garcia (2008) o vínculo entre mulher e natureza tem a sua raiz na biologia, com as fontes materiais desta dominação baseadas na vantagem econômica e no poder político. Afirma que ambos os movimentos, feminista e ambientalista, buscam um sistema igualitário e não hierárquico. Desta forma se faz importante, pelo objetivo em comum, trabalharem juntos para desenvolver uma perspectiva comum, teórica e prática.

Este mesmo debate vem sendo feito no Brasil nos espaços de construção da Agroecologia. Os primeiros textos reivindicam uma maior atenção à participação das mulheres na construção da Agroecologia e apareceram em meados da década de 1990 na autoria de Maria Emília Lisboa Pacheco, antropóloga vinculada a uma organização não-governamental de assessoria a movimentos populares. Maria Emília propõe que os projetos agroecológicos deem destaque àqueles espaços de produção em que as mulheres assumem o papel principal, reconhecendo-as como sujeitos produtivos. Tal argumento de defesa da importância das mulheres na Agroecologia combinava os postulados feministas do empoderamento das mulheres com os conceitos de coevolução dos sistemas sociais e ecológicos (SILIPRANDI, 2009b).

Existem poucos registros sobre a participação das mulheres nos primeiros eventos públicos dos movimentos agroecológicos no Brasil, pois as mulheres eram raras tanto como participantes ou como palestrantes. Mesmo assim, suas questões específicas não ficaram totalmente ausentes das discussões. Em um encontro, em Porto Alegre, em 1989, em um dos painéis chegou-se a uma resolução que exortava o reconhecimento da mulher do campo como trabalhadora no mesmo nível dos homens; à necessidade de lutar contra todas as formas de exploração e subordinação sofridas pelas mulheres; e de se discutirem as questões de saúde feminina – levando em consideração a exposição da mulher trabalhadora rural ao uso frequente de agrotóxicos. Hoje as mulheres e seus movimentos têm participado ativamente da promoção da agroecologia. Além de chamarem a atenção para a necessidade de valorização

do seu trabalho, criticam a hierarquização e a fragmentação entre trabalho produtivo e reprodutivo e defendem o compartilhamento das responsabilidades pelo cuidado da casa e da família (SILIPRANDI, 2013a).

Nas organizações que hoje constroem a agroecologia, algumas estratégias estão sendo traçadas para o avanço do debate. Aguiar; Siliprandi; Pacheco (2009) citam as seguintes: incorporação da abordagem de gênero nas metodologias de pesquisa e de extensão rural; sistematizações de experiências em Agroecologia; participação das mulheres em pelo menos 50% em todos os espaços políticos relativos à Agroecologia; inclusão de uma área temática denominada Mulheres e Agroecologia na Revista Brasileira de Agroecologia, da ABA; e necessidade das políticas públicas serem analisadas a partir do enfoque de gênero.

Alguns movimentos de mulheres rurais fazem o debate sobre o feminismo e a ecologia propondo a valorização da alimentação saudável e das questões da saúde das pessoas e do ambiente como parte de uma discussão mais geral sobre o sistema agroalimentar. Investem na condição de defensoras de um modelo produtivo centrado na produção de alimentos e sustentável ambientalmente, questionando as multinacionais do setor, posicionando-se quanto aos problemas gerados pela monopolização das sementes, o uso da terra para outros produtos que não os alimentos, os agrotóxicos e a alimentação industrializada. Os temas privilegiados por esses movimentos têm os seguintes: soberania alimentar; defesa da biodiversidade e promoção da alimentação saudável, afirmando um modelo de desenvolvimento rural sustentável baseado no campesinato (SILIPRANDI, 2011).

2.8.2 A economia Feminista

Outro exemplo de violência ainda bastante evidente é referente ao fato das mulheres ocuparem profissões nos mundos do trabalho e vistas no âmbito da qualidade e da vocação como extensão das atividades que desenvolvem no mundo doméstico e não como utilidade social qualificável e valorizada. Estudos afirmam que as tarefas domésticas, embora repetitivas, rápidas, precisas e

solitárias, são fundamentalmente imprevisíveis e repletas de variâncias e que precisam ser valorizadas no mundo do trabalho (OLIVEIRA, 2008).

Em decorrência desta problemática, vem sendo trabalhada tanto no campo teórico como no dos movimentos feministas a “Economia Feminista”. Segundo Nobre et al., (2013) a economia feminista é uma corrente de pensamento que desde os anos 1990 vem se consolidando no campo da teoria econômica, a partir da crítica da não incorporação do trabalho das mulheres e de sua ação econômica pela economia, possibilitando conectar as reflexões e lutas das mulheres urbanas e rurais pela transformação do atual modelo de (re)produção e consumo. Esta crítica foi incorporada por organizações do movimento de mulheres na América Latina como uma ferramenta de análise sobre a realidade econômica das mulheres e para a proposição de alternativas ao modelo dominante.

A economia feminista se desenvolveu quase em paralelo com o pensamento econômico, sendo como nas outras disciplinas influenciada pela teoria feminista. Contudo, as propostas da economia feminista não incidiram sobre o corpo central da análise econômica dominante, ou seja, do paradigma neoclássico. A mesma considera apenas a economia de mercado, sendo estreita e excludente, não permitindo a análise do trabalho não remunerado – atividade básica para a sustentabilidade da vida humana e para a reprodução da força de trabalho necessária para o trabalho de mercado. Os pressupostos da teoria neoclássica ainda estereotipam a natureza da vida das mulheres, sendo as mesmas tratadas essencialmente como mães e esposas e, portanto, como trabalhadoras menos produtivas que os homens. Possui assim um viés androcêntrico nas representações abstratas do mundo centrado no mercado, em que omite, exclui e desvaloriza a atividade não remunerada realizada fundamentalmente pelas mulheres (CARRASCO, 2008).

A teoria feminista identifica no pensamento patriarcal a criação de falsas dicotomias em todo o campo social, como entre cultura e natureza, público e privado, trabalho produtivo e reprodutivo, existindo uma hierarquia e uma atribuição de papéis a homens e mulheres, sendo o espaço da cultura e do mundo público e do trabalho produtivo mais valorizado e considerado

masculino. Também considera que o espaço privado e as nossas relações pessoais também são políticas e o trabalho doméstico e de cuidados do cotidiano é também economia. Citam como exemplo de como acontece na agricultura, onde o trabalho das mulheres na horta, quintais e na criação de animais não é reconhecido. Ressaltam que estas tarefas não são uma questão privada, mas que possuem uma importante dimensão política e social, por se tratar de um elemento essencial na garantia de qualidade de vida (NOBRE et al., 2013).

A economia feminista não nega a participação das mulheres no trabalho de mercado, contudo pretende recuperar a experiência das mulheres no cuidado dos corpos e da vida, buscar a ampliação das fronteiras da economia para incluir a economia não mercantil, propõe a reformulação dos principais conceitos da análise econômica e o desenvolvimento de novas estatísticas, de acordo com os novos quadros analíticos. É tido como umas das contribuições mais importantes da economia feminista o rompimento com as fronteiras tradicionais na economia, as que restringem o campo econômico aos aspectos mercantil-monetários e a recuperação do trabalho doméstico e de cuidados como parte fundamental dos processos de produção, reprodução e da vida. A economia feminista vem mostrando que a economia monetária depende da economia não monetária (CARRASCO, 2008).

As políticas econômicas hegemônicas consideram o trabalho doméstico e de cuidados como externalidades do modelo econômico, recaindo sobre as mulheres os custos com a produção do viver, já que não incorporam os empregadores, nem o Estado e tampouco os homens no ambiente doméstico. Para a economia feminista, transformar a economia passa por deslocar o foco do funcionamento da economia e das análises do mercado para a produção da vida, indo além da perspectiva da inclusão das mulheres no mercado, apresentando assim uma proposta analítica e política distinta para a economia. Destaca que o reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados como econômico não significa incorporá-lo à lógica mercantil, reconhecendo que este tem características próprias, sendo marcado por uma dimensão subjetiva e de provisão de parte das necessidades humanas. A proposta que traz é de uma

ruptura com a lógica dominante de valorizar apenas o que é considerado produtivo, que tem valor monetário (NOBRE et al., 2013).

2.9 O trabalho das mulheres na agricultura

Estudos nos informam que as mulheres sempre trabalharam e desempenharam um papel importante no desenvolvimento e no auto-sustento da coletividade. Pesquisas relatam que fundamentalmente foram as mulheres que começaram a coletar e plantar sementes para cultivá-las, dando origem à agricultura. São mais de 12 mil anos de adaptações e seleções sucessivas das camponesas e camponeses de todo o mundo, criando espécies agrícolas que não existiam em forma comestível, junto com a domesticação de animais por razões alimentares, produtivas e sociais (RIBEIRO, 2003).

Este processo se deu por meio da observação, a mulher foi descobrindo sua sexualidade e entendendo o funcionamento do seu corpo, como a menstruação, a gestação, a amamentação e seu importante papel na geração da vida. Essa observação permitiu à mulher perceber como funcionava a natureza. Ela observou que as sementes lançadas ao solo fecundavam, formando novas plantas, passando então a armazenar sementes para o próximo plantio. Este processo permitiu a fixação das comunidades em um local, o que era antes impossível, tendo em vista a necessidade de migrar para encontrar alimentos. Essa fixação gerou uma ligação com a terra fazendo surgir algumas técnicas que facilitaram a vida dessas comunidades e foram essenciais na luta pela sobrevivência (MMC, 2013, pág.01).

Contudo hoje ainda existe uma grande carência no Brasil de estudos básicos a respeito das experiências, dos papéis e da posição das mulheres no manejo dos agroecossistemas, evidenciando uma deficiência, já que as áreas manejadas pelas mulheres em geral são as mais avançadas do ponto de vista do uso de técnicas alternativas de produção agrícola e pecuária. Segundo Pacheco (2002a) efetuar uma releitura de metodologias com abordagem de gênero e realizar estudos sobre o seu trabalho no meio rural se tornam uma possibilidade. Concretizadas, podem alimentar as propostas das experiências agroecológicas e ampliar o debate sobre políticas de revalorização do espaço rural e desenvolvimento local sustentável.

No debate acadêmico ainda encontram-se poucos materiais sobre a contribuição das mulheres na produção de conhecimentos. Existe pouca

participação das mulheres nas discussões ou nos postos de decisão, os espaços para abordar questões específicas das mulheres são considerados secundários em relação às agendas masculinas (entendidas como representativas do interesse de todos). Sendo ainda frequentes as lamentáveis manifestações machistas e de desvalorização das mulheres proferidas por técnicos, pesquisadores e extensionistas. Vêm sendo construídas ações de incorporação da questão de gênero como um tema estruturador dos processos de construção do conhecimento agroecológico (AGUIAR; SILIPRANDI; PACHECO 2009).

A Associação Brasileira de Agroecologia, por exemplo, acredita que esta questão pode se “resolver” por dois caminhos: pelo reconhecimento dos setores de ensino, pesquisa e extensão do papel das mulheres na promoção da Agroecologia e das agriculturas de base ecológica; e pela divulgação das trajetórias das mulheres na construção do conhecimento agroecológico, sejam elas pesquisadoras, extensionistas, técnicas ou educadoras. Defendem que ambas as orientações devem partir da reflexão de que não podemos reproduzir na Agroecologia uma cultura científica que exclui as mulheres, invisibiliza sua contribuição para a produção do conhecimento e reforça desigualdades de poder (ENA, 2006).

Siliprandi (2012) nos ressalta ainda, que na sociedade como um todo percebe-se a necessidade de reconhecimento das mulheres agricultoras no que se refere à produção de alimentos, pois como vimos, historicamente têm sido elas as responsáveis pela produção voltada para a subsistência. As mesmas vêm construindo experiências alternativas de produção e distribuição de alimentos, baseadas em tecnologias brandas, ecológicas e orientadas pela economia solidária e feminista.

Nas fontes estatísticas oficiais, o trabalho produtivo realizado pelas mulheres no âmbito da agricultura familiar é subestimado. Parte-se da premissa de que a mulher ocupa o espaço da casa e que sua ocupação principal é a atividade doméstica. As interpretações são geralmente atribuídas aos pressupostos ideológicos e às orientações culturais que informam as definições de objetivos e métodos dos censos. Por outro lado os estudos

etnográficos mostram que o status social das mulheres na representação que é feita pelos homens, e também na representação das próprias mulheres, refletem a subordinação da mulher. Mesmo que as atividades agrícolas sejam consideradas trabalho, quando algumas delas são realizadas pelas mulheres, perdem o caráter de trabalho e passam a ser denominadas como ajuda. É recorrente associar o espaço no qual as mulheres desempenham um significativo papel como espaço do trabalho doméstico e, portanto, secundário, do ponto de vista do conjunto das atividades produtivas (PACHECO, 1997).

Os estudos etnográficos têm mostrado também como se desenvolvem suas atividades produtivas em vários contextos sócio-econômico-culturais da agricultura familiar, reconhecendo a sua participação diferenciada nas atividades agrícolas. Reconhecem ainda em unanimidade, que a casa, comumente caracterizada como espaço doméstico, que inclui o quintal, a criação animal, constitui-se em um espaço produtivo e gerador de renda (PACHECO, 1996).

Podemos citar as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres dentro da produção familiar que favorecem o seu reconhecimento: nos sistemas de produção temos as hortas, pomares, pequenos animais, transformação caseira de produtos; a relação com o meio natural e com as pessoas, em uma perspectiva colaborativa e de valorização da contribuição de todos; a visão sistêmica do conjunto de atividades da propriedade; e o aumento da renda obtida por seus produtos advinda da comercialização em nível local e regional. Estes fatores estão presentes nas experiências agroecológicas existentes, sendo evidente a participação efetiva das mulheres. Muitos técnicos que trabalham no setor vêm relatando que é bem comum que sejam elas que iniciam a “conversão” das propriedades rurais para sistemas sustentáveis, e que os homens só passaram a se interessar por essa forma de produzir depois de verem os resultados positivos dessas experiências (SILIPRANDI, 2013b).

Alguns estudos vêm mostrando que as mulheres agricultoras também trabalham efetivamente no conjunto de atividades do contexto da agricultura familiar tais como: o preparo do solo, plantio, colheita, criação de animais, transformação de produtos e o artesanato, dedicando maior parte do seu

tempo na produção de alimentos para o consumo familiar. No desempenho dessas tarefas exercem outras funções como guardiãs de sementes, administradoras dos recursos naturais e de serem as zeladoras da qualidade da alimentação doméstica (SILIPRANDI, 2013c).

Contudo, é observado que o principal espaço de produção das mulheres é nos arredores da casa, conceituado como quintais agroflorestais. Este sistema de produção possui significativa diversidade e complexidade, que assegura uma produção variada de alimentos e outros produtos úteis tais como: as espécies agrícolas, frutíferas, arbóreas, hortícolas de valor nutricional e medicinal e as flores. Encontram-se também nestes espaços os pequenos animais domésticos como as galinhas, patos e porcos. A presença das plantas medicinais e dos canteiros de flores se torna um campo de experimentação e aclimação de espécies para posterior utilização em outra escala. Em muitos casos também, os quintais funcionam como faixas de retenção da erosão genética, sendo realizado neles a conservação de variedades que são deslocadas para as lavouras. São praticadas nestes espaços as técnicas de propagação vegetativa, produção de adubo orgânico, poda e enxertia (PACHECO, 1996).

São reconhecidas várias vantagens nestas práticas desenvolvidas nos quintais, tais como: o aumento e a melhor distribuição da renda ao longo do ano; a manutenção ou melhoria da capacidade produtiva da terra; a recuperação de áreas em vias de degradação; a produção de sombra; o enriquecimento da dieta alimentar e o tratamento de doenças (com a obtenção de alimentos ricos em proteínas, vitaminas e sais minerais). Possibilita ainda uma melhor distribuição da mão de obra durante o ano, melhorando as penosas condições de trabalho (PACHECO, 1997).

Esta forma de produzir das mulheres possui características próprias. Siliprandi (2013b. pág. 341) ressalta que:

(...) nos discursos das mulheres, muitas vezes as mesmas consideram preferível uma situação em que se renuncia aos ganhos no presente em nome da sustentabilidade a médio e longo prazos, enquanto os homens parecem preferir o contrário. Essa discussão aparece, por exemplo, como um dilema entre investir na produção para o autoconsumo ou produzir para vender; policultura versus monocultura; derrubada de bosques versus preservação etc.

Segundo Pacheco (2002a), as mulheres possuem ainda diversos conhecimentos sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos, desempenhando o importante papel de administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas. A conservação e o uso da biodiversidade constituem-se práticas importantes para a defesa da agricultura e do agroextrativismo familiar, como também da diversidade cultural.

Como exemplo de seu papel na conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, citam-se as práticas desenvolvidas com as sementes. Na produção e reprodução das mesmas participam do manejo e gestão de recursos naturais e produtivos. Às mulheres é atribuído socialmente o papel de preparo do alimentos, fazem ainda a comparação sobre as variedades de sementes no que se refere ao tempo de cozimento e sabor (PACHECO, 1997).

Siliprandi (2013b. p. 340), relaciona estas práticas aos coletivos de mulheres:

(...) muitos grupos de mulheres, de fato, focalizam a sua atuação na produção de alimentos (in natura ou transformados); no cultivo de pequenos animais; na preservação e na aclimação de espécies (por meio de bancos de sementes ou conservação nas propriedades); na transmissão de conhecimentos sobre a produção e o uso das plantas medicinais.

A autora ressalta que essas atividades não são valorizadas socialmente, sendo consideradas apenas complementares aos cultivos comerciais, considerados os principais e sob responsabilidade dos homens. Lembra-nos que os movimentos de mulheres vêm trabalhando essas questões, buscando a valorização das experiências concretas das mulheres nas casas, nas comunidades e o fortalecimento delas como sujeitos dessas experiências. Propõem ainda, a valorização da alimentação saudável, das questões da saúde das pessoas e do ambiente como parte de uma discussão mais geral sobre o sistema agroalimentar.

Os movimentos de mulheres vêm trabalhando esta temática por acreditarem também que a agroecologia possui fatores que favoreceram a

melhoria da situação das mulheres ao manejarem estes sistemas. Siliprandi (2009b, p. 147) ressalta que:

a) O enfoque agroecológico valoriza as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres (hortas, pomares, criação de pequenos animais, transformação caseira de produtos), envolvendo-as necessariamente em várias etapas do processo produtivo na unidade familiar; b) a transição agroecológica muitas vezes é vivida pelos agricultores e agricultoras como uma mudança radical no modo de se relacionar com a natureza e com as pessoas, numa perspectiva ética de cuidado com o meio ambiente e com os demais seres humanos. Além de valorizar uma atitude geralmente atribuída às mulheres (o cuidado), essa postura abre espaço para o questionamento de relações autoritárias; c) a forma como se dá a transição agroecológica pressupõe a participação de todos os membros da família, uma vez que esse processo exige a integração do conjunto das atividades da propriedade, muitas vezes sob responsabilidade de diferentes pessoas, quebrando o monopólio gerencial do homem; d) no período mais recente, passaram a existir pressões por parte de entidades externas às famílias (Estado, ONGs financiadoras de projetos, movimentos de mulheres rurais) para que as mulheres estivessem presentes em maior número nos espaços onde as propostas de apoio à transição eram discutidas, tais como cursos e seminários; e) a participação das mulheres em espaços públicos, principalmente onde se realiza a comercialização (como as feiras), permite o contato com pessoas e grupos exteriores à propriedade, assim como a aquisição de novos conhecimentos e habilidades, possibilitando o reconhecimento social do trabalho desenvolvido por elas, gerando maior autoestima; e f) o fato de as mulheres poderem obter, por si mesmas, rendas mais permanentes, recebidas por elas individualmente e fruto direto do seu trabalho, tende a melhorar o seu poder de barganha dentro das famílias, permitindo avanços quanto à sua autonomia.”

Nas discussões sobre a produção de alimentos Siliprandi (2012), enfatiza que será necessário dar mais ouvidos às mulheres agricultoras que vêm chamando a atenção para a destruição da biodiversidade, da água e dos recursos energéticos promovidos pela lógica produtivista dominante, que faz sua produção baseada em insumos externos e energias não renováveis, utilizando o meio ambiente como uma fonte inesgotável de riqueza em nome de um aumento da produtividade. Destaca que em função de suas atribuições históricas e experiências acumuladas, têm contribuições próprias a oferecer ao conjunto da sociedade para pensar estratégias de transformação. A incorporação dessas questões nas agendas públicas sobre segurança alimentar e nutricional pode contribuir também para o enfrentamento das desigualdades de gênero hoje existentes.

Constata-se que houve nos últimos anos uma redução dos espaços de produção para autoconsumo nas propriedades rurais. Segundo De Biase; Siliprandi (2012), o alimento industrializado passou a ser mais adquirido e desejado do que o alimento in natura. A produção industrial passou a prevalecer sobre o saber tradicional, que fundamentou durante diversas gerações a produção e o processamento de alimentos. O saber feminino relacionado à produção e ao processamento dos alimentos vem sendo obscurecido com o passar das gerações, as mulheres vem perdendo seus espaços e suas funções na esfera produtiva, tornando-se ainda mais dependentes.

Pacheco (1996) nos aponta ainda que os padrões culturais que estruturam estas visões têm também sua correspondência na distribuição dos alimentos no interior das famílias em muitas regiões do país. Em suas pesquisas constatou que as mulheres são as que se encontram em situações de maior pobreza e numa distribuição desigual dos alimentos, sendo atribuída a elas uma menor porção ou excluídas de alguns alimentos considerados mais “fortes”, como a carne, por exemplo. Segundo a autora, o fato decorrente é por considerarem os trabalhos desenvolvidos por elas como “leve”, exigindo uma menor reposição de energia.

Conforme também afirma Siliprandi (2013c), as mulheres frequentemente priorizam a alimentação dos filhos, colocando elas próprias em situação de risco de fome e desnutrição. A autora enfatiza que as relações que existem entre as questões de gênero e a segurança alimentar, de forma mais ampla, retratam como as relações de poder se estabelecem entre mulheres e homens estruturando diferenças não só no acesso, mas também na forma como as pessoas lidam com os alimentos.

Para essa autora, a presença exagerada das mulheres “na cozinha”, é também um claro indicador da distância que ainda deve ser superada para se alcançar a equidade entre os homens e as mulheres. Enfatiza que tornar os alimentos básicos acessíveis para as mulheres e socializar certos aspectos da preparação das refeições, por meio dos locais de trabalho, creches, de

restaurantes nas escolas e centros de convivência, reduziria a pressão que boa parte delas vivencia na construção diária da sobrevivência.

Estas questões vêm sendo pautadas na construção da agroecologia enquanto movimento social, que se opõe à insegurança alimentar em relação à distribuição desigual de alimentos entre os homens e as mulheres, ainda presente no meio rural. Acreditam que a equalização na distribuição de alimentos deve ser assumida pelas organizações e movimentos que promovem a agroecologia. Pautam ainda que o papel da mulher deve ser valorizado na construção da agricultura e na garantia da segurança alimentar das famílias e das comunidades, desde a produção e manejo dos recursos naturais, a promoção da saúde, o beneficiamento e a comercialização de alimentos e como detentoras do patrimônio culinário do nosso país. Constatam que a construção da agroecologia vem sendo protagonizada pelas mulheres, contribuindo para garantia do crescimento dos índices de segurança alimentar e manejo ecológico dos agroecossistemas (ENA, 2006).

3 MATERIAL E MÉTODOS

O desenvolvimento deste trabalho pautou-se em uma perspectiva da agroecologia proposta por Siliprandi (2009a), que a considera parte do reconhecimento da contribuição dos diversos sujeitos, e em particular das mulheres. Foram pesquisadas dentro do universo agrícola somente mulheres, tendo como objetivo evidenciar a perspectiva de suas realidades dentro deste contexto.

Para isso baseou-se em diferentes formas de coletar e evidenciar os dados. Foram utilizados quatro materiais e quatro métodos diferentes de abordagem da temática. Para a análise dos dados foi utilizado o método da pesquisa qualitativa a partir das variáveis analíticas (como renda, escolaridades, lazer, produção, assistência técnica, participação e/ou trabalhos, etc). Para obtenção de um resultado mais abrangente, foram feitos os cruzamentos das variáveis encontradas por meio dos métodos. A proposta foi de produzir um conjunto unificado dos resultados obtidos.

Foram utilizados os seguintes materiais:

1) Publicações de duas autoras da temática “Mulheres, Segurança alimentar e Agroecologia”. Foram estudadas as obras da Maria Emília Pacheco (precursora do assunto) e Emma Siliprandi (referência da temática no Brasil). A razão de ter sido somente as duas autoras se justifica pelo fato de serem as principais referências dos textos encontrados na literatura científica (no meio acadêmico e na sociedade).

2) Participação em três eventos relacionados ao tema da Agroecologia e da auto-organização das mulheres: III Encontro Internacional de Agroecologia (EIA) em Botucatu-SP; 12ª Jornada de Agroecologia em Maringá-PR e 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) -SP, todos no ano de 2013. Estes eventos possuem caráter científico e de cunho social, tendo sido estudados e escolhidos com a finalidade de promover a visibilidade dos dois contextos, da ciência e o da realidade vivida na sociedade em torno destas temáticas;

Fig. 1- III EIA



Fonte: registros da autora

Fig. 2 – 12ª Jornada de Agroecologia



Fonte: registros da autora

Fig.3 - 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres



Fonte: registros da autora

3) Foram feitas entrevistas com profissionais das ciências agrárias - Agrônoma, Bióloga e Engenheira Florestal que trabalham ou já trabalharam com assistência técnica na agricultura familiar, em organizações não governamentais, em movimentos sociais e por meio de projetos de extensão de universidades em diferentes estados e regiões do Brasil (PR, MG, SP, ES, BA). As profissionais das ciências agrárias possuíam entre três a dois anos de trabalho com assistência técnica na agricultura familiar. A proposta foi identificar as percepções da assistência técnica por meio da convivência com a realidade da vida das mulheres no meio rural que desenvolvem a agricultura familiar agroecológica;

4) Por ultimo foram feitas entrevistas com agricultoras que se identificam enquanto agricultoras familiares. Foram entrevistadas uma indígena, uma quilombola, uma caatingueira³ e uma assentada ribeirinha. Buscou-se abranger

³ Os habitantes das regiões dominadas pela caatinga nas áreas de gerais se denominam como Caatingueiros. Na caatinga os solos são normalmente férteis, tendo uma menor disponibilidade de água. Os caatingueiros desenvolveram a habilidade de cultivar plantas mais resistentes à

as diferentes populações existentes no meio rural, partindo-se da realidade de diferentes identidades das populações rurais e territórios⁴.

A indígena entrevistada reside no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Segundo Soares (2012), há aproximadamente 30 anos, esta região era tradicionalmente conhecida como “Bolsão de Pobreza”, “Vale da Miséria”, “região mais pobre do Brasil”, “local de doenças e fome”. Enfoca o autor que os políticos utilizavam estes jargões para adquirir verbas e implantar projetos para “modificar” a realidade. Em 1984, cinco famílias Pankararú e Pataxó instalaram uma Aldeia no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. O Povo Pataxó pertence ao tronco linguístico e cultural Macro-gê, da família Maxakali, falantes da língua Patxohã; o povo Pankararú é originário de Pernambuco, assim como os Pataxós, também pertencente do tronco linguístico e cultural Macro-gê, com uma cultura forte com cantos, danças, vestimentas, artesanato, pinturas corporais e religiosidade. Hoje a aldeia é composta por 08 famílias, tendo cerca de 30 pessoas.

A Caatingeira reside no Norte de Minas Gerais e possui sua própria terra. Segundo Dayrell (1998), as áreas de caatinga apresentavam uma tendência à especialização na produção do algodão. Na década de 1980 e 90 a cultura do algodão se constituiu em uma monocultura praticada intensivamente por centenas de agricultores familiares, estimulados pelos preços do produto e pelas facilidades oferecidas pelos programas governamentais. Ressalta-se que em poucos anos os agroecossistemas diversificados dos caatingueiros, destinados à produção de fibras, alimentos e criação de animais, cederam lugar à homogeneização dos sistemas considerados modernos e que hoje estes sistemas de produção de algodão estão em decadência.

A mulher quilombola faz parte do povo Gurutubano, que representa uma modalidade peculiar de Caatingueiro. Segundo Costa Filho (2005), este povo vive no Norte de Minas Gerais desde o século XVIII, sendo hoje aproximadamente 5.000 pessoas, 600 famílias, morando em 27 comunidades

seca, e a habilidade de criar o gado e manejar pastagens nativas e exóticas, adaptadas às condições de semi-aridez da região (DAYRELL, 1998).

⁴ Território é aqui entendido como o espaço em que um grupo garante aos seus membros a estabilidade no direito de acesso, de uso e controle dos recursos e sua disponibilidade no tempo (CASTRO, 2000).

situadas entre os municípios de Pai Pedro, Jaíba, Janaúba, Gameleira, Porteirinha, Monte Azul e Catuti. Essas famílias ocupam frações ínfimas das terras tradicionalmente ocupadas por seus ancestrais e que hoje estão nas mãos de grandes proprietários que exploram a pecuária extensiva. Essa situação decorre do violento processo de expropriação vivenciado por eles nos anos 40 e aprofundado pelas políticas de modernização da agricultura financiadas pela SUDENE- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a partir da década de 70. Somente em 2005 foi concluído o Laudo Antropológico do Quilombo do Gurutuba para a identificação e delimitação do território quilombola. Possui hoje o território estudado 35 famílias, sendo 1ha para cada família.

Por último, estudou-se a realidade das mulheres assentadas/ribeirinhas, do Baixo São Francisco (região compreendida entre Juazeiro e a foz entre Sergipe e Alagoas). O contexto histórico que caracteriza o processo de ocupação e povoamento do rio São Francisco é marcado pela presença de homens e mulheres que vão se fixando em suas beiras, incorporando saberes que se manifestam cotidianamente em uma cultura própria. Segundo Silva; Lopes (1996), nesta região se concentram projetos de assentamentos. Afirmam que essa concentração é decorrente da alta densidade de latifundiários e fazendas de criação extensiva de gado e do fato de concentrarem os sindicatos de trabalhadores rurais mais combativos do Estado de Sergipe. São encontradas nesta região áreas de transição entre o Cerrado e a Caatinga, florestas estacionais decíduas e semi-decíduas, campos de altitude e formações pioneiras (mangue e vegetação litorânea) (CBHSF, 2004). A entrevistada reside em um assentamento onde existem 30 famílias assentadas há 10 anos, possuindo cada família 15 ha.

Foi utilizado para interpretar os resultados o método da pesquisa qualitativa. Essa possui características multimetodológicas, que pode utilizar um número variado de métodos e instrumentos de coleta de dados (QUEIROZ et al., 2007). Os que foram aplicados neste trabalho foram os seguintes: 1) entrevista em profundidade (individual); 2) análise de publicações; 3) bola de neve; e 4) observação não participante. Godoy explica (1995) que o método da

pesquisa qualitativa tem a preocupação em compreender o universo de valores, crenças e significados, que não podem ser apreendidos por meio de métodos exclusivamente quantitativos ou experimentais.

Para se chegar aos resultados foi utilizado inicialmente o levantamento bibliográfico das autoras citadas anteriormente, de seus principais textos publicados e indicados por elas. As contribuições científicas serviram como subsídios para o conhecimento do enfoque de gênero, agroecologia e segurança alimentar no meio rural tratado na literatura científica. A coleta de informação também aconteceu por meio da observação não participante nos eventos sobre a temática da Agroecologia e da auto-organização das mulheres e do uso de entrevistas semi-estruturadas (ver apêndice) com as mulheres das ciências agrárias e com as agricultoras. As entrevistas foram semi-estruturadas por serem mais pertinentes ao caso, como afirmam Minayo; Sanches (2000), que partem da elaboração de um roteiro, construído de forma a abranger as questões a partir de hipóteses ou pressupostos advindos da definição do objeto de investigação.

Para “selecionar” as entrevistadas foi usada a metodologia “bola de neve”. Tal método permite que se incluam informantes à medida que um entrevistado indica nome de outro entrevistado da mesma categoria. Albuquerque (2009) explica que em alguns estudos os próprios pesquisadores efetuam o recrutamento dos sujeitos da pesquisa, por atuarem em um dado campo e por possuírem conhecimento aprofundado e/ou trânsito em uma dada comunidade. O ponto de partida na escolha das técnicas e das agricultoras foi o acúmulo da experiência e do conhecimento da pesquisadora das mulheres que trabalham com a temática. Trata-se de um método eficaz quando se tem pouco tempo para a pesquisa e/ou quando não se tem outra maneira de se obter os dados.

O aspecto negativo, como Albuquerque (2009) destaca, advém do fato da metodologia tender a pontuar os atores mais conhecidos, mais populares nas localidades, excluindo atores desconhecidos. Portanto, este universo da pesquisa não caracteriza todo o universo das agricultoras, mas espelha a situação atual de grande parte delas. O universo da pesquisa não foi

previamente definido, foi determinado no decurso da participação nos eventos. Ao todo foram realizadas 7 entrevistas, houve a participação em 3 eventos e o levantamento bibliográfico de 2 autoras.

Os cruzamentos das variáveis encontradas por meio dos métodos aconteceram da seguinte forma: o levantamento bibliográfico das autoras para o aprofundamento da temática; os dados coletados nos eventos e as entrevistas com as profissionais das ciências agrárias com o objetivo de ter uma “visão mais geral” sobre as realidades das mulheres rurais. E os dados das entrevistas com as agricultoras para a obtenção de uma “visão mais específica” deste contexto, onde pudemos descrever e exemplificar a realidade vivida por elas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mesmo considerando a diversidade das populações existentes no meio rural, observou-se por meio deste estudo que as realidades das mulheres Indígenas, Quilombolas, Caatingueiras e Assentadas/Ribeirinhas pouco se diferenciaram. Os dados coletados das entrevistas das mulheres profissionais das ciências agrárias não apresentaram divergências, por isso foram trazidos de forma única. Da mesma forma, não foram identificadas divergências políticas ou mesmo de concepção dos temas trabalhados nos eventos participados e das autoras estudadas, constatando-se que o enfoque teórico das duas autoras ainda possuem convergências significativas, tanto a análise do contexto do meio rural, como também da realidade das mulheres e sua contribuição, o que tornou os resultados mais concisos. Os dados se somaram para obtermos uma abordagem mais ampla da temática.

Conforme proposto no objetivo principal deste trabalho, apresentarei nos próximos parágrafos a realidade das mulheres trabalhadoras rurais e o seu trabalho para a segurança alimentar e para agroecologia. Começarei a descrever o contexto da questão agrária e da realidade do “sistema territorial”, definido por Saquet; Sposito (2008) como o resultado das relações de poder do Estado, das empresas e outras organizações bem como dos indivíduos.

4.1. Contexto da Questão Agrária vivida pelas mulheres

Como estudado no referencial teórico, a agricultura desenvolvida por empresas, que denominamos “agronegócio”, vem gerando lucros somente para os grandes proprietários e empresas através da destruição do meio ambiente. Em todo o mundo, comunidades estão perdendo suas terras e seu conhecimento e seus recursos naturais passam a ser controlados por empresas transnacionais (SOF, 2006). As regiões em que vivem as mulheres entrevistadas são direta e indiretamente atingidas por este contexto, por meio das monoculturas de eucalipto, barragens, sementes transgênicas e falta de água.

Segundo os dados coletados, as mulheres indígenas vêm sendo “encurraladas” pela monocultura de eucalipto e ainda impactadas por barragem. Na região em torno de seus territórios existem extensas plantações de eucalipto. Segundo Lima (1996), a monocultura de eucalipto apresenta alta demanda de água, esgota a umidade do solo, diminui a recarga do lençol freático, desestabilizando o ciclo hidrológico e ainda apresenta uma baixa diversidade ecológica, podendo causar instabilidade ou vulnerabilidade, provocando mudanças climáticas, assim como causar ataque de pragas e doenças, interferindo diretamente na diversidade de espécies, tanto da flora e fauna local.

Relata ainda que os fazendeiros da região ficam atentos à presença dos indígenas, por serem de certa forma um entrave para a apropriação de mais terras e pelo fato de que na área onde vivem ainda existe o cerrado preservado. Após a construção da barragem observaram que a quantidade de peixes diminuiu significativamente, influenciando diretamente na segurança alimentar das famílias. Conclui que a região está perdendo sua fauna e flora.

No contexto vivido pelas mulheres caatingueiras e quilombolas a principal ameaça do agronegócio é sobre a contaminação genética de suas sementes nativas. As grandes monoculturas de plantações transgênicas estão se aproximando cada dia mais de suas propriedades. Conforme afirma Altieri (2002), entre os principais riscos ambientais associados com as plantas produzidas por engenharia genética está a transferência involuntária de

“transgenes” às espécies silvestres relacionadas, com efeitos ecológicos imprevisíveis. Os agricultores estão recorrendo às forças políticas das regiões para que se institua leis, como vem acontecendo em algumas regiões, de ficarem livres de transgênicos. Enfrentam ainda os impactos das grandes criações de gado e das plantações de eucalipto que vêm destruindo a mata nativa e contaminando a região com o uso dos agrotóxicos. Relatam também os impactos gerados pela chegada da mineração e dos projetos de irrigação para as grandes plantações.

Já as mulheres ribeirinhas/assentadas identificaram como o principal impacto do agronegócio a proposta de canalização do rio São Francisco. A ideia da transposição das águas do Rio São Francisco foi elaborada pela primeira vez no ano de 1847 como um meio de combater os problemas gerados pela seca (CAÚLA; MOURA, 2006). Asseguram que os canais estão sendo construídos para a criação de camarão, causando danos para quem mora no interior e principalmente para os pequenos agricultores, beneficiando somente os grandes proprietários de terras.

No evento de auto-organização das mulheres, nas discussões desta problemática, é ressaltado que não são reconhecidas muitas vezes como atingidas por barragens, não sendo indenizadas pelo fato da maioria não possuírem o título da terra. Constatam o grande aumento da prostituição após a chegada das empresas e da indústria civil de construção, aumentando o número de gravidez na adolescência e de Doenças Sexualmente Transmissíveis. Identificam que este contexto se apropria da energia das mulheres, assim como a da natureza, enxergando-a como um recurso inesgotável.

Na relação existente entre o Estado e população rural, observa-se que enfrentam dificuldades de permanência e acesso à terra. Quando se trata da posse e reconhecimento das famílias por parte do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), foi relatado que existe uma demora no processo de regularização dos territórios. No caso da realidade das mulheres indígenas, explicam que adquiriram a terra para a aldeia em 2005, com o programa do Governo Federal designado por Crédito Fundiário (não sendo

reconhecido o direito originário assegurado na Constituição Brasileira), estando até hoje pagando as parcelas da compra. Hoje a terra está no nome da associação, mas gostariam que a mesma fosse de posse da união e que a FUNAI e o INCRA apoiassem a reivindicação da quitação da dívida e de ampliação territorial. Já as mulheres quilombolas conquistaram o reconhecimento do seu território como área quilombola, mas ainda falta o INCRA dividir as terras. A caatingueira e a ribeirinha/assentada já alcançaram a regularização de suas terras após processos de reafirmações de suas identidades de trabalhadoras rurais.

4.2. Acesso das mulheres às Políticas Públicas

Durante o evento de auto-organização das mulheres foi relatado que as agricultoras ainda possuem dificuldades de acessarem documentos civis básicos, como o Registro de Nascimento, Carteira de Identidade e Cadastro de Pessoa Física. No ano de 2004 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) lançaram o 'Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural'. Contudo foi visto que não está sendo efetivo o acesso a todas as mulheres, sendo ainda um problema.

Outro documento que aparece em todos os dados coletados, atestando uma dificuldade ainda maior de acesso pelas mulheres é a da DAP⁵ (Declaração de Aptidão ao PRONAF), necessária para ter acesso a diversas políticas estatais. Segundo afirma Siliprandi (2013a), sem esse documento ficam excluídas de receber benefícios. Relatam as agricultoras que existe uma dificuldade no processo burocrático necessário para acessar a DAP, além dos agentes responsáveis pelo processo sugerirem colocar nomes dos homens, ou exigirem a presença deles.

⁵ A DAP foi criada em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, para identificar os agricultores e agricultoras familiares que poderiam ter acesso aos créditos de investimento e custeio no âmbito do PRONAF. É fornecida à família agricultora, tendo dois titulares (mais frequentemente, mas não necessariamente, o marido e a mulher) podendo incluir os demais membros que trabalham na unidade familiar, identificados a partir dos seus CPFs (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

Segundo ainda todos os dados coletados, a fonte de renda das famílias é constituída pelo acesso às políticas públicas, pelo fornecimento de produtos da produção agrícola para cooperativas, como também por meio de programas formulados pelo Governo Federal. Segundo Virgolin; Haverroth; Brum (2013) estes programas têm como um dos seus objetivos o propósito de reduzir a pobreza. Destaca o Programa de Combate à Fome e à Miséria, o Programa Fome Zero, o Programa Bolsa-Família, Luz para Todos, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e, mais recentemente, o Programa Brasil Sem Miséria.

Na realidade das mulheres caatingueiras, a renda também é proveniente do beneficiamento de polpas de frutas, que são escoados para uma Cooperativa, da prática da apicultura, da criação de galinhas caipiras e da produção de leite, sendo estes comercializados na região. As mulheres quilombolas adquirem sua renda através da produção de farinha, padaria e da confecção de roupas de algodão agroecológico (fechando a cadeia de produção de algodão crioulo). E fazem a comercialização na propriedade quando são visitadas.

Já as mulheres indígenas, obtêm a renda pelo artesanato, quando saem para a participação em eventos. Contudo relatam também que sua renda também vem da bolsa escola, mas que somente dá para a compra de material escolar, não sobrando para a compra de alimentos. O mesmo é relatado pela mulher assentada que nos fala que a fonte de renda da família é representada pela Bolsa Família.

Fig. 4 – Artesanato feito pela indígena e exposto no 9º Encontro da MMM



Fonte: registro da autora

Das mulheres agricultoras estudadas, a quilombola e a caatingueira acessam o PRONAF. Contudo possuem dificuldade de acessarem o PRONAF Mulher pelas exigências burocráticas, e ainda pelo fato de que os bancos exigem a presença dos homens. Hoje já existe a obrigatoriedade da titularidade conjunta, contudo ainda não ocorreu uma mudança efetiva na esfera das decisões e ações na sociedade em geral. Além disso, as mulheres assentadas acessam somente o Fomento Estiagem e já as indígenas não acessam nenhum crédito.

Nos relatos das mulheres presentes nos eventos, observou-se que existem algumas experiências de acesso ao PAA e ao PRONAF Mulher das mulheres organizadas em associação, entregando os alimentos à CONAB e ao PNAE. Contudo para este último possuem maiores dificuldade de acesso. Asseguram que dos alimentos fornecidos para o PAA grande parte é produzido pelas mulheres e que a maioria dos cadastros está no nome dos homens, indo assim o dinheiro para conta deles, considerando o trabalho das mulheres como invisível e não remunerado.

Estes resultados vêm ao encontro dos estudos desenvolvidos por Siliprandi (2004). A mesma constata que nas formulações das políticas de segurança alimentar é comum o apontamento de que as mulheres não são reconhecidas como produtoras de alimentos, tanto na produção agrícola, quanto na elaboração e preparo dos alimentos consumidos dentro das unidades domésticas e acabam por não ter um papel ativo como sujeitos

dessas políticas. Explica que o fato também ocorre em relação aos outros tipos de políticas, como aquelas de nutrição e saúde e de assistência social, citando como exemplo os programas de transferência de renda, em que as mulheres são escolhidas como titulares simplesmente por haver a convicção de que, com elas, os recursos serão utilizados para a família.

Existem experiências citadas por Siliprandi (2004) vivenciadas no Canadá e no Peru, que mostram como acontece o resgate da relação entre as mulheres, agricultura e alimentação, com outras bases que não sejam somente como administradoras passivas do enxugamento do orçamento doméstico. Relata que nestes projetos as experiências mostram ser possível aliar a pressão por recursos públicos para o atendimento da população, em bases locais, democratizando as funções ligadas à agricultura e a alimentação. Neles as mulheres organizam grupos de compras diretamente dos produtores e capacitam-se para trabalhar em cozinhas comunitárias, em hortas, bancos de alimentos, entre outros. Estes projetos vêm mostrando como a autogestão das mulheres avançou em relação às práticas assistencialistas e permitiram que elas tivessem ganhos pessoais e melhorias na relação com as famílias e comunidades, obrigando, de certa forma, o próprio Estado a reconhecer a forma como organizavam seu trabalho, aceitando remunerá-las por aquelas atividades.

No Brasil, o estudo de Di Biase; Siliprandi (2012) explica que com a introdução dos princípios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a produção agrícola e de alimentos por parte das mulheres, ainda que seja residual, vem ocupando uma posição econômica e simbólica importante, demonstrando que existe uma potencialidade da produção para alimentação escolar contribuir para inclusão dos espaços femininos na agricultura e para a valorização do trabalho das agricultoras, permitindo-lhes maior autonomia, e respeitando-se as especificidades sócio-culturais locais. Por parte de grupos de mulheres agricultoras, apresenta-se como uma forma de (re)valorização dos espaços femininos e (re)inclusão das mulheres na prática agrícola familiar, em um patamar de maior autonomia.

O estudo de Siliprandi; Cintrão (2011) alerta que embora seja bastante significativa a participação de mulheres agricultoras no programa, este ainda acontece, prioritariamente, de forma “anônima”, uma vez que o percentual de mulheres formalmente registradas como fornecedoras em suas diferentes modalidades está aquém do percentual da força de trabalho feminina empregada na sua produção.

Em todos os dados coletados constatou-se que as mulheres enfrentam dificuldade de acesso à Assistência Técnica. Siliprandi; Cintrão (2011) ainda afirmam que o alcance de outros mercados e a obtenção de maiores ganhos econômicos estão muitas vezes condicionados ao apoio externo de movimentos sociais e de entidades de assessoria (estatais ou de organizações não-governamentais). As mulheres indígenas não recebem nenhum acompanhamento da produção vindo do INCRA e/ou da FUNAI, algumas de suas sementes são compradas na feira e a FUNAI manda sementes híbridas após ter passado a época de plantio, não acompanhando a época das chuvas. Na realidade do quilombo as mulheres contam com o apoio da rede de apoio ao povo Gurutubano, do Centro de Agricultura Alternativo do Norte de Minas – CAA-NM, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha, da Cáritas Regional e das dioceses de Montes Claros e Janaúba. E mais recentemente, da Federação Estadual de Quilombos e da Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais e Quilombolas – CONAQ. No assentamento da ribeirinha acontece via Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), ocorrendo o planejamento da produção e análise do solo. Contudo este processo foi garantido por parte do empenho do movimento que acompanha o assentamento, relatando que já ficaram mais de três anos sem técnico. Já no caso das mulheres caatingueiras o manejo da produção é feito por ela mesma junto com sua família, pois sendo sua agricultura de base agroecológica não concorda com as recomendações feitas pelos órgãos de assistência técnica do Estado que recomenda o uso de agrotóxicos, de sementes híbridas e transgênicas.

As agricultoras entrevistadas ainda contam com o apoio da CPT (Comissão Pastoral da Terra), Associações, Coletivo de Mulheres do Norte de

MG, MST (Movimento dos trabalhadores Sem Terra), uma Irmã da igreja, que fornece produtos homeopáticos como alternativa ao uso dos agrotóxicos, de outras comunidades, da Rede Pacari e da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) por meio de projetos de extensão e pesquisa. Ressaltam que é necessária uma presença maior das universidades das regiões em seus territórios.

Contudo, ainda assim, segundo os dados coletados nos eventos, constata-se que existe uma expectativa de que ocorra um avanço nos próximos anos com a nova ATER / Agroecologia. A mesma possui como objetivo a realização de:

Seleção de entidades para prestação de serviços de ATER destinado a famílias de agricultores/as visando consolidar e ampliar processos de promoção da agroecologia existentes, para promoção do desenvolvimento local/territorial e de seus processos organizativos, considerando seus diferentes processos de transição e as diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO (BRASIL, 2013.p.4).

No entanto, foi avaliado pelas profissionais das ciências agrárias entrevistadas que é necessário ainda um avanço maior para que as mulheres agricultoras tenham oportunidades exclusivas de serem atendidas pelos técnicos, não sendo apenas uma meta prevista dentro dos contratos anuais. Enfatizam que o trabalho com as mulheres não pode ser visto como um pacote a ser implementado e que necessita de tempo e dedicação para ser construído cotidianamente.

Nos relatos das agricultoras foi constatado que a dificuldade de acesso à água é a principal demanda para assistência técnica. O manejo de irrigação, a captação da água da chuva e também a falta dela, são os maiores entraves na produção de alimentos. Relatam que nos últimos anos estão sentindo as mudanças que estão acontecendo no clima e nos períodos das chuvas. No território nacional, segundo Valencio (2009), os eventos de chuvas concentradas e estiagens prolongadas são os mais preocupantes e estão tendo uma repercussão negativa principalmente sobre a produção agrícola, o abastecimento hídrico e a saúde pública.

Nas regiões mais secas do Brasil, como resposta a esta demanda dos agricultores, vêm acontecendo experiências pontuais de construção de

cisternas, uma tecnologia popular para a captação de água da chuva, onde a água que escorre do telhado da casa é captada pelas calhas e cai direto na cisterna, onde é armazenada. Desde 2003, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN vem financiando a construção de cisternas no Semiárido. Possuem a parceria com a Associação Programa 1 Milhão de Cisternas (AP1MC), firmando convênios anualmente com governos estaduais e municipais (BRASIL, 2003). Segundo os depoimentos, somente a quilombola teve acesso à tecnologia. Nos eventos da Agroecologia e da auto-organização das mulheres foram evidenciados a importância e os benefícios das cisternas na vida das mulheres.

As mulheres do meio rural correspondem quase à metade da população rural, totalizando quase 15 milhões e observa-se que muitas não possuem acesso aos direitos básicos como saúde e educação (BUTTO, 2011). Os dados mostram que a mulher indígena não frequentou a escola e hoje, após muitas lutas, conquistaram uma escola na aldeia, onde se ensina também a língua patxohã. A assentada estudou somente até a 5ª série, já a quilombola e a caatingueira estudaram na idade adulta, sendo que a caatingueira estudou junto com as filhas e justifica que não continuou estudando quando jovem por causa dos filhos e que os pais não a incentivavam na época, tendo somente o casamento como perspectiva para o futuro. A quilombola ressalta que faltou oportunidade, que era necessário trabalhar e cuidar da família, conseguindo estudar somente após os 40 anos.

Em relação ao acesso à saúde, em nenhum dos relatos existe o fácil acesso aos hospitais, mas precárias visitas de agentes da saúde. As mulheres acreditam que é necessário valorizar e acreditar na sabedoria e na medicina dos povos aprendidos ao longo dos tempos, através das benzedadeiras, do pajé, dos curadores e dos raizeiros.

Outro ponto que demonstra o nível de acesso a direitos básicos está relacionado ao momento de lazer das mulheres estudadas. Este quesito muitas vezes se misturou às práticas de trabalho do cotidiano - por não terem tempo, ou por nunca terem experimentado momentos de lazer. Contudo somente uma

relatou que identifica como lazer o tempo que tem quando pode dormir mais, comer carne assada e tomar uma “cervejinha”. Relatam que o que mais gostam de fazer é estar junto a outras mulheres, onde experimentam momentos de solidariedade, fortalecimento da auto-estima, emancipação política e coletiva. Ainda, o próprio trabalho na agricultura e artesanato, de fazer a defesa da agricultura familiar, construir propostas e mostrarem resultados.

Pesquisas vêm constatando que além da dificuldade de acesso aos direitos básicos, existe tanto no meio urbano quanto no rural uma divisão sexual do trabalho. Os homens são prioritariamente designados para a produção e as mulheres para a reprodução (HIRATA et al., 1989). Este fato foi apontado nos dados coletados como um fator que dificulta a organização coletiva e a emancipação das mulheres em todas as esferas, já que, como relatado pelas mulheres agricultoras, ainda existe uma dificuldade dos homens entenderem a saída das mulheres do espaço doméstico. Contudo, afirmam que está sendo colocado por elas que a participação em espaços públicos necessita ser dividida entre as mulheres e os homens.

Observou-se pelos depoimentos das mulheres agricultoras a existência da divisão sexual do trabalho principalmente na criação dos filhos, em todos os casos, são elas as responsáveis. As falas indicam que na maioria das vezes são as responsáveis pelos trabalhos domésticos e da produção no quintal. Em alguns casos a divisão igualitária dos trabalhos domésticos é “imposta” pelas mulheres, para não se sobrecarregarem de trabalhos, já que assumem também tarefas políticas.

Foi evidenciado pelas mulheres profissionais das ciências agrárias que as mulheres agricultoras têm triplas ou até quadruplas jornadas de trabalho. Relatam que muitas consideram que a atividade que remunera financeiramente é a mais importante e que na agricultura, muitas vezes, seu trabalho é invisível, com a conotação de “ajudante” do marido, dos filhos ou mesmo do pai. Segundo as profissionais, quando as mulheres são questionadas sobre as atividades domésticas, elas as consideram imprescindíveis, pois as têm como obrigação da “mulher”, principalmente se forem casadas, assumindo assim uma posição de destaque como mantenedoras do casamento. Costumam

acreditar que sozinhas não dariam conta, que necessitam serem mães e esposas exemplares e que precisam ser protegidas por alguém.

Afirmam que as tarefas domésticas para as quais foram educadas a desempenhar e as tarefas agrícolas que elas desempenham como “ajudantes”, impedem a concretização de parte dos sentimentos e sonhos presentes no subjetivo, como os momentos de lazer, de esporte, de estudo, de militância política ou mesmo de utilizarem a capacidade criativa que têm para o artesanato, artes, música e outras mais. Observou-se que estes fatos também se materializam na dependência afetiva, como enfatiza uma agricultora que acredita que ainda existem muitas mulheres que sofrem e não falam por “gostarem” muito dos companheiros.

Ainda relatam as profissionais que a autonomia financeira que estas mulheres possuem é relativa. Enfatizam que para ser alcançada em sua plenitude está relacionada à auto-organização das mulheres. Quando as mulheres não estão organizadas nos grupos produtivos ou nos grupos de mulheres dentro dos assentamentos e comunidades rurais, os homens no geral, marido, filhos, pais ou irmãos logo se apropriam da remuneração advinda do trabalho desempenhado por elas dentro dos lotes.

4.3. O trabalho executado pelas mulheres agricultoras

Em todos os dados coletados observa-se que as mulheres são ainda limitadas no que diz respeito à tomada de decisões na administração e no planejamento dos trabalhos na propriedade. Molina (2011) afirma que em diferentes estudos são constatados que a responsabilidade pelas atividades econômicas é na maioria das vezes masculina, os homens decidem sobre o que vão plantar e onde comercializar os produtos.

Indo ao encontro dos dados evidenciados acima, as agricultoras entrevistadas afirmam que a principal finalidade de sua produção é para a subsistência, onde garantem de certa forma o sustento das famílias e que o tipo de agricultura que praticam é familiar por não utilizarem mão de obra de “fora”. Siliprandi (2013c) constata que as mudanças nestas relações de gênero são uma condição e não uma consequência para o desenvolvimento rural

sustentável, do qual faz parte a garantia de segurança alimentar. Sendo preciso o reconhecimento do papel desempenhado pelas mulheres como produtoras de alimentos, administradoras dos recursos naturais, angariadoras de receitas, zeladoras da alimentação doméstica e da segurança nutricional das pessoas.

Concordando com a autora, no contexto do trabalho executado pelas mulheres os dados coletados mostram que são conduzidas muitas experiências concretas de produção “alternativa” em pequena escala com manejo baseado nos princípios da agroecologia. Nas áreas trabalhadas pelas mulheres não são utilizados insumos externos devido ao fato de ser destinada a produção principalmente para o autoconsumo, objetivando os cuidados com a alimentação mais “natural”, produzindo os alimentos sem agrotóxicos e de valor nutricional e preventivo de algumas doenças.

Os dados coletados, a partir do olhar das mulheres profissionais das ciências agrárias, mostraram que as áreas manejadas pelas mulheres agricultoras são consideradas como aquelas que aparentemente produzem menor renda, o que não é uma verdade. Afirmam que a produção para autoconsumo é uma forma de economia com gastos externos (ou seja, uma renda indireta). Relatam que este espaço na propriedade em que as mulheres produzem uma grande diversidade de alimentos se localiza nos quintais, nos arredores de casa ou em pequenos pomares, junto com a criação dos animais de pequeno porte, como os cabritos, porcos e galinhas. Enfatizam que estes espaços de trabalho são onde podem plantar de forma associada ao serviço doméstico.

Este contexto evidencia como o trabalho da mulher do meio rural possui uma função decisiva para atender as necessidades de suas famílias, pois elas estão envolvidas na produção dos alimentos, na segurança nutricional da família, como também na contribuição econômica “indireta” (OLIVEIRA; DALCIN, 2008). Os dados coletados, sobre a produção agrícola desenvolvida pelas mulheres agricultoras confirmam o caráter de suas produções para a garantia da segurança alimentar das famílias:

Quadro 1 – Produção agrícola desenvolvida pelas mulheres agricultoras (nativas/cultivadas/frutíferas/ animais):

Agricultoras	Subsistência	Comercialização
Indígena	Cultivadas: feijão de corda, milho, mandioca, quiabo, abóbora, guandu. .Frutíferas: banana, melancia, manga, abacate e laranja. Nativas: joerana, palhas Araçuaí, Jenipapo, jatobá. Animais: galinhas e pato	
Caatingueira	Cultivadas: Milho, feijão, inhame, sorgo, abóbora, palma, murunga, mandioca, guandu, girassol, cana, couve, alface, cenoura, cebolinha, maxixe, caxixe, pimenta, coentro, quiabo, beterraba. Frutíferas: banana, abacaxi, umbu, pitomba, Jatobá, cagaita, jaca, a acerola, melão, melancia, manga limão, laranja, abacate, caju, jenipapo. Animais: porco	galinhas caipira, gado de leite, apicultura
Quilombola	Cultivada: milho, feijão, arroz, manaiba, sorgo, girassol, mandioca, abóbora, amendoim, cenoura, cebolinha, couve, beterraba, quiabo, caxixe,	Algodão

	maxixe, guandu, pimenta, coentro, Frutíferas: umbuzeiro, acerola, melão, melancia, manga limão, laranja, caju, jenipapo Animais: caprino, galinhas	
Assentada/Ribeirinha	Cultivadas: milho, feijão, couve, coentro, alface, repolho, quiabo, feijão de corda, pepino, cebolinha, cebola, abóbora Frutíferas: maracujá, manga, caju, acerola, laranja, limão, abacaxi. Animais: galinha	

Fonte: entrevistas com as agricultoras (2013).

Observa-se por meio do quadro acima que a criação dos animais é em sua maioria de pequeno porte. Justificam que é devido ao pequeno tamanho da propriedade e à limitação existente de pastagem para criação dos animais de grande porte. No caso da realidade indígena, existe ainda a presença de outros animais, como uma consequência da conservação da fauna feita por eles, citando-se a presença de tatu, veado e onça.

As aquisições das mudas das frutíferas são feitas por meio de doação das cidades em torno, como relatou a indígena, por meio dos sindicatos rurais, como no caso da caatingueira, pelo o Instituto Estadual de Florestas, como também por meio do projeto de cisternas, acessado pelas quilombolas. Todas relataram que adquiriram as mudas com os vizinhos e através do manejo feito por elas dos “pés” existentes na propriedade, fazendo-se a preservação e obtendo-se mudas.

Já com relação à aquisição das sementes a caatingueira relatou que estão livres do mercado de sementes, produzindo suas sementes há mais de 14 anos e que possuem ainda uma variedade própria de milho que foi até catalogada pela EMBRAPA. Existe uma conscientização por parte delas da

importância do cultivo destas sementes nativas e/ou crioulas e da necessidade de conscientizar os demais agricultores de suas vantagens, os estimulando a confiarem nas suas sementes. Parte de suas sementes são repassadas para outras comunidades, sendo relatado pela quilombola que suas sementes têm origem da produção da caatingueira.

A quilombola também diz que o grupo de mulheres da comunidade possui várias variedades de algodão coloridos, do qual tiram a matéria prima para fazerem a confecção de roupas. Constataram que o algodão agroecológico produziu muito mais que o transgênico, e que até estão virando referência de estudos na região. Em todos os relatos as mulheres informam que possuem os “bancos de sementes”, onde guardam as melhores sementes em vasos e em garrafas pet sem ar para não perderem sua capacidade germinativa e que o plantio e a colheita são feitos manualmente e/ou plantio através de matracas.

4.4. Produção agrícola desenvolvida pelas mulheres

É constatado pelas mulheres profissionais das ciências agrárias que as mulheres do meio rural realizam um manejo integrado da biodiversidade e ainda são as responsáveis pela aquisição e preparação dos alimentos, tanto os *in natura* quanto os transformados para a produção de queijos, doces e pães. No manejo das plantas são desenvolvidas técnicas de policultivo - suas hortas medicinais e comestíveis, por exemplo, são na maioria das vezes plantadas no mesmo espaço. As hortas para o consumo são adubadas com esterco recolhido das baias dos animais; as galinhas recebem parte do milho dos plantios nos lotes e os suínos recebem parte da alimentação doméstica e restos culturais. É desenvolvido ainda o cultivo de plantas ornamentais, preservação e aclimação de espécies. Siliprandi (2011) “afirma a necessidade de que se reconheça não apenas os aportes das mulheres à produção agrícola, mas, sobretudo, os seus conhecimentos e sabedorias, historicamente acumulados no preparo e na distribuição dos alimentos”.

Siliprandi (2012) assegura que as mulheres possuem um acúmulo de conhecimentos e experiências em áreas estratégicas para a promoção da

segurança alimentar. São as principais envolvidas com as questões da produção, preparação e aquisição de alimentos, e ainda da saúde e educação dos filhos e filhas, possuindo condições de promoverem hábitos saudáveis no seio da família.

Constatou-se que todas as agricultoras fazem o cultivo de plantas medicinais para o uso das famílias, as seguintes citadas por elas:

Quadro 2 - Plantas medicinais existentes nos quintais das agricultoras

Agricultoras	Plantas medicinais
Indígenas	Alevante, coentro, poeginho, fedegoso, pique de mina
Caatingueira	hortelã, cidreira, boldo
Quilombola	hortelã, poego, calêndula, boldo, alfavaca, chapéu de couro, erva cidreira, imburuna de cheiro, arruda e nativas, assa peixe
Assentada/Ribeirinha	cidreira, hortelã, capim santo, anador

Fonte: entrevistas com as mulheres agricultoras (2013)

Informam que as plantas são usadas para fazer chá para as crianças, para diarreia, gripes, cólica intestinal e menstrual, febres e dores em geral. Possuem o esclarecimento de que, o que existe na farmácia foi extraído das plantas, contudo acreditam que as plantas em si são o que realmente cura. Possuem ainda práticas enraizadas nas tradições culturais populares, baseando-se em saberes construídos na relação direta com a natureza e seus recursos, demonstrando uma íntima relação entre a agricultura e a saúde. As pessoas envolvidas nessa medicina geralmente têm muita fé, guardam e transmitem sua cultura por meio do uso sustentável dos recursos naturais (EVANGELISTA; LOUREANO, 2007).

O manejo do solo, como adubação e controle das plantas espontâneas é desenvolvido pelas agricultoras por meio de técnicas ecológicas relacionadas no Quadro 3 seguinte:

Quadro 3 – Manejo da produção desenvolvido pelas agricultoras

Agricultoras	Manejo da produção
Indígenas	Plantas espontâneas são retiradas somente as de entorno da cultura, as outras são mantidas. Consórcio milho e feijão. Rotação de culturas.
Caatingueira	Adubação: com as folhas das árvores, esterco do gado, biofertilizante. Manejo: enxada, roçadeira, tração animal. Consórcio: Milho e feijão, abóbora e melancia, girassol. Rotação de culturas.
Quilombola	Adubação: com as folhas das árvores, esterco do gado. Manejo: coroamento, enxada e tração animal. Consórcio: Milho e feijão, abóbora e melancia, girassol. Rotação de culturas.
Assentada/Ribeirinha	Adubação: esterco de gado, carneiro, galinha e terra de quixabeira (árvore) Plantas espontâneas: limpa enxada. Consórcio de milho e feijão. Rotação de culturas.

Fonte: entrevista com as mulheres agricultoras (2013)

Para fazerem tais manejos, as falas indicam que elas possuem um vasto conhecimento da natureza. Observou-se, por exemplo, as seguintes afirmações: importância de aproveitar a primeira chuva para as plantas sobreviverem; da presença dos cupins (indicador de desequilíbrio do sistema) e da consciência de que é necessário planejar bem e diversificar a produção. Enfatizam que “tudo é aproveitado, não se perde nada”. Asseguram que estes conhecimentos e trabalho favorecem, além da produção, a restauração de

áreas (observada no processo das margens do Rio São Francisco, por exemplo).

Outro fator de destaque na produção das mulheres é em relação ao manejo das pragas e doenças praticado por elas, como demonstrado no Quadro 4 seguinte:

Quadro 4 - Controle de pragas e doenças desenvolvido pelas mulheres

Agricultoras	Manejo de pragas e doenças
Indígenas	Cinza dos fogões a lenha
Caatingueira	produtos homeopáticos, consórcio das culturas com plantas medicinais, caldas alternativas (calda do nim, urina de vaca), fumo de rolo, pimenta e sabão (para fixar)
Quilombola	produtos homeopáticos, fumo de rolo, pimenta e sabão (para fixar)
Assentada/Ribeirinha	pulverização de Nim, urtiga

Fonte: entrevista com as mulheres agricultoras

Em todos os casos as mulheres optam para o não uso dos agrotóxicos e é afirmado em um dos depoimentos que sua propriedade é toda agroecológica - sem química e fogo. Possuem a preocupação e o conhecimento de que o uso dos agrotóxicos causa muitas doenças (como câncer de útero). As falas indicam que fazem resistência aos companheiros quanto ao uso dos agrotóxicos, não permitindo que os apliquem em seus quintais. Acreditam que eles acabam sendo convencidos pela mídia, que incentiva o uso para obter maior produtividade.

Siliprandi (2011, p.10), enfatiza que este tipo de agricultura que promove uma alimentação saudável com diversidade de alimentos, sem resíduos químicos ou contaminações é visto como condição para a saúde física e mental das pessoas e também como fator de proteção do meio ambiente, explica que:

(...) a revitalização do uso de plantas medicinais e de outras práticas de medicina natural, que tradicionalmente eram realizadas pelas mulheres e foram desprezadas com a crescente “medicalização” da saúde, o combate ao uso dos agrotóxicos, as medidas de saneamento ambiental, assim como a mudança no relacionamento entre as pessoas

e entre essas e o meio natural onde vivem e trabalham, são aspectos de destaque da sustentabilidade de um modelo de agricultura baseado na segurança alimentar e na agroecologia.

Siliprandi (2009a) considera que as mulheres são as responsáveis pela transmissão dos conhecimentos da produção ecológica e do uso e cultivo de plantas medicinais. Concordando com a autora, as mulheres agricultoras entrevistadas asseguram que são elas as difusoras dos conhecimentos da agricultura sustentável e que levam os conhecimentos para a propriedade.

Os dados coletados mostram que elas aprenderam a praticar este tipo de agricultura com os movimentos e técnicos agrícolas, mas destacam que as origens das suas práticas vieram de seus avós e pais, identificam sua agricultura como sendo a de seus ancestrais, dos antepassados (em volta da casa, reutilizando a água). Explicam que as descobertas das práticas de preservação possuem origens indígenas e entendem que é necessário se fazer o resgate desta agricultura e de passá-la às próximas gerações.

4.5. Concepção da Agroecologia e do Feminismo pelas mulheres

Com relação ao conhecimento da Agroecologia, constatou-se que a indígena não possui conhecimento do termo. Já as outras a concebem como o não uso de tóxico, não destruição da terra, uma agricultura sustentável, a que deixa a terra “não tão limpa”, que não a revira, não agride o meio ambiente e que não causa danos à saúde. Afirmam que quando ouviram falar da Agroecologia constataram que já a praticavam e não sabiam. Segundo algumas delas, foram as mulheres que iniciaram as práticas agroecológicas, principalmente pelo fato do cuidado de não utilizarem os agrotóxicos.

Siliprandi (2009a) constatou que os estudos na agroecologia vêm confirmando que muitas vezes são as mulheres quem iniciam a “conversão” da propriedade para sistemas sustentáveis, por estarem mais envolvidas com as propostas que tratam da saúde e da alimentação das famílias. Ressalta porém que, em função da forma como se organizam as relações de produção e as relações familiares, muitas vezes quando o empreendimento começa a ter resultados positivos, o comando das atividades volta para as mãos dos homens.

Aguiar; Siliprandi; Pacheco (2009) afirmam que as mulheres sempre assumiram um papel de destaque na promoção da Agroecologia, seja nas áreas de produção, beneficiamento e comercialização de alimentos ecológicos seja na geração e disseminação de conhecimentos. As mesmas fazem uma leitura diferenciada da agricultura e propõem alternativas produtivas e econômicas frequentemente motivadas por questões ligadas à reprodução da vida. Contudo devido às relações desiguais de poder entre homens e mulheres, os seus pontos de vistas, proposições e demandas vêm sendo sistematicamente negligenciados nos processos de desenvolvimento rural. Esse processo faz com que as contribuições das mulheres à construção da agroecologia, na maioria das vezes, não sejam reconhecidas, comprometendo todo um conjunto de possibilidades de enriquecimento das atividades dominadas por elas, sobre as quais elas já têm saberes acumulados.

Contudo, Siliprandi (2009a, p. 275) afirma que:

(...) os movimentos agroecológicos estão sentindo a presença dessas mulheres, e vêm, ainda que de forma paulatina, incorporando algumas questões nas suas pautas políticas e nas suas prioridades organizativas. Sua ação política dentro desses movimentos tem produzido resultados palpáveis tais como o reconhecimento da sua participação na construção das experiências de base, assim como a abertura de alguns espaços nos níveis de direção das entidades.

A agroecologia vem buscando, como ressalta Siliprandi (2013c), considerar todos os componentes do sistema de produção, buscando criar relações sociais mais igualitárias, contrapondo-se à naturalização da situação de opressão das mulheres na sociedade, aproximando-se assim das políticas que promovem a igualdade de gênero. A autora afirma que o conceito da agroecologia considera os diferentes usos do espaço, do tempo, das atividades produtivas e reprodutivas dentro de um sistema mais amplo que integra aspectos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos, tornando visível o trabalho desenvolvido pelas mulheres, que é fundamental para a sustentabilidade e para a reprodução familiar.

Os dados das agricultoras entrevistadas mostraram que o aprendizado sobre a agroecologia aconteceu por meio de encontros, debates promovidos pelos movimentos sociais, sindicatos, ONGs e pela Articulação do Semi-Árido. Explicam que quando passaram a entender que a agricultura que praticavam

era a agroecologia, começaram a questionar os órgãos de assistência técnica do Estado, que planejava a produção da propriedade baseando-se no uso dos pacotes da Revolução Verde. A quilombola relata que para conseguirem potencializar a produção por meio de projetos que mantivesse os princípios da agroecologia e que estivessem de acordo com a necessidade e desejo da propriedade, foi necessário a busca de um técnico capacitado na área. Relata que após o início do projeto a que pertenciam utilizaram estes resultados para projeto de pesquisa.

Constataram as profissionais das ciências agrárias que as mulheres agricultoras possuem muito entusiasmo em participar das feiras e dos cursos de formação sobre o tema da agroecologia por reconhecerem a possibilidade de trocar experiências e adquirirem conhecimentos. Ainda muitas vezes elas consideram essas oportunidades como um espaço de lazer e diversão, por desenvolverem sentimentos de liberdade e individualidade quando saem para viajar e expor o fruto do seu trabalho. Para as mulheres essa é uma possibilidade de “estar fora da cozinha”.

As discussões vêm evidenciando que a Agroecologia não conseguirá cumprir seu propósito de ser uma referência para o desenvolvimento rural equitativo e sustentável se não se ocupar, na teoria e na prática, de reconhecer as contribuições das mulheres e das questões que dificultam a sua participação como sujeitos plenos de direitos (AGUIAR; SILIPRANDI; PACHECO 2009).

Segundo os dados coletados do evento de auto-organização das mulheres, a agroecologia vem sendo concebida como um projeto e uma realidade. Afirmam que representa a resistência da agricultura familiar e camponesa ao avanço ao agronegócio, que traz graves consequências para as trabalhadoras. Asseguram que ela possibilita a valorização das agricultoras que produzem com sustentabilidade, e ainda a conscientização da cidade de que possuem direito a uma alimentação saudável.

Acreditam ainda na importância do trabalho das mulheres na transição agroecológica, afirmam que são elas que possuem o cuidado com a alimentação, com a produção para o autoconsumo e com a conservação da biodiversidade. Contudo fazem o alerta de que é necessário uma atenção para

não sobrecarregar as mulheres de trabalho na agroecologia, explicando a necessidade da divisão do trabalho em casa, pois caso contrário participam de outras atividades e ainda ficam com o trabalhos domésticos. Esta temática sobre o trabalho das mulheres vem sendo discutida nos espaços em torno do conceito da Economia Feminista.

Segundo ainda dados coletados nos eventos, existe a necessidade dos debates da agroecologia pautarem o enfrentamento da violência contra as mulheres, afirmando que mesmo as mulheres que estão praticando agroecologia sofrem algum tipo de violência e que os produtos agroecológicos não podem ser “lavados com o sangue das mulheres”.

Os debates relacionados à temática do trabalho das mulheres concluem que o trabalho delas e da natureza são o de reprodução da vida e que estão sob controle dos homens, sendo onde o sistema faz a acumulação e a despossessão. Gera uma grande dívida intergeracional por: extraírem o lucro do trabalho de reprodução da vida e dos cuidados; causarem uma precariedade às populações tradicionais; e construírem uma consciência coletiva de que somente se pode crescer destruindo a natureza. Por fim, acreditam que valorizando a biodiversidade, valoriza-se o trabalho das mulheres.

Siliprandi (2013c) afirma que os conceitos de segurança alimentar e nutricional permitem dar visibilidade para as atividades exercidas pelas mulheres, habitualmente ignoradas pela lógica produtivista da agricultura. Estes abrangem as múltiplas funções exercidas pelas mulheres no dia-a-dia das comunidades, tanto os trabalhos considerados reprodutivos quanto os trabalhos considerados produtivos. As mulheres, como foi comentado, desempenham um papel fundamental em todas as etapas da segurança alimentar e nutricional, na produção, pesquisas de preço, seleção, preparação, beneficiamento e no consumo dos alimentos.

Siliprandi (2004) ainda evidencia que quando a saúde aparece vinculada com a nutrição as mulheres se destacam como guardiãs do bem-estar dos demais membros da família. As mulheres são vistas como fundamentais nos processos de combate às carências alimentares e na

diminuição da desnutrição infantil em longo prazo. Contudo ainda é raro encontrar documentos que estabeleçam as mulheres como indivíduos-foco das ações relacionadas acima. Diante disso, as mulheres vêm se organizando em vários países para interferir sobre as políticas de segurança alimentar. Muitas vezes são as mulheres as protagonistas nas lutas pela socialização do atendimento às necessidades de alimentação, por meio de políticas de redução de preço dos produtos básicos e de políticas de subsídios para as populações pobres, por exemplo. Ações deste caráter têm mostrado como a ação pessoal e local pode ter efeitos políticos na vida pública e nas instâncias de poder, modificando a relação das pessoas, e em especial das mulheres.

Pode-se também destacar como um processo que vem sendo protagonizado pelas mulheres o papel em que se colocam como defensoras de um modelo produtivo centrado na produção de alimentos sustentáveis ambientalmente, em função de que essa sempre foi sua tarefa na divisão do trabalho. A politização dessas lutas evidencia que se trata para elas de um embate de projetos, em que as mulheres estão se posicionando a partir da sua condição de gênero no sentido de uma transformação social mais ampla. Avançam assim no questionamento sobre as multinacionais do setor agrícola, posicionando-se quanto aos problemas gerados pela monopolização das sementes, pelo uso da terra para outros produtos que não os alimentos, pelos agrotóxicos e sobre a alimentação industrializada (SILIPRANDI, 2012).

Siliprandi (2013b) constata que os movimentos de mulheres rurais têm estado à frente de ações públicas massivas contra grandes empresas do setor agroalimentar e em defesa da biodiversidade. Vêm participando também de eventos internacionais nos quais se constroem propostas para orientar suas ações políticas, como foram os fóruns por Soberania Alimentar ocorridos em Cuba (2001) e em Nyéleni, no Mali (2007).

Pacheco (2002b) assegura que uma perspectiva de trabalho baseada na sustentabilidade e igualdade de gênero terá que garantir o empoderamento das mulheres, reconhecer seu papel de produtoras de bens e gestoras do meio ambiente, garantindo-lhes apoio organizativo e controle sobre recursos produtivos, como terra, crédito e capacitação técnica.

Siliprandi (2004) acredita que os desafios permanecem para os movimentos feministas em geral, que lutam por um mundo sem exploração e sem opressão. Que buscam construir um mundo em que todos tenham direito a uma alimentação saudável, digna, condizente com os hábitos e culturas alimentares, sem que isso signifique o enclausuramento das mulheres na obtenção dessa alimentação.

Os dados coletados sobre a concepção da auto-organização de mulheres indicaram que hoje já existe entre as agricultoras a consciência de estarem organizadas. Relatam que quando fazem os encontros de mulheres, trocam experiências e aprendem muito, além de proporcionar um resgate da cultura e promover a resistência. Afirmam que estes espaços promovem o fortalecimento, as incentivam a terem mais atitude, estimula a solidariedade entre as mulheres, conhecem seus direitos, têm mais autonomia, trabalham em grupo (consideram este um trabalho diferenciado que promove o aumento da autoestima, a emancipação política e coletiva).

Pude constatar pelos relatos em eventos e pelas entrevistas, que ocorreu um avanço na participação das mulheres nos eventos de formação, mesmo ainda existindo a necessidade de se colocarem perante os companheiros. A agricultora indígena fala em seu depoimento que “sua avó lutou muito, era uma guerreira, viajou muito para os debates políticos, sendo ela destaque entre vários homens que somente participava”; hoje é sua referência e busca seguir seu caminho: “o de dar voz às mulheres”.

Os dados mostraram que as agricultoras vêm conquistando a participação nos espaços políticos e nos Grupos de Mulheres, sendo uma delas presidente de sindicato, outra articuladora da Associação de Mulheres Quilombolas, mobilizadoras dos 32 municípios que participam da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) do Norte de Minas Gerais. Explicam que estes espaços de mulheres são capazes de “gerar renda, formação, capacitação, a oportunidade de saírem de casa (do espaço doméstico) - de levá-las para os espaços públicos, - de mostrarem seus direitos, de falarem e serem escutadas e de darem o recado para a sociedade”. Avaliam como o fato mais importante da

organização das mulheres a conquista de seus direitos e a força que é gerada quando estão juntas e organizadas, pois aprendem a gostar delas mesmas.

5 CONCLUSÕES

Analisando os resultados obtidos na realização deste trabalho, concluo que hoje as mulheres enfrentam o desafio de produzir e de manter uma base ecológica de produção tendo em suas proximidades a agricultura baseada no agronegócio. Constato que hoje, na maioria dos territórios, as monoculturas de eucalipto são as que vêm causando maiores danos na fauna e na flora local. A questão agrária ainda permanece com entraves na garantia de acesso e permanência para estas mulheres, principalmente para as populações indígenas, em que não foi garantido nem o que já é direito das mesmas.

Verifiquei que os entraves para o acesso às políticas públicas pelas mulheres, são referentes aos processos burocráticos e aos valores patriarcais ainda presentes em nossas sociedades, dificultando o acesso à DAP. Suas fontes de renda mais seguras são garantidas pelos programas formulados pelo Governo Federal que visam reduzir a pobreza, pois em todos os casos enfrentam ainda dificuldades de comercializar seus produtos. Percebo que as mulheres que conseguem acessar as políticas públicas conquistam maiores níveis de autonomia e valorização de seu trabalho.

A assistência técnica existente hoje no meio rural para prestar serviço à agricultura familiar acontece de forma ineficiente e sem capacitação suficiente para atender à realidade vivida pelas famílias. Avalio que sejam necessárias formações voltadas para estes sujeitos nas universidades, tanto no que se refere à agroecologia, como também nas relações de gênero.

Destaco que nos últimos anos as mulheres vêm sentindo as mudanças climáticas, relatando que hoje a maior dificuldade na produção de alimentos é o acesso à água e a imprevisão do clima e do tempo. A construção das cisternas de captação de água de chuva vem aparecendo como uma alternativa viável às produtoras, contribuindo para uma garantia da produção, tendo como consequência a permanência das mulheres no campo.

Existe uma precariedade de acesso a hospitais a aos agentes de saúde, e a permanência do uso das plantas medicinais constatados em todos os relatos. Este resultado leva a refletir em que medida este fato influencia na manutenção das práticas de uso das plantas medicinais, já que se percebe o difícil acesso aos remédios alopáticos.

Percebo na divisão sexual do trabalho que a criação dos filhos é de responsabilidade exclusiva das mulheres. Contudo a divisão das tarefas domésticas está começando a ser questionada pelas mesmas, pela constatação da sobrecarga de trabalho que muitas vezes as impossibilitam de se emanciparem. Contudo cabe dizer que a autonomia e emancipação das mulheres estão diretamente relacionadas à auto-organização em grupos somente delas.

A tarefa da produção executada na propriedade rural é central para o autoconsumo, garantindo a segurança nutricional da família. A geração da renda acontece na contribuição econômica “indireta”. Concluo que o excedente desta produção muitas vezes poderia ser comercializado. Contudo não existe onde seja feito o escoamento, como mencionado anteriormente.

Esta produção do autoconsumo possui características que podemos classificar como agroecológicas, diferindo do manejo do restante da produção. Pois, além de garantir o abastecimento da família, não se faz uso dos agrotóxicos e utiliza técnicas ecológicas de produção. O manejo integrado da biodiversidade executado favorece a estabilidade e a resiliência da propriedade.

Desta produção destaco como uma prática importante, diante do contexto das mulheres, a de serem guardiãs das sementes nativas/crioulas e terem a consciência dos prejuízos da utilização dos transgênicos. E ainda de serem as difusoras dos conhecimentos da agricultura sustentável, levando-os para a propriedade e resgatando os ensinamentos dos nossos ancestrais.

O conceito da agroecologia entre as agricultoras entrevistadas possui embasamento enquanto um modo de produção, pois já desenvolvem as técnicas e as identificam como agroecológicas. Contudo percebo que, ainda

para sua concretização, se torna importante a construção de mais espaços de capacitação e formação em agroecologia.

Diante deste fator observo que as mulheres têm muito a contribuir para a consolidação da agroecologia, já que são elas que desenvolvem na prática suas técnicas. Contudo é necessário ainda o avanço de um desenvolvimento rural equitativo, que reconheça suas contribuições. Este ponto é tido como importante para que não aconteça, na transição agroecológica, uma sobrecarga de trabalho das mulheres. Constato que na construção da agroecologia, tanto enquanto ciência, como movimento social, vem se buscando o reconhecimento das mulheres e de sua importância para a garantia da segurança alimentar, mas que ainda necessita de uma maior atenção.

Existem brechas para que aconteça este reconhecimento, pois o próprio conceito de segurança alimentar e nutricional remete às atividades exercidas pelas mulheres. Por isso muitas delas, organizadas em seus movimentos, vêm buscando interferir sobre estas políticas. As mesmas vêm se destacando como as defensoras de um modelo produtivo centrado na produção de alimentos saudáveis, como um reflexo de que estas sempre foram as atividades e funções assumidas por elas na divisão sexual do trabalho. Por isso também estão se posicionando, a partir da sua condição de gênero, no sentido de uma transformação social mais ampla, que lhes assegure apoio organizativo, recursos produtivos, crédito e capacitação técnica.

As institucionalidades e as políticas voltadas à promoção da igualdade de gênero no meio rural e também da agroecologia são ainda muito recentes, estão em fase de consolidação e necessitam ganhar escala. Para que as transformações aconteçam é necessário as mulheres estarem organizadas nos grupos de mulheres. Percebo que esta consciência existe hoje graças aos movimentos feministas atuantes nas regiões. Destaco ainda que esta auto-organização vem contribuindo também em um nível individual no aumento da autoestima das mulheres.

Concluo pelos resultados, que a indígena é a mais desassistida, apresentando-se a necessidade de reconhecimentos dos nossos povos originários, que possuem conhecimentos acumulados de práticas e manejo da

biodiversidade dos nossos territórios. Como também a importância da organização em movimentos próprios dos agricultores e agricultoras, enquanto uma ferramenta alternativa para o fortalecimento, garantia de direitos e sobrevivência da agricultura familiar.

Diante destes fatos, este trabalho se torna importante para proporcionar a visibilidade da mulher, de seu trabalho e de sua contribuição tanto para a segurança alimentar como também para a agroecologia. Seus resultados possibilitam a contribuição para a ciência, como também para as formulações das políticas públicas, no sentido de visualizarem as questões específicas das mulheres. Possui ainda uma considerável relevância por existirem ainda hoje, poucos materiais que abordam a temática “Mulheres, Agroecologia e Segurança Alimentar”.

Infiro por fim, que os objetivos foram alcançados. Contudo ainda se tornam necessários estudos que proporcionem formas para avançar na construção da agroecologia e da segurança alimentar, sem sobrecarregar as mulheres. É necessário ainda o aprofundamento em metodologias e formas educativas para uma maior igualdade e não diferenças hierárquicas de gênero na divisão do trabalho e que se formulem propostas cabíveis de serem alcançadas para a divisão social do trabalho.

6 LITERATURA CITADA

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo _ Rio de Janeiro Campinas: Editora Hucitec _ ANPOCS _ Editora da Unicamp, 1992.

AGUIAR, M. V.; SILIPRANDI, E.; PACHECO; M. E. Mulheres no Congresso Brasileiro de Agroecologia. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.6, n.4. 2009.

ALBUQUERQUE, E. M. Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas. Dissertação (Mestrado na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca), ENSP, Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009.

ALTIERI, M.A. Agroecologia: As bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro, PTA/FASE, 1989.

ALTIERI, M. A. Biotecnologia agrícola: Mitos, Riscos Ambientais e Alternativas. Universidade da Califórnia, Berkeley. Edição especial, preparada pela ascar-emater/rs. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Junho de 2002.

AMOROZO, M.C.M. Agricultura tradicional, espaços de resistência e o prazer de plantar. In: Albuquerque, U.P.; Alves, A.G.C.; Borges, A.C.L.; Silva, V.A. (Orgs.). Atualidades em etnobiologia e etnoecologia. Recife, SBEE. 2002.

ANVISA. Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) - Relatório de Atividades de 2009. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/d214350042f576d489399f536d6308db/RELAT%C3%93RIO+DO+PARA+2009.pdf?MOD=AJPERES>>. Acesso em: janeiro 2014.

BESKOW, Paulo Roberto. Agricultura e Capitalismo no Brasil. In: Encontros com a civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p.19, 1980.

BIASE, L. D.; SILIPRANDI, E. Possibilidades de valorização dos espaços femininos e do trabalho das mulheres no processo de produção agrícola familiar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). VI Encontro Nacional da Anppas – Belém PA. 18 a 21 de setembro, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Programa Cisternas de 2003. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/programa-cisternas.>> Acesso em: 06 de março de 2013.

BRASIL. M. D. A. O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria da Agricultura Familiar – SAF. Chamada pública conjunta INCRA/MDA para seleção de entidades executoras de assistência técnica e extensão rural para promoção da agricultura familiar agroecológica, orgânica e agroextrativista para regiões norte, nordeste e centro oeste. nº 12/2013. Brasília, outubro de 2013.

BRUNO, R. AQUINO, S. L. JALIL, L. JUNIOR, V. J. BORDALO, C. Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Orgs. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

BRUSCHINI. C. Algumas reflexões sobre o uso de estatísticas sensíveis à questão de gênero. IV Conferência Nacional de Estatística. Rio de Janeiro, 1996.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Orgs. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

CAMPOS, C. S. Trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil – o caso de Cruz Alta/RS. In: A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio, São Paulo: CLACSO | Expressão Popular, outubro de 2011.

CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. IX Simpósio Nacional sobre o Cerrado e o Simpósio Internacional sobre Savanas Tropicais, 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios Brasília : MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARMO, M. S. Agroecologia: novos caminhos para a agricultura familiar. Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária, 2008. Disponível em: < www.apta.sp.gov.br>. Acesso em: março 2013.

CARRASCO. C. Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da Economia Feminista. In: Trabalho Doméstico e de Cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2008.

CARVALHO, H. M. Sementes Patrimônio do povo a serviço da humanidade. Editora Expressão Popular. 2003.

CARVALHO, H. M. Desafios para o agroecologista como portador de uma nova matriz tecnológica para o campesinato. In: O campesinato na dinâmica contraditória das classes sociais no campo. Curitiba, 2007.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A.C. (Org.) Ethoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, 2000.

CAÚLA, B. Q.; MOURA, G. B. Aspectos ambientais e jurídicos da transposição do Rio São Francisco. III Encontro da ANPPAS – 23 a 26 de maio de 2006.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CBHSF. Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PBHSF (2004-2013) – Resumo Executivo. 2004. Disponível em: <<http://siscom.ibama.gov.br/msfran/index.php?page=a-bacia-do-saofrancisco>>. Acesso em: janeiro 2014.

CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. DOSSIÊ: FEMINISMO EM QUESTÃO, QUESTÕES DO FEMINISMO. Cadernos Pagu (16): pp.13-30. 2001.

COSTA FILHO, A. Laudo de Identificação e Delimitação Territorial do Quilombo do Gurutuba (Norte de Minas Gerais). Brasília: Pontifícia Universidade Católica, 2005.

DAYRELL, C. A. Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais. Dissertação (Mestrado. Andaluzia: universidade Internacional de Andaluzia), 1998.

DIAS, T. L. P. Os princípios do Ecofeminismo. Universidade Católica de Salvador (UCSAL), 2008. Disponível em: <www.abolicionismoanimal.org.br/artigos/osprincipiosdoecofeminismo.pdf>. Acesso em: maio 2013.

DUMONT, E. A "caixa preta" do cuidado. Relações de gênero e histórias de vida de trabalhadoras técnicas de enfermagem. Dissertação (Mestrado em Educação, Conhecimento e Inclusão Social), Centro de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

ELIAS, M. F. M. Breve Reflexão Sobre o MST e a Política de Reforma Agrária no Brasil. III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA: 2007.

ELLERY, A. E. L.; ARREGI, M. M. U.; RIGOTTO, R. M. Incidência de câncer em agricultores em hospital de câncer no Ceará. In: XVIII Congresso Mundial de Epidemiologia e VII Congresso Brasileiro de Epidemiologia, 2008, Porto Alegre. Anais do XVIII Congresso Mundial de Epidemiologia e VII Congresso Brasileiro de Epidemiologia, 2008.

EMBRAPA. Unidade de Apoio, Pesquisa e Desenvolvimento de Instrumentação Agropecuária. Marco referencial em agroecologia. Brasília, DF, 2006.

ENA. Encontro Nacional de Agroecologia. Carta Política do II ENA. Recife, 2006. Disponível em: <<http://www.agrisustentavel.com/doc/enadois.html>>. Acesso em: maio 2013.

EVANGELISTA, J.; LAUREANO, L. Medicina popular e biodiversidade no Cerrado. In: Revista agriculturas: experiência em agroecologia. Saúde pela natureza. V.4, nº 4, 2007.

FARIA, N. Feminismo e Luta das Mulheres – análises e debates. Publicação da SOF – Sempreviva Organização Feminista. São Paulo, novembro, 2005.

FARIA, N. Feminismo e transformação social. Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres. Publicação da SOF Sempreviva Organização Feminista. Trabalho e participação como instrumentos de construção de igualdade de gênero. SPM/PR. 022, 2009.

FARIA, M.; MORENO, R. A trajetória das mulheres na luta contra o livre-comércio e pela construção de alternativas. Trabalho Doméstico e de cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana/ organização Maria Lucia da Silveira e Neuza Tito. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008.

FERREIRA, A. P. L. A. Importância da Perspectiva Agroecológica no Empoderamento das Mulheres Camponesas: Processo Mulheres e Agroecologia como Estudo de Caso. VI Congresso Brasileiro de Agroecologia/ II Congresso Latino Americano de agroecologia – Curitiba/Paraná, 2009.

GARCIA, S. Desfazendo os vínculos naturais entre gênero e meio ambiente - estudos feministas. 63 N. 0/92. 2008. Disponível em: <journal.ufsc.br/index.php/ref/article/download/15810/14302>. Acesso em: maio 2013.

GODOI, E. P. O trabalho da memória: cotidiano e historia no Sertão do Piauí. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995.

GONÇALVES, C. W. P. O latifúndio genético e a r-existência indígena-camponesa. Universidade Federal Fluminense. GEOgraphia, Vol. 4, No 8, 2002.

GORGEN, Frei Sérgio Antônio (ofm). Os novos desafios da Agricultura Camponesa. 2ª ed. IAP:Instituto Ambiental do Paraná: 2004.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

HADICH, C. Cuidando da Terra, Cultivando Biodiversidade e Colhendo Soberania Alimentar. 12ª Jornada de Agroecologia. Parará. 2013.

HENN, I. A. Agroecologia e relações de gênero em projeto societário. In: Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros. Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói : Alternativa, 2013.

HESPANHOL, R. A. M. Desenvolvimento territorial e agroecologia. Expressão Popular, 2008.

HIRATA, H. Divisão capitalista do trabalho. Tempo Social, departamento de Sociologia da USP, São Paulo, 1989.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In Trabalho e Cidadania Ativa para as mulheres. Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo, 2003.

KOLLONTAI, A. Autobiografia de uma mulher emancipada. São Paulo, Editora Proposta, 1980.

KIEL, R. Políticas agrárias para o combate da pobreza extrema no meio rural: um problema de invisibilidade. Retratos de Assentamentos, V.14, n.2, 2011.

KING, Y. The Ecology of Feminism and the Feminism of Ecology. In: PLANT, Judith (Ed.) Healing the Wounds : the promise of Ecofeminis. Londres: Green Print, 1989.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Duas Décadas de Desigualdade e Pobreza no Brasil. Comunicados do IPEA nº 159. Brasília, 2013.

JUNIOR, N. N.; PESSANHA, L.D. Desafios para os assentamentos de reforma agrária: uma proposta de arranjo voltado para mercados institucionais. Retratos de Assentamentos, V.14, n.2, 2011.

LEITE, M. A. Impacto Ambiental das Usinas Hidrelétricas. II Semana do Meio Ambiente. UNESP. Ilha Solteira, junho 2005.

LIMA, W.P. Impacto ambiental do eucalipto. 2 ed. São Paulo: EDUSP. 1996.

LISBOA, T. K. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 336, setembro-dezembro, 2010.

LONDRES, F. Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida. Rio

de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 190 p., 2011.

MAB. Movimento dos atingidos por Barragens. Água, Minérios e Modelo Energético: Para que? E Para quem?. 2008. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/artigo/gua-min-rios-e-modelo-energ-tico-para-que-e-para-quem>>. Acesso em: janeiro 2013.

MANESCHY, M. C. Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará. In: Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros. Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

MARQUES. F. C. Aprendizagem e inovação: as várias faces do trabalho de produtores de plantas medicinais do Sul do Brasil. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.6, n.3. outubro de 2009.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica PLANAPO 2013-2015. Disponível em: < mda.gov.br>. Acesso em: janeiro, 2014.

MELO, A. P. G; SOUZA, M.L.O; PAULA, M,G; MOURA FILHO, J. F. A presença da mulher rural na produção e na vida: Uma conquista qualitativa. In: Anais do V Congresso de Ciência Humanas Letras e Artes. Ouro Preto. Ed. Magnética. 2001.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2000.

MIRANDA, R. S. Segurança e Soberania alimentar: alimento ou mercadoria? Um tema a refletir. Camponesa MMC/ SC. Ano II – Revista 2. Dezembro/2007.

MMC. Movimento das Mulheres Camponesas. Informativo do 1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas. 18 a 21 de fevereiro. Brasília. 2013.

MOLINA, M. C. Novas sementes na dinâmica da reforma agrária: As concepções e práticas de mulheres camponesas. In: Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes. Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 201.

MORAES, M. L. Q. Vinte Anos de Feminismo. Tese (Doutorado em livre-docência) - Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. 1996.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política . Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

NEVES, D. P.; MOTTA-MAUÉS, M. A. Apresentação. In: Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros. Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

NOBRE, M. P.; MIGUEL, M. M.; MORENO, R.; FREITAS, T. V. Economia Feminista e justiça e soberania alimentar. Economia Feminista e soberania alimentar: avanços e desafios. Sempre viva organização Feminista; CRESÇA; OXFAM. 2013

OLIVEIRA, E. M. O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril, 2008.

OLIVEIRA, S. V.; DALCIN, D. O papel da mulher rural na segurança alimentar: o caso da comunidade de Santo Antônio, Santa Maria –RS. In: Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

OXFAM Internacional. Crescendo para um futuro melhor – Justiça alimentar em um mundo de recursos limitados. Junho de 2011.

PACHECO, M. E. L. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. workshop “Gênero, Democracia e Políticas Públicas - construindo referências para a política de atuação das ONGs Brasileiras”. São Paulo 2 e 3 de setembro de 1996.

PACHECO, M. E. L. A questão de gênero no desenvolvimento. Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Convenção da Biodiversidade. São Paulo: Sema, 1997.

PACHECO, M. E. L. Agricultura familiar, sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero. In. Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs. Recife: GT Gênero. Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002a.

PACHECO, M. E. L. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: Perspectivas de Gênero: debates e questões para as ONGs. Recife: GT Gênero- Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002b.

PAULILO, M. I. S. O movimento de mulheres agricultoras: Terra e Matrimônio. Universidade Federal de Santa Catarina, In: anais XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2000.

PERONDI, M. A. Repensando a especialização agrícola. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.6,n.3. outubro de 2009.

PETERSEN, P.; SOGLIO, F. K. D.; CAPORAL, F. R. A construção de uma nova Ciência a serviço do camponato. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro/Paulo Petersen (org) – Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PIMBERT, M. Mulheres e soberania alimentar. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.6, n.4. dezembro de 2009.

QUEIROZ; D. T.; VALL, J.; SOUZA, Â. M.; VIEIRA, F. C. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. R Enferm UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

RIBEIRO, S. Camponeses, Biodiversidade e novas formas de privatização. In: CARVALHO. H. M. Sementes Patrimônio do povo a serviço da humanidade. Editora Expressão Popular, 2003.

RIBEIRO, E. M. Inventando futuros. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.6,n.3. outubro de 2009.

RIGOTTO, R. M. MARINHO, A. M. C. P; TEIXEIRA, A. C. A.; ELLERY, A. E. L.; GRAZIELLA; A.; COSTA, C. A. G. Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos - documento síntese dos resultados parciais da pesquisa (Pesquisa apoiada pelo CNPq e Ministério da Saúde por meio do Edital MCT-CNPq/MS-SCTIE-DECIT/CT-Saúde - No 24/2006). Fortaleza - CE, agosto de 2010.

SAFFIOTI, H. Mulher brasileira: opressão e exploração. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SAFFIOTI, H.I. O Poder do Macho. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, L. R. S. História de Resistência e Luta da Mulher Camponesa em Sergipe, XIX ENGA, São Paulo, 2009.

SANTOS, I.P; FERRANTE, V.L.S.B. Da Terra Nua ao Prato Cheio. Produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/Uniara, 2003.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Desenvolvimento territorial e agroecologia. In: Território, Territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SARTI, C. A. O Feminismo brasileiro deste os anos 1970: revisitando uma trajetória. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto 2004.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: editora da UFRGS, 254p, 2003.

SILIPRANDI, E. Políticas de segurança alimentar e relações de gênero. Cadernos de Debate, Campinas, SP, Vol. XI, 2004.

SILIPRANDI, E. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília DF, 2009a.

SILIPRANDI, E. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In: Paulo Petersen (org.) Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA. Cap. 8, p.139-151. 2009b.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. 2011. Disponível em: <http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/05/Paper_Emma_Siliprandi-12.pdf>. Acesso em: julho. 2013.

SILIPRANDI, E. A alimentação como um tema político das mulheres. Ariús, Campina Grande, v. 18, n.1, jan./jun. 2012.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. 2013a. Disponível em: <http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/05/Paper_Emma_Siliprandi-12.pdf>. Acesso em: julho 2013a.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros. Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. – Niterói : Alternativa, 2013b.

SILIPRANDI, E. Mulheres, Segurança Alimentar e Agroecologia – notas para discussão. Curso de aperfeiçoamento em agroecologia. 2013c. Promoção: Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA / Secretaria da Agricultura Familiar-SAF / Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural-Dater. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/169008314/MULHERES-SEG-ALIM-E-AGROECO-pdf>>. Acesso em: janeiro 2014.

SILIPRANDI, E; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural, Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

SILVA, J. S. Agroecologia: base estratégica para a segurança alimentar. Revista Verde (Mossoró – RN – Brasil) v.5, n.1, p. 01 - 06 janeiro/março de 2010.

SILVA, R. M.; LOPES, E. S. A. Conflitos de Terra e Reforma Agrária em Sergipe (pg. 93 a 162). Ed. UFS, Sergipe, 1996.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo, Fundação Perseu Abramo. 2002.

SOARES, G. C. Olhando o passado e construindo o bem viver na Aldeia Cinta Vermelha Jundiba. Especialização (Gestão de políticas públicas com foco em gênero e raça/etnia). Universidade aberta do Brasil. Programa de educação para a diversidade polo UAB. Universidade Federal de Ouro Preto. 2012.

SOF. Sempreviva Organização Feminista. Agricultura na Sociedade de Mercado. Agronegócio, Exportação e Desenvolvimento: Quem sai ganhando? São Paulo, 2006.

TOLEDO, C. Mulheres: O gênero nos une, a classe nos divide. Revista Marxismo Vivo. Edição 2008.

VALENCIO, N. O sistema nacional de defesa civil (sindec) diante das mudanças climáticas: desafios e limitações da estrutura e dinâmica institucional. In: Norma Valencio, Mariana Siena, Victor Marchezini e Juliano Costa Gonçalves. Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil, São Carlos : Rima Editora, 2009.

VIRGOLIN, I. W. C.; HAVERROTH, C.; BRUM, A. B. N. Políticas sociais: um estudo sobre o enfrentamento da pobreza rural no Brasil. Revista Sociedade e Desenvolvimento Rural, v.7, n. 1, Jan, 2013.

XAVIER, S. F.; DOLORES. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun.2001.

ZIBETTI, D. Cidadania e Segurança Alimentar no Brasil. 7º Congresso Mundial de Direito Agrário da UMAU, Pisa, 2002.

WARDELEY, M. N. B. A Valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v.2, p.29-37, 2000.

WARDELEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudo Sociedade e Agricultura (UFRJ), v.21, p.42-61, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro/Paulo Petersen (org) –Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

WEID, J. M. Agroecologia: Condição para a segurança alimentar. Revista Agriculturas - v. 1 - no 0 - setembro de 2004.

WEID, J. M. V. D. Um novo olhar para agricultura. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. In: Paulo Petersen (org), Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

APÊNDICE

Entrevistas:

- Mulheres Agricultoras:

1. Nome:
2. Idade:
3. Casada?
4. Cidade de origem:
5. Quantas pessoas moram com você?
6. Quantos filhos:
7. Quantos estudam:
8. Você estudou?
9. Na criação dos filhos e nos trabalhos domésticos o que é papel da mulher e o que é do homem?
10. Qual é a sua profissão?
11. A senhora tem tempo para lazer? Quando? Onde?
12. Tem/teve acesso a hospital e a escola?
13. Propriedade está vinculada a qual município?
14. Área total da propriedade:
15. Nome de quem esta a propriedade:
16. Existe interação com quais órgãos / instituições?
17. Tempo de trabalho na agricultura:
18. Onde aprendeu?
19. Como aproveita o quintal?
20. O que planta? Cria animais?
21. Faz horta? O que planta nesta horta? Como cuida?
22. Utiliza plantas medicinais? Quais? Quantas têm plantadas na propriedade?
23. Faz consórcio?
24. Compra sementes?
25. Qual a origem das plantas do quintal (mudas ou sementes)?
26. Como aduba?
27. Como combate as pragas e doenças?

28. Como controla as plantas espontâneas?
29. Utiliza (ainda que parcialmente) insumos químico-industriais, ou outros insumos externos àqueles produzidos no próprio estabelecimento rural? Quais?
30. O que colhe de sua produção?
31. Quanto da sua alimentação diária vem do que você cultiva? E para vender?
32. Pratica agroextrativismo? De que frutos, palha, madeira? Usa para quê?
33. Produz algum tipo de produto beneficiado (doces, compotas, farinha, óleo, sabão, etc.) Quais? Quais os produtos que sofrem transformações para comercialização?
34. Como é feita a comercialização? Quais os municípios para os quais você comercializa seus produtos?
35. Quais as dificuldades encontradas neste sistema produtivo?
36. Tem outra fonte de renda além da agricultura (pensão/ bolsa escola etc.).
37. Tem ou já teve necessidade de acessar linhas de crédito rural?
38. Receberam algum tipo de assistência técnica durante os últimos 12 meses?
39. Como realiza o planejamento do sistema de produção em seu estabelecimento rural?
40. Que tipo de agricultura você faz?
41. Qual outro tipo de agricultura você conhece?
42. O que você entende por agroecologia?
43. Quais os principais cursos/fontes de informação (práticos e teóricos) que já participou ou teve contato no campo da Agroecologia ou da produção orgânica?
44. Realiza experimentos agroecológicos, seja por conta própria ou com apoio de instituições de Ensino, Pesquisa ou Extensão?
45. o que você entende sobre Feminismo?

- Entrevista profissionais das agrárias

1. Nome:
2. Qual é a sua profissão?
3. Tempo de trabalho com as mulheres:
4. Região de atuação:
5. Qual a principal atividade das mulheres na agricultura – local de trabalho?

6. Quais os principais alimentos e remédios produzidos?
7. Possuem alguma autonomia (\$)?
8. Possuem Assistência técnica, acesso a créditos e recursos produtivos?
9. Na dinâmica da propriedade como acontece a divisão do trabalho na propriedade? Quem prepara os alimentos, cuida das crianças e da casa?
10. Como é feito o manejo das plantas e animais pelas mulheres?
11. As mulheres participam de cursos, eventos e feiras agroecológicas? Existe interesse?